

3, 2, 1...

Ao Vivo!

Disfluências na Interpretação
Remota de Libras para Português

Nadia Ribeiro



AYA EDITORA
2025

3, 2, 1...

Ao Vivo!

Disfluências na Interpretação
Remota de Libras para Português

Nadia Ribeiro

3, 2, 1...

Ao Vivo!

Disfluências na Interpretação
Remota de Libras para Português



AYA EDITORA
2025

Direção Editorial

Prof.º Dr. Adriano Mesquita Soares

Autora

Prof.ª Ma. Nadia Maria Fonseca
Campos Ribeiro

Capa

AYA Editora©

Revisão

A Autora

Executiva de Negócios

Ana Lucia Ribeiro Soares

Produção Editorial

AYA Editora©

Imagens de Capa

br.freepik.com

Área do Conhecimento

Linguística, Letras e Artes

Conselho Editorial

Prof.º Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva (UNIDAVI)

Prof.º Dr. Aknaton Toczec Souza (UCPEL)

Prof.º Dr. Argemiro Midonês Bastos (IFAP)

Prof.º Dr. Carlos Eduardo Ferreira Costa (UNITINS)

Prof.º Dr. Carlos López Noriega (USP)

Prof.ª Dr.ª Claudia Flores Rodrigues (PUCRS)

Prof.ª Dr.ª Daiane Maria de Genaro Chioli (UTFPR)

Prof.ª Dr.ª Danyelle Andrade Mota (IFPI)

Prof.ª Dr.ª Déa Nunes Fernandes (IFMA)

Prof.ª Dr.ª Déborah Aparecida Souza dos Reis (UEMG)

Prof.º Dr. Denison Melo de Aguiar (UEA)

Prof.º Dr. Emerson Monteiro dos Santos (UNIFAP)

Prof.º Dr. Gilberto Zammar (UTFPR)

Prof.ª Dr.ª Helenadja Santos Mota (IF Baiano)

Prof.ª Dr.ª Heloísa Thaís Rodrigues de Souza (UFS)

Prof.ª Dr.ª Ingridi Vargas Bortolaso (UNISC)

Prof.ª Dr.ª Jéssyka Maria Nunes Galvão (UFPE)

Prof.º Dr. João Luiz Kovaleski (UTFPR)

Prof.º Dr. João Paulo Roberti Junior (UFRR)

Prof.º Dr. José Enildo Elias Bezerra (IFCE)

Prof.º Dr. Luiz Flávio Arreguy Maia-Filho (UFRPE)

Prof.ª Dr.ª Maria Gardênia Sousa Batista (UESPI)

Prof.º Dr. Myller Augusto Santos Gomes (UTFPR)

Prof.º Dr. Pedro Fauth Manhães Miranda (UEPG)

Prof.º Dr. Rafael da Silva Fernandes (UFRA)
Prof.º Dr. Raimundo Santos de Castro (IFMA)
Prof.ª Dr.ª Regina Negri Pagani (UTFPR)
Prof.º Dr. Ricardo dos Santos Pereira (IFAC)
Prof.º Dr. Rômulo Damasclin Chaves dos Santos (ITA)
Prof.ª Dr.ª Sílvia Gaia (UTFPR)
Prof.ª Dr.ª Tânia do Carmo (UFPR)
Prof.º Dr. Ygor Felipe Távora da Silva (UEA)

Conselho Científico

Prof.ª Dr.ª Andreia Antunes da Luz (UniCesumar)
Prof.º Dr. Clécio Danilo Dias da Silva (UFRGS)
Prof.ª Ma. Denise Pereira (FASU)
Prof.ª Dr.ª Eliana Leal Ferreira Hellvig (UFPR)
Prof.º Dr. Fabio José Antonio da Silva (HONPAR)
Prof.ª Ma. Jaqueline Fonseca Rodrigues (FASF)
Prof.ª Dr.ª Karen Fernanda Bortoloti (UFPR)
Prof.ª Dr.ª Leozenir Mendes Betim (FASF)
Prof.ª Dr.ª Lucimara Glap (FCSA)
Prof.º Dr. Milson dos Santos Barbosa (UniOPET)
Prof.ª Dr.ª Pauline Balabuch (FASF)
Prof.ª Dr.ª Rosângela de França Bail (CESCAGE)
Prof.º Dr. Rudy de Barros Ahrens (FASF)
Prof.º Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares (UFPI)
Prof.ª Dr.ª Sílvia Aparecida Medeiros Rodrigues (FASF)
Prof.ª Dr.ª Sueli de Fátima de Oliveira Miranda Santos (UTFPR)
Prof.ª Dr.ª Thaisa Rodrigues (IFSC)

© 2025 - AYA Editora

O conteúdo deste livro foi enviado pela autora para publicação em acesso aberto, sob os termos e condições da Licença de Atribuição Creative Commons 4.0 Internacional **(CC BY 4.0)**. Este livro, incluindo todas as ilustrações, informações e opiniões nele contidas, é resultado da criação intelectual exclusiva da autora.

A autora detém total responsabilidade pelo conteúdo apresentado, o qual reflete única e exclusivamente sua perspectiva e interpretação pessoal. É importante ressaltar que o conteúdo deste livro não representa, necessariamente, a visão ou opinião da editora.

A função da editora foi estritamente técnica, limitando-se ao serviço de diagramação e registro da obra, sem qualquer influência sobre o conteúdo apresentado ou opiniões expressas. Portanto, quaisquer questionamentos, interpretações ou inferências decorrentes do conteúdo deste livro devem ser direcionados exclusivamente à autora.

R484 Ribeiro, Nadia Maria Fonseca Campos

3,2,1 ao vivo: disfluências na interpretação remota de Libras para o português [recurso eletrônico]. / Nadia Maria Fonseca Campos Ribeiro. -- Ponta Grossa: Aya, 2025. 150 p.

Inclui biografia
Inclui índice
Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
ISBN: 978-65-5379-699-7
DOI: 10.47573/aya.5379.1.345

1. Língua de sinais. 2. Língua brasileira de sinais. I. Título

CDD: 419

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Bruna Cristina Bonini - CRB 9/1347

International Scientific Journals Publicações de Periódicos e Editora LTDA

AYA Editora©

CNPJ: 36.140.631/0001-53
Fone: +55 42 3086-3131
WhatsApp: +55 42 99906-0630
E-mail: contato@ayaeditora.com.br
Site: <https://ayaeditora.com.br>
Endereço: Rua João Rabello Coutinho, 557
Ponta Grossa - Paraná - Brasil
84.071-150

NOTA DA AUTORA

Este livro é derivado da dissertação de mestrado intitulada “**3,2,1 ao vivo! Disfluências e Refazimentos em Interpretação de Conferência Remota de Libras para Português**”, defendida no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução da Universidade Federal do Ceará em 2024. Para tornar o conteúdo mais acessível e abrangente, o material foi revisado, ampliado e adaptado ao longo do processo de edição, mantendo, contudo, os fundamentos e os objetivos da pesquisa original.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	13
APRESENTAÇÃO	15
INTRODUÇÃO	17
REMEMORAÇÕES NECESSÁRIAS.....	27
<i>A Singularidade Linguística do Povo Surdo</i>	32
<i>Comunidade Surda nos Tempos Atuais</i>	33
LEVANTAMENTO DE PESQUISAS SOBRE INTERPRETAÇÃO DE CONFERÊNCIA (LV E LS) NO BRASIL NO PERÍODO DE 2003 A 2022.....	38
<i>Políticas Linguísticas e de Tradução</i>	41
<i>Formação de Intérpretes de Conferência</i>	49
<i>Operacionalização de Conhecimentos Declarativos e Procedimentais de Atuação</i>	57
INTERPRETAÇÃO REMOTA DE CONFERÊNCIA	71
<i>Reflexões Acerca da Práxis Interpretativa</i>	74
O TILSPIES E A NOVA CONFORMAÇÃO DO TRABALHO ...	83
<i>O Trabalho Remoto</i>	83
<i>O Lugar de Intersecção do TILSPIES</i>	89
<i>Proposta de Encargo de Interpretação</i>	90
DISFLUÊNCIAS COMUNS	94
METODOLOGIA	100

ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	105
<i>Cotejamento do Modelo de Cavallo (2022) e a Tarefa Interpretativa LS - LV</i>	105
<i>Habilidades Anteriores ao Processo</i>	105
<i>Habilidades Internas ao Processo</i>	106
<i>Habilidades Envolvendo o Processo</i>	107
<i>Habilidades Posteriores ao Processo</i>	109
<i>Habilidades Extrínsecas ao Processo</i>	110
<i>A Questão da Habilidade Intermodal</i>	111
<i>Identificação de Disfluências Comuns na Interpretação de Conferência</i>	112
CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
REFERÊNCIAS.....	125
SOBRE A AUTORA	143
ÍNDICE REMISSIVO	144

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIIC	Associação Internacional de Intérpretes de Conferência
AJOSMO	Associação de Jovens Surdos de Moçambique
APIC	Associação Profissional dos Intérpretes de Conferência
ASL	Língua de Sinais Americana
CBO	Código Brasileiro de Ocupações
CCE	Código de Conduta e Ética
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CT	Comunicação Total
CTI	Competência Tradutório-Interpretativa
DESU	Departamento de Ensino Superior
EINT	Encargo de Interpretação
ELSP	Estratégias Linguísticas de Solução de Problemas
ETILS	Estudos da Tradução e Interpretação de Língua de Sinais
FEBRA- PILS	Federação Brasileira da Associação dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais
FENEIS	Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos
IBM	International Business Machines (Corporação Internacional de Máquinas de Negócios)
IES	Instituições de Ensino Superior
ILV	Intérpretes de Língua Vocal
ILS	Intérpretes de Línguas de Sinais
ILO	Intérpretes de Línguas Orais
INDL	Inventário Nacional de Diversidade Linguística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INES	Instituto Nacional de Educação de Surdos
LBI	Lei Brasileira de Inclusão
LGP	Língua Gestual Portuguesa
LSB	Língua de Sinais Brasileira
LS	Língua de Sinais
LV	Língua Vocal
NEO/ INES	Núcleo de Educação On-line do INES Instituto Nacional de Educação de Surdos

NEPILS	Núcleo de Estudos e Pesquisas em Interiorização da Língua de Sinais
NT	Nota Técnica
ONU	Organização das Nações Unidas
PACTE	Processo de Aquisição da Competência Tradutória e Avaliação
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PB	Português Brasileiro
PGET	Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução da Universidade Federal de Santa Catarina
PGG-LE-TRA	Programa de Pós-Graduação em Letras Estrangeiras e Tradução da Universidade de São Paulo
POET	Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução da Universidade Federal do Ceará
POS-TRAD	Programa de Pós-graduação em Estudos da Tradução da Universidade de Brasília
PROLI-BRAS	Exame Nacional para Certificação de Proficiência no Ensino da Língua Brasileira de Sinais
RID	Registro dos Intérpretes para Surdos
RSI	Remote Simultaneous Interpreting (Interpretação Simultânea Remota)
TDAH	Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade
TEA	Transtorno do Espectro Autista
TILS	Tradutores Intérpretes de Língua de Sinais
TILS-PIES	Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais e Português no Ensino Superior
TILSP	Tradutor e Intérprete de Libras e Português
TIS	Tradutores e Intérpretes Surdos
TOF	<i>Tip of the Fingers</i> (Na Ponta dos Dedos)
TOT	<i>Tip of the Tongue</i> (Na Ponta da Língua)
TP	Texto de Partida
TC	Texto de Chegada
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFC	Universidade Federal do Ceará
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste Baiano
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos

UFRB	Universidade Federal do Recôncavo Baiano
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UNB	Universidade de Brasília
UD	Unidade Didática

PREFÁCIO

É com grande entusiasmo que apresento esta obra que, com maestria e sensibilidade, aborda um tema de vital importância para a construção de uma sociedade mais inclusiva e justa. A autora, Nadia Maria Fonseca Campos Ribeiro, é uma profissional experiente na área de tradução e interpretação no par linguístico Libras-Português, além de ser professora formadora de Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais (TILS). Essa combinação de experiência prática e acadêmica lhe confere um lugar de fala privilegiado. Com seu olhar atento e comprometido, ela nos conduz por uma jornada de reflexão e análise, destacando a relevância crescente desse campo diante das mudanças sociais e das políticas públicas que buscam garantir o acesso à informação e a serviços para a comunidade surda.

A obra se aprofunda na complexa dinâmica da interpretação simultânea, uma prática que vai muito além dos limites do ambiente educacional. A autora nos apresenta um panorama da atuação desses profissionais em diversos contextos, desde eventos acadêmicos até conferências e serviços comunitários, desafiando as concepções tradicionais e revelando a pluralidade da função desses tradutores e intérpretes.

Particularmente relevante neste trabalho é a reflexão sobre o impacto da pandemia de Covid-19, que exigiu dos intérpretes uma adaptação sem precedentes ao ambiente remoto. Transformando suas casas em estúdios improvisados, esses profissionais demonstraram resiliência em uma profissão essencial, mas muitas vezes invisibilizada. A autora nos instiga a pensar sobre a necessidade de um novo modelo de atuação para os intérpretes, que vai além da simples tradução de palavras, abrangendo a interpretação como uma prática legítima e profissional, essencial para garantir um acesso equitativo à informação.

A proposta do acrônimo TILSPIES (Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais e Português no Ensino Superior) destaca de maneira brilhante a importância dessa profissão, que exige uma série de habilidades técnicas e humanas para atender às diversas demandas do cenário acadêmico e além. A obra, portanto, nos convida a repensar as competências necessárias para a formação e atuação dos intérpretes, com o objetivo de aprimorar o processo

de inclusão e garantir que as vozes da comunidade surda sejam finalmente ouvidas, respeitadas e devidamente representadas.

Este trabalho é, sem dúvida, uma contribuição valiosa para o debate sobre a interpretação e tradução entre Libras e Português. É um convite à reflexão sobre como podemos aprimorar nossas práticas enquanto sociedade para alcançar um futuro mais inclusivo e acessível a todos. A autora, com sua competência e visão crítica fundamentada na experiência prática na área e na academia nos presenteia com uma obra que não só ilumina a complexidade do campo da tradução e interpretação, mas também nos desafia a construir pontes mais sólidas entre as línguas e as culturas, contribuindo para um mundo mais justo e respeitador das diferenças.

É com imenso prazer que compartilho este livro, que enriquecerá o entendimento de todos que se dedicam aos Estudos da Tradução, aos Estudos Surdos e à causa da inclusão e da acessibilidade.

Rafael Ferreira da Silva

*Orientador de Mestrado da Nadia Maria Fonseca Campos Ribeiro
Coordenador do PPG em Estudos da Tradução – POET/ UFC*

APRESENTAÇÃO

A interpretação intermodal entre a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e o Português no contexto acadêmico tem se mostrado um campo de estudo relevante para a compreensão dos desafios enfrentados pelos Tradutores e Intérpretes de Libras-Português no Ensino Superior (TILSPIES). Este livro se insere nesse panorama ao investigar aspectos fundamentais da interpretação de conferências, abrangendo desde a formação e qualificação desses profissionais até as estratégias empregadas na mediação linguística.

Dentre os temas abordados, destacam-se as reflexões sobre a singularidade linguística da comunidade surda, a evolução das políticas linguísticas e a formação dos intérpretes, que se inserem em um cenário de transformações impulsionadas pela ampliação do acesso de pessoas surdas ao ensino superior. A obra discute também a operacionalização de conhecimentos declarativos e procedimentais, fundamentais para a execução da tarefa interpretativa em contextos acadêmicos, além de mapear pesquisas sobre interpretação de conferência no Brasil ao longo das últimas décadas.

A análise da interpretação remota de conferências, intensificada pelo avanço das tecnologias e pela necessidade de adaptação ao trabalho em ambientes virtuais, recebe especial atenção. São abordadas as implicações da atuação dos intérpretes nesse novo formato, com destaque para as competências necessárias e os desafios enfrentados na mediação linguística simultânea. A pesquisa detalha, ainda, fenômenos como disfluências comuns na interpretação e suas possíveis implicações para a comunicação eficaz.

Um dos aspectos centrais da obra é a proposta de um modelo de Encargo de Interpretação, que visa fornecer subsídios para a preparação dos intérpretes na realização de conferências acadêmicas. Com base no modelo de Cavallo (2022), o livro examina a adequação desse referencial teórico à interpretação intermodal Libras-Português, estabelecendo um diálogo com diferentes perspectivas metodológicas dentro dos Estudos da Tradução e Interpretação de Línguas de Sinais.

Dessa forma, o livro contribui para a ampliação do debate acadêmico sobre a prática da interpretação em contextos de ensino superior, oferecendo

uma abordagem fundamentada sobre as competências, os desafios e as estratégias envolvidas nessa atividade. Ao reunir discussões teóricas e análises empíricas, esta obra se torna uma referência para pesquisadores, estudantes e profissionais da área, fomentando novas investigações e reflexões sobre a atuação dos TILSPIES e suas implicações para a acessibilidade e a inclusão acadêmica.

Por meio dessa análise detalhada, espera-se que este volume forneça elementos valiosos para o aprimoramento das práticas interpretativas e para o fortalecimento do reconhecimento profissional dos intérpretes de Libras-Português, em consonância com as exigências da comunicação acadêmica e das políticas linguísticas contemporâneas.

Boa leitura!

INTRODUÇÃO

O trabalho de tradução e interpretação do par linguístico Libras¹ e Português vem ao longo dos anos sendo consolidado, primordialmente com a criação de políticas públicas com a finalidade de conferir a pessoas surdas oportunidades de acesso à informação e aos serviços públicos, por meio de ações inclusivas e afirmativas. A natureza afirmativa e de reparação dessas ações por parte da classe majoritária ouvinte², pode ser explicada pela narrativa que concebeu de modo subalternizado, pessoas surdas no decorrer da história, pela perspectiva do colonialismo linguístico e cultural em uma relação assimétrica de poder (Skliar, 2001; Ladd, 2013; Perlin e Strobel, 2014).

Todavia a nova conformação do trabalho, acarretada sobremaneira pela pandemia da covid-19, impactou a rotina e a percepção espaço-tempo de trabalhadores de diversos segmentos profissionais, entre eles os intérpretes de Língua de Sinais, que em sua maioria atua nos espaços educacionais em todos os níveis de ensino. Devido à imposição acarretada pelo isolamento social, muitos intérpretes transformaram uma parte de seus lares em espaços de trabalho, assim como afirma Nogueira (2022).

Nesse sentido, podemos dizer que foi um retorno ao método *Sink or Swim*, expressão em inglês que significa literalmente “afogue-se ou nade”, utilizada no nicho de intérpretes como resgate dos primeiros trabalhos de conferência simultânea, a exemplo do trabalho da equipe que atuou no julgamento de Nuremberg³ (Pagura, 2003). Para ilustrar o uso da expressão, podemos pensar no caso de uma pessoa que não sabe nadar e é jogada em uma piscina sem ter instruções de como nadar, desse modo ela irá empregar estratégias de modo instintivo para que não se afogue (Kuwahata, 2005, p.174).

1 Acrônimo de Língua Brasileira de Sinais, também designada pela sigla internacional *Brazilian Sign Language-BZS*, ou Língua de Sinais Brasileira- LSB (Quadros e Karnopp 2004, p. 46).

2 Pessoas não surdas também são designadas pelo termo ouvintes, dentro da comunidade surda e na literatura específica que se propõe a investigar esse tema.

3 O julgamento de Nuremberg foi o julgamento dos criminosos de guerra, durante o período do regime nazista, tendo como réus membros do alto escalão de Hitler. Para mais informações consultar o site <https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/the-nuremberg-trials>.

Fazendo um paralelo com os intérpretes de Libras, que em sua maioria atuavam na interpretação educacional e não estavam habituados à exposição de seu trabalho em plataformas de vídeos como o YouTube e em redes sociais como o Instagram e Facebook, foram compelidos a organizar o seu trabalho de modo que a sua atuação não mais estivesse restrita apenas à sala de aula ou a um auditório de conferência, mas essas aulas ou palestras iriam ficar disponíveis a um número imprevisível de espectadores, precisando mobilizar esforço e recursos levando em consideração também a direcionalidade da língua: Libras-Português ou Português-Libras, conforme podemos observar no quadro 1, organizada por Galdino (2021):

Quadro 1 - Demandas para Interpretação Simultânea.

Interpretação simultânea remota da Libras para o português (direta)	Interpretação simultânea remota do português para a Libras (inversa)
<ul style="list-style-type: none"> - recepção em vídeo (língua gestual-visual) e produção em áudio (língua vocal-auditiva); - dependência de um sistema de captação de vídeo com alta qualidade (tela com quantidade adequada de polegadas); - dependência de um sistema de reprodução de áudio de qualidade (microfones); - internet com qualidade de conexão. - local silencioso, sem ruídos. 	<ul style="list-style-type: none"> - recepção em áudio (língua vocal-auditiva) e produção em vídeo (língua gestual-visual); - dependência de um sistema de captação de áudio com alta qualidade (fones, de preferência); - dependência de um sistema de reprodução de vídeo de qualidade (<i>webcam</i>); - internet com qualidade de conexão - mais de um dispositivo para trabalhar em equipe (celular ou <i>tablet</i>) - fundo de cor neutra e boa iluminação.

Fonte: Galdino, 2021.

Podemos depreender do quadro 1 elaborado por Galdino (2021), que a direcionalidade irá exigir do profissional elementos específicos de cada situação, por exemplo: na interpretação simultânea remota de Português para Libras é necessário mais de um dispositivo para trabalhar em equipe, um fundo de cor neutra e boa iluminação que priorizam a visualidade, enquanto na direção de Libras para Português, há a dependência de um sistema de reprodução de áudio de qualidade, como microfones ou *headfones* ou algum outro dispositivo mais simples que possa preservar a nitidez das sentenças enunciadas.

Além de empreendimentos como itens tecnológicos, um ambiente favorável para a tarefa interpretativa sem ruídos ou interferências visuais, é necessário um tipo de expertise, uma competência do tradutor (PYM 2008; 2011), que aponta para a necessidade de conhecimentos declarativos, ou seja, *saber o que*, e conhecimentos procedimentais, *saber como*. Todavia esta competência é aprendida, e aperfeiçoada, e a despeito dos diversos modelos que intentam explicar e listar as multicompetências que os tradutores devem nutrir, Rodrigues (2018, p. 291) adverte que ela não é:

(i) uma habilidade inata ou uma aptidão natural; (ii) a junção de competências linguísticas e/ou comunicativas; (iii) o simples agrupamento de conhecimentos, habilidades e atitudes; muito menos (iv) o mero treinamento técnico para o exercício de uma atividade profissional.

Em alguns países, a classe de Tradutores Intérpretes de Língua de Sinais (TILS) é atravessada pela perspectiva do campo do caritativo, como afirma Pereira (2008, p. 140):

É comum, nos Estados Unidos e na Europa, encontrar-se agências em que são oferecidos os serviços de tradução e interpretação não só de línguas vocais como também da língua de sinais local. Entretanto, em países em que as pessoas surdas são vistas como incapacitadas ou prejudicadas em sua capacidade de tomar decisões, a interpretação de língua de sinais assume um caráter predominantemente caritativo e assistencial, um favor ou uma missão divina que pressupõe trabalho voluntário, sacrifício e abnegação.

Dessa forma, o desprestígio advindo da classe majoritária ouvinte (não surda) e de alguns profissionais Intérpretes de Língua Vocal (ILV), vem ainda causando desconforto por conta do desconhecimento de que a atividade realizada por esses intérpretes de línguas de sinais é legítima, enquanto interpretação, entre línguas, na qual é preciso mobilizar todos os esforços necessários para a interpretação de qualquer língua natural.

Silva (2020) afirma que Cavallo e Reuillard (2016) não levaram em consideração as pesquisas relacionadas à interpretação em língua de sinais, no levantamento que realizaram, em teses, dissertações e em artigos publicados em revistas científicas relacionadas aos Estudos da Interpretação no decênio de 2006 a 2016. Isso vai ao encontro do que refuta Pereira (2018) sobre a máxima de que os intérpretes de Libras “ainda não se veem como pertencentes ao grupo seletivo e socialmente prestigiado dos intérpretes de línguas orais”, conforme Carneiro (2017) defende, pois, na visão de Pereira (2018, p.2) “os intérpretes de línguas de sinais não são, ainda, plenamente aceitos como parte da categoria dos intérpretes”.

Dito isso, afirmação de Pereira de que os intérpretes de línguas de sinais, doravante (ILS), não gozam do mesmo prestígio, concerne a um sentimento não coletivamente endógeno ao grupo, ele é construído, pois os

ILS ainda são concebidos pelo olhar do estranhamento, do exótico ou de profissionais que manejam um código simplificado de comunicação, ou uma tecnologia assistiva pelo viés da acessibilidade.

Um exemplo disso é a informação que Pereira (2018) nos traz a partir de Monfort (2014), de que foi somente em 2014 que uma intérprete de uma língua de sinais foi admitida pela Associação Internacional de Intérpretes de Conferência (AIIC). Isso pode causar espanto, pois já há algumas décadas os ILS atuam em conferências, entretanto, foram reconhecidos enquanto membros da classe, apenas 61 anos depois.

No Brasil, temos iniciativas cada vez mais importantes de tratativas entre entidades representativas de intérpretes de línguas vocais e intérpretes de línguas de sinais. Um exemplo disso foi o que ocorreu em setembro de 2020, simbolizando a aproximação dos dois segmentos - a Federação Brasileira da Associação dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais (Febrapils) e a Associação Profissional dos Intérpretes de Conferência (Apic) - conforme podemos ver na figura 1. O evento contou com a participação da Andrea Negreda, presidente da Apic e Vinicius Nascimento, intérprete de Libras-Português, professor da Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR e ex-diretor Regional da Febrapils.

Figura 1 - Live Apic⁴.



Fonte: Canal da Febrapils no YouTube, 2020.

Na ocasião, a presidente da Apic fez sua exposição em torno das práticas de trabalho do intérprete de conferência de línguas vocais e ressaltou

⁴ Link do evento: [INTERPRETAÇÃO DE CONFERÊNCIA: CAMINHOS PARA UMA MELHOR ATUAÇÃO](#)

o documento elaborado pela Associação intitulado “Recomendações de boas práticas para interpretação à distância”. O documento traz orientações quanto aos aspectos técnicos e ambientais, aspectos logísticos, linguísticos, jurídicos e profissionais do trabalho de Interpretação Simultânea Remota ou à Distância (*Remote Simultaneous Interpreting – RSI*)⁵

Mas é válido observar que a Associação, mesmo que timidamente, dá indícios de reconhecimento de que as línguas de sinais participam também da lógica de interpretação interlíngua, como podemos observar na figura 2:

Figura 2 - Definições de Interpretações.

DEFINIÇÕES

RSI – Remote Simultaneous Interpreting (Interpretação Simultânea Remota ou À Distância) se aplica às línguas orais e de sinais e pode ser realizada por meio de ferramenta específica, que possibilita relé e colaboração entre os intérpretes da equipe, ou mediante uso de ferramentas adaptadas.

Há ainda outras modalidades que se aplicam ao conceito de interpretação à distância ou remota. São elas:

OPI – Over-the-Phone Interpretation (Interpretação Telefônica) usada apenas para línguas orais, principalmente para interpretação comunitária, reuniões de negócios e suporte técnico e calls de resultado. Pode ser intermitente ou consecutiva, usando as soluções de áudio streaming.

VRI – Video Remote Interpreting (Interpretação por Vídeo) usada para línguas orais e de sinais para transmissão para reuniões de negócios, premiações e palestras à distância durante um evento, nas modalidades intermitente e consecutiva. O sistema oferecido não inclui uma plataforma de interpretação remota e sim um sistema que ofereça a possibilidade de entrada de áudio e vídeo e um canal para transmissão da interpretação feita pelo profissional.

1

Fonte: Documento disponível no site da Apic, 2020.

Faz-se necessário salientar que o referido documento faz menção ao trabalho de intérpretes de conferência de língua de sinais como possibilidade na interpretação simultânea remota e na interpretação por vídeo, mas não coloca como factível a interpretação via telefone, talvez inferindo que pessoas surdas não solicitam esse formato de serviço. Todavia, não podemos esquecer o fato de que, em especial na interpretação comunitária, há serviços de interpretação consecutiva ou mesmo simultânea de diálogos (caráter intrassocial) onde o intérprete escuta a sentença e o interpreta normalmente, como na interpretação *liaison*, apontada por Poltronieri-Gessner e Santos (2017), e este serviço pode naturalmente ocorrer por meio telefônico ou como é usual hoje em dia, chamadas telefônicas de vídeo. Inclusive Pöhhacker

⁵ Acesso ao documento no link: <https://apic.org.br/wp-content/uploads/2020/06/APIC-Recomendac%C3%A7%C3%A3o-de-Boas-Praticas-em-RSI.pdf>. Acesso em 10 de dezembro de 2023.

(2004, p. 169), já mencionava que: “a interpretação por telefone também é utilizada para atender pessoas surdas, às vezes com o uso de videotelefonia”. Mas a despeito desse equívoco conceitual, consideramos como avanço a interpretação de línguas orais ser contada com uma atividade de interpretação de fato e de direito como verdadeiramente ela é.

Um dado relevante para este trabalho, é que eu atuo como Tradutora e Intérprete de Libras e Português (TILSP) desde 2005, além de também atuar como formadora de outros TILSPs. Desde minha inserção na atuação de nível superior em 2010, em uma Universidade privada de Fortaleza, pude perceber que era necessário aprimorar certos aspectos do meu *fazer* interpretativo, sobretudo por ter atuado na função no curso de mestrado em Psicologia Ambiental da mesma Universidade.

Sem dúvida, a experiência em atuar em cursos das mais diversas áreas de conhecimento, como graduação em Engenharia da Computação, Engenharia Civil, Contabilidade, Terapia Ocupacional, Educação Física, Fisioterapia e no curso de Mestrado, me fez compreender que os intérpretes, quando estão atuando nas IES, precisam gerenciar um nível de letramento e expertise não requeridas ao intérprete educacional atuante na educação básica, pois essas habilidades vão além do “chão de sala de aula”, visto que esses profissionais se deslocam de maneira muito natural entre as diversas áreas no âmbito do ensino, pesquisa e extensão, tripé consolidado nas instituições superiores de ensino.

Portanto, sustentamos neste trabalho que esse profissional não tem sua atuação restrita somente no âmbito educacional propriamente dito, mas transita entre o nicho de conferência e o comunitário, em uma espécie de atuação interseccionada. Por isso, propomos o acrônimo **TILSPIES**, para designar o Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais e Português no Ensino Superior, por entender que ele deve ser visto por um patamar específico de sua atuação.

Dentro dessa macroestrutura, que são as Instituições de Ensino Superior (doravante IES), o TILSPIES se coloca enquanto profissional hibridizado e precisa saber como responder aos chamamentos e solicitações de diversas ordens. Um exemplo disso é a participação em eventos promovidos por Universidades ou Institutos Federais, que trazem como pauta assuntos diversos, temáticas sociais veiculadas atualmente, epistemologias produzidas

dentro desses espaços. Em vista disso reiteramos que os TILSPIES, se deslocam e operam em atividades de intérpretes de conferência com todas as peculiaridades que envolvem este segmento de atuação, pois atuam em um ambiente interseccionado por várias frentes dentro do âmbito da pesquisa, ensino e extensão.

Entretanto, para este constructo, não há pretensão de esgotar ou instaurar uma prática metodológica de conduta a ser adotada na oferta de serviço de interpretação para o público surdo e ouvinte em contextos acadêmicos de conferência, mas propõe-se refletir sobre as seguintes questões: Que habilidades são necessárias para a interpretação em contextos acadêmicos, sobretudo em conferências promovidas por IES? De quais recursos os TILSPIES podem se imbuir para que seja preservado o sentido do Texto de Partida (TP)⁶ no Texto de Chegada (TC)? É possível a adequação do modelo elaborado por Cavallo (2022) à atividade da interpretação intermodal Libras-Português? Quais os tipos de disfluências, reparos e outros elementos paralinguísticos⁷ na interpretação para a língua portuguesa, são realizados por intérpretes no momento de atuação em conferência?

Salientamos que, embora o número de pesquisas sobre os Estudos da Tradução no Brasil seja uma prática relativamente crescente, reflexões e discussões teóricas sobre tradução e interpretação no par linguístico Libras-Português no contexto acadêmico ainda são incipientes (Rigo, 2015). Parente Junior (2016) corrobora com essa afirmação quando ressalta que há um campo acadêmico fértil que pode proporcionar uma vasta área de pesquisa, portanto, ainda necessita de mais estudos que lancem luz sobre as “questões que tangenciam a atividade tradutória e interpretativa dos TILS”⁸ (ibid., 2016, p. 20).

6 *Discurso de partida, aqui sendo usado como extensão dos termos: texto de partida (start text), por sua vez texto de chegada (target text) língua de partida, língua de chegada, cultura de partida e cultura de chegada (PYM, 2017).*

7 *Paralinguístico é “o modo como se diz ou comunica algo, as qualidades da voz, a altura, o ritmo, a articulação, a dicção, pausas, variações de entoação ou traços supra-segmentais constituem o que se designa por paralinguagem” (Trager, 1958 apud Guimarães 2009, p.28).*

8 *Tais estudos, por vezes, estão alocados em campos teóricos equivocados. Como é o caso da classificação proposta por Gile (1991) e Pagura (2003), que categorizam os modos de interpretação, a saber: interpretação simultânea, consecutiva, e sussurrada, a intermitente, à prima vista e a em Língua de Sinais. Entretanto, Lemos (2012) e Parente Junior (2016) discordam em parte da classificação de língua de sinais enquanto modo ou modalidade de interpretação, pois não se pode conceber a Língua de Sinais como uma categoria de interpretação, senão o mesmo raciocínio se aplicaria aos pares linguísticos de trabalho em todas as demais línguas, como Português-Francês, Alemão-Ingês etc.)*

Outra justificativa se dá pelo fato de que são escassas as pesquisas que fazem interface entre a interpretação de língua de sinais e os demais pesquisadores das diferentes vertentes dos Estudos da Tradução ou que se debruçam especificamente sobre as línguas vocais (Santos, 2013). Além disso, pesquisas como esta podem contribuir na compreensão dos aspectos das línguas envolvidas, contribuir na formação de tradutores e intérpretes, além de fomentar novos achados para os Estudos da Tradução e Interpretação de Língua de Sinais (ETILS) e dar ênfase aos estudos que defendem a Interpretação como área autônoma.

Rodrigues (2018) afirma que os TILSPs são responsáveis por um movimento que deslocam os debates produzidos no seio da comunidade surda para o centro do debate atual. Comprovando a responsabilidade social e política desses profissionais, visto que atuam e colaboram na promoção de ideias de uma comunidade por vezes silenciadas e minorizadas em sentido linguístico e cultural.

Outrossim, a atuação de tradutores de Libras-Português na graduação e pós-graduação, quer seja no momento de aula ou em contextos extrassala, como em conferências, congressos e seminários organizados pelas IES, tradução de artigos científicos e até mesmo da própria pesquisa a nível de mestrado e doutorado tem gerado inquietações sobre os procedimentos aplicados à práxis interpretativa do trabalho desses profissionais no que diz respeito também ao nível de envolvimento discursivo (eixos deontico e epistêmico). De modo que como reiteram Silva e Carvalho (2015), ao intérprete caberá fazer escolhas lexicais, fazendo uma espécie de gradação de termos. Nesse processo de busca e escolha - isto é, no momento de interpretação e de modalização do discurso do enunciador -, podem ocorrer disfluências, repercutindo em prejuízo à mensagem de chegada, contudo também podem ser um mecanismo para a preservação do sentido dela.

Para tanto, este trabalho versará sobre a investigação da atividade de interpretação específica de uma palestra do gênero acadêmica, realizada on-line com atuação remota, ocorrida em um simpósio multilíngue. Será analisado também - com base no modelo de Cavallo (2022) -, se a interpretação intermodal Libras-Português necessita das mesmas habilidades, requeridas na interpretação intramodal (i.e., entre línguas vocais), a saber: (i) habilidades anteriores ao processo; (ii) habilidades internas ao processo; (iii) habilidades posteriores ao processo; (iv) habilidades envolvendo o processo;

e (v) habilidades extrínsecas ao processo. Além disso, serão descritas as possíveis intercorrências resultantes desta tarefa específica.

Ademais, serão analisadas as disfluências do tipo: Serão descritas **Pausas Preenchidas, Preenchimentos Lexicais, Pausas Silenciosas (espaço entre o reparandum e o reparatum), Prolongamentos, Erro, Repetições, Falsos Começos, Palavras ou Sentenças Truncadas, Repetições, Reparos, Deslize, Hesitações Vocalizadas, Alongamentos, Alteração na Qualidade da Voz, TOT, Reestruturação e Anaforismo** as prováveis causas das ocorrências das disfluências elencadas acima.

Como ferramenta para a preparação de interpretação de conferência e atenuação de disfluências na interpretação, iremos sugerir que os intérpretes incorporem em seu processo anterior a atividade, ou seja como recurso de preparação ativa, a ferramenta de Encargo de Interpretação, justificando cada elemento desse recurso.

A partir dessas considerações prévias, o trabalho tem como objetivo geral constatar as ocorrências de disfluências, reparos e elementos paralinguísticos⁹ na interpretação para a língua portuguesa, típicas ou comuns, identificadas a partir de um corpus de interpretação real, i.e., não controlado, de uma conferência on-line, simultânea, intermodal e remota. A partir do objetivo geral a pesquisa irá se desdobrar nos seguintes objetivos específicos:

- Refletir criticamente sobre os desafios da interpretação intermodal (Libras-Português), em nível acadêmico no contexto de conferência organizadas por IES;
- Propor a criação de um modelo de Encargo de Interpretação;
- Avaliar a possível adequação do trabalho dos intérpretes de conferência de línguas de sinais ao modelo de Cavallo (2022)

A presente pesquisa se servirá dos conceitos: da Teoria do *Skopos* (Reiss; Vermeer, 1996), e o entendimento da intenção do autor inscrita na abordagem funcionalista (Nord, 1991; 2016), reflexões sobre a competência tradutória intermodal (Rodrigues, 2018), interpretação de conferência intermodal e os desafios pós-pandemia (Nogueira, 2016; 2019; 2022), a competência do Intérprete e sua proposta de modelo de competência do

⁹ *Paralinguístico é "O modo como se diz ou comunica algo, as qualidades da voz, a altura, o ritmo, a articulação, a dicção, pausas, variações de entoação ou traços supra-segmentais constituem o que se designa por paralinguagem" (Trager 1958 apud Guimarães, 2009. p.28).*

intérprete de conferência (Cavallo, 2019; 2022), conceitos de Disfluências comuns na fala e na interpretação (Visch; 2017, Collard; Defrancq, 2019; Gosy, 2007; Defino e Magalhães, 2010; Macgregor, 2008; Zhao N., 2022; Tissi, 2000; Bakti, 2009; Pöchhacker, 1995; Bendazzoli *et al.*, 2011; Dayter, 2021; Arnone, 2018; Lemos e Rodrigues, 2021).

A dissertação está organizada em 8 (oito) capítulos. O primeiro é a Introdução, que faz um preâmbulo para que o leitor possa ser apresentado a questões que subjazem ao cenário de interpretação de línguas de sinais envolvendo línguas de modalidades distintas, como a Língua de Sinais e Língua Portuguesa. O capítulo dois, “Rememorações necessárias”, tem por finalidade apresentar ao leitor as questões linguístico-culturais por meio de um breve percurso histórico de pessoas surdas, bem como apresentar a intermodalidade do processo interpretativo. No capítulo três é possível ter acesso a um mapeamento de pesquisas realizadas no período de 2003 a 2022 sobre interpretação de conferência no Brasil de línguas vocais e línguas de sinais. O quarto capítulo traz discussões atuais sobre o perfil do intérprete e as competências que ele precisa adquirir frente à nova morfologia do trabalho, em especial os TILSPIES, ou seja, os tradutores intérpretes de Língua de Sinais e Português, que atuam em IES e traz como sugestão um recurso de Encargo de Interpretação para fins de preparação para atividades interpretativas de conferência. O quinto capítulo elenca algumas influências realizadas de modo natural por falantes de qualquer língua e também cometidas por intérpretes em conferências. O sexto capítulo objetiva descrever os procedimentos metodológicos realizados para a feitura do mapeamento das disfluências identificadas em uma interpretação de conferência on-line, remota e multilíngue. O sétimo capítulo é a análise de dados e está assim dividida em duas partes: a primeira investiga se o Modelo de Competência do Intérprete de Conferência, elaborado por Cavallo (2022) pode ser empregado para descrever as competências dos intérpretes de conferência de línguas de sinais e a segunda parte, analisa quais as disfluências foram aventadas no referido evento, refletindo sobre os fatores possivelmente geradores do fenômeno das disfluências e pontuando se estas trouxeram prejuízo ao texto de chegada. Por fim, nas considerações finais, apresentamos se os objetivos gerais e específicos foram atingidos, fazendo uma análise crítica acerca da atuação de TILSPIES na atualidade com enfoque na interpretação de conferência acadêmica.

REMEMORAÇÕES NECESSÁRIAS

O Congresso Internacional de Educação para surdos ocorrido na cidade de Milão, Itália, em 1880, vem sendo reiteradamente lembrado por uma parcela significativa de trabalhos, que têm como bojo a educação de surdos, movimentos sociais da comunidade surda, reverberando até mesmo no campo emergente dos Estudos da Tradução e Interpretação de Línguas de Sinais (ETILS)¹⁰, como uma espécie de afluente para narrar os desdobramentos em várias áreas de pesquisa, pois o referido Congresso deliberou que pessoas surdas em todo o mundo deveriam ser escolarizadas tendo como língua de instrução a língua oral de cada país. Sobre o período pós-congresso de Milão, Oliveira (2020) afirma:

As pessoas foram punidas fisicamente, porque conversavam em língua de sinais dentro das escolas. Muitos surdos adultos contam histórias em que suas mãos foram espancadas com paus; outros surdos contam que eram obrigados a se ajoelharem em cabos de vassouras enquanto seguravam dicionários com os braços esticados.

É possível observar por essa narrativa a forma violenta de coação desferida a pessoas surdas, com a finalidade de ajustar e docilizar esses corpos ao sistema oralista, fortemente veiculado pela maioria que impôs a esses indivíduos tais formas de “adestramento”, impossibilitando de expressarem-se pela sua língua natural (Dos Santos-Garcia, 2015).

Não havendo quórum de pessoas surdas para sugerir sobre suas reais necessidades ou se estariam de acordo com as proposições ali apresentadas, a Língua de Sinais foi banida como língua de instrução e socialização, sob o argumento de que ela era danosa, em aspectos linguísticos e sociais, ou seja, os surdos do Brasil, por exemplo, deveriam ser instruídos por intermédio da língua portuguesa e não por meio de uma língua de sinais já usada aqui como uma língua natural¹¹. Não é de se admirar que uma língua nascida

10 Os ETILS, por vezes, estão alocados em campos teóricos equivocados. Como é o caso da classificação proposta por Gile (1991) e Pagura (2003), que categorizam os modos de interpretação, quais sejam: Interpretação simultânea, consecutiva, e sussurrada, a intermitente, à prima vista e a em Língua de Sinais. Sobre esse último, Lemos (2012) e Parente Junior (2016) discordam em parte da classificação, pois não se pode conceber a Língua de Sinais como uma categoria de interpretação e sim uma língua natural, senão o mesmo raciocínio se aplicaria aos pares linguísticos de trabalho em todas as demais línguas, como Português-Francês, Alemão-Inglês etc.)

11 “Em 1857 foi fundada a primeira escola para surdos no Rio de Janeiro – Brasil, o “Imperial Instituto dos Surdos-Mudos”, hoje, “Instituto Nacional de Educação de Surdos” – INES, [...] Foi nesta escola que surgiu,

entre pessoas surdas encontre esse tipo de desprestígio, visto que como afirma Pym (2007, p.54) “grande parte do pensamento medieval assumia uma hierarquia entre as línguas, em que algumas eram consideradas intrinsecamente melhores do que outras”.

Portanto, se algumas línguas vocais sofreram esse desprestígio, certamente esse efeito recaía sobre as línguas de sinais, de maneira muito mais contundente, pois essas línguas sequer tinham suas existências assumidas por parte da maioria ouvinte, mas eram minorizadas a um produto da deficiência. Uma prova disso é que estudiosos defendiam o banimento das línguas de sinais por argumentarem que agindo assim, iriam diminuir entraves, cognitivos, pedagógicos e sociais para aqueles indivíduos (Kozer; Vieira, 2011). Como desdobramento da “herança” de Milão, as línguas de sinais foram (e ainda são) concebidas “como forma de compensação das inabilidades auditivas e cognitivas que se pressupõem que as pessoas surdas tenham” (Linhares, 2019, p. 78).

Por conta disso, é necessário descrever o pano de fundo da época e as estratégias usadas por estudiosos, para que a determinação de instruir pessoas surdas por meio do oralismo em detrimento das línguas de sinais, fosse aprovada.

A adequação aos novos moldes de ensino através da língua vocal de cada país, não se deu de maneira subserviente por parte da classe surda, embora as pesquisas tragam exaustivamente o Congresso de Milão como ponto fulcral denotando a ideia de que não houve resistência. Porém, com a tradução de documentos de congressos que antecederam o de Milão, pode-se depreender algumas informações que põem em xeque questões tidas como verdades consolidadas, como afirma Rodrigues (2018): “Milão não foi um evento único e nem suas decisões foram imediatamente acolhidas”.

Na verdade, o Congresso de Milão era a continuação de sucessivos encontros de profissionais da área. Pois, em 1878, ocorreu um congresso em Paris e, em 1979, em Lyon, também em território francês. A grande questão era que a França era adepta do método misto (uso de língua de sinais e de língua vocal para o ensino de surdos) e fazia evocar a figura de L'Épée¹² como a de um defensor contumaz do uso de sinais.

da mistura da língua de sinais francesa com os sistemas já usados pelos surdos de várias regiões do Brasil, a LIBRAS” (Strobel, 2009, p. 24).

¹² “L'Épée instruiu os surdos em sua própria casa, onde vivia com seu irmão, ele transformou a sua casa em uma escola gratuita para surdos aberta tanto para os pobres quanto para ricos e foi agrupando até ter uns sessenta alunos surdos, com isto fundou a primeira escola pública para surdos 'Instituto para Jovens Surdos e Mudos de Paris' e treinou inúmeros professores para surdos” (Strobel, 2009, p.86).

Por isso era urgente que o congresso seguinte fosse realizado em um lugar onde tivesse a demonstração do método *oral-puro* de maneira a convencer os congressistas de que essa era a melhor maneira de ter bons resultados na educação de surdos. Não foi por acaso que a cidade de Milão, onde ocorreu o congresso, contava com duas escolas que aplicavam esse método. De modo que reservaram dois dias de visitação como forma de demonstrar os bons frutos dessa abordagem de ensino (Rodrigues *et al.*, 2021).

Havia também o motivo financeiro, que promovia o método oral como preponderante para a boa instru o de estudantes surdos. Pois de acordo com Rodrigues *et al.* (2021, p.9):

Apesar de o congresso ter se dado em Milão, depois dos italianos, a maior na o participante era a França, país em que as decisões viriam a ter maior impacto. Essa forte presença foi possível porque a família Pereira, que havia instituído um colégio na França que trabalhava com o método oral, patrocinou a viagem de muitos professores franceses. Grande parte dessa comitiva francesa era composta pelos Irmãos de São Gabriel, administradores de um colégio que assumiria o método oralista.

Nesse sentido, Vieira-Machado e Rodrigues (2021), em seu artigo “Olhar novamente para o Congresso Internacional de Educa o para Surdos em Milão (1880)”, destacam que houve nesse íterim p s-congresso, vários eventos promovidos pelos próprios surdos organizados, com o intento de debater as decisões que foram tomadas sem consulta à comunidade Surda. Foi o caso do Congresso internacional de Paris, pouco mencionado em anais sobre a história de surdos, realizado em 1900, com o objetivo de continuar a debater sobre o que seria ideal para a educa o de surdos, pela perspectiva de pessoas surdas.

Por isso, é necessário problematizar o discurso que cristaliza os sujeitos surdos como assujeitados às delibera es do Congresso de Milão, pois h  o pensamento de que houve um período de cárcere linguístico, iniciando em 1880, até o dia em que outro método permitisse no processo de instru o o uso de uma língua sinalizada. Assim como afirmam Perlin e Strobel (2014, p.21):

Estas são histórias que sempre trazem o olhar daquele sobre o surdo e que, muitas e muitas vezes, voltam ao passado em que apenas formas de liderança sobre o corpo surdo são registradas. Dessa forma continuam esquecidos os atores históricos surdos, esquecem-se as subjetividades e as questões que poderiam muito bem ser registradas dentro dos limites da história cultural.

Todavia, mesmo com a denúncia e embates travados pelos surdos organizados da época, houve outra consequência nefasta, pois educadores surdos que já atuavam em espaços de educação, como no Instituto Imperial de Surdos-Mudos, que mais tarde passaria a se chamar Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), foram impedidos de continuar o seu trabalho enquanto professores. Desta forma: “os docentes surdos foram retirados das salas de aula, sendo reforçada a crença de que eles seriam incapazes de ensinar e educar, o que reverberou ainda na desvalorização do indivíduo surdo também no âmbito profissional” (Kronbauer, p.14, 2018).

Os desdobramentos da resolução do Congresso na cidade de Milão repercutiram por um longo período. Contudo, devido aos prejuízos de ordem social e de aprendizagem, os educadores mais atentos e engajados com a educação de surdos, enveredaram para outras formas de ensino, como foi o caso da conhecida como comunicação total (CT). Tal método consistia em instruir o educando surdo usando recursos dos mais diversos: sinais, gestos, mímicas, recursos visuais, dentre outros (Quadros, 2004). Desta feita, não houve, também, grandes acadêmicos por meio da CT, embora já pudesse constatar um certo avanço, visto que a língua de sinais já era aceita nesse processo.

Foi apenas na década de 1980 que a educação de surdos começou a se encaminhar para uma trajetória bilíngue. Passou-se a ser pensada de maneira mais crítica de modo a torná-la efetiva, ou seja, a língua de instrução deveria ser a língua de sinais como língua materna, e a língua oficial do país deveria figurar enquanto segunda língua, para o caso do Brasil, o Português. Com o tempo, os movimentos sociais surdos foram galgando importantes conquistas, entre elas no âmbito Legal, pois a Lei Federal nº10.436/2002 reconheceu a Língua de Sinais Brasileira (LSB), como um idioma genuíno e oficial, das comunidades surdas do Brasil¹³.

13 “Em 1857 foi fundada a primeira escola para surdos no Rio de Janeiro – Brasil, o “Imperial Instituto dos Surdos-Mudos”, hoje, “Instituto Nacional de Educação de Surdos” – INES, [...] Foi nesta escola que surgiu,

É importante salientar que as línguas de sinais vêm sendo estudadas mais sistematicamente a partir das pesquisas do linguista norte americano, William Stokoe em 1960, e posteriormente foi amplamente pesquisada por várias áreas da linguística, como a psicolinguística, sociolinguística, linguística aplicada, dentre outras, pois foi constatado que as línguas sinalizadas nutrem todas as propriedades inerentes aos universais linguísticos. Quadros (2006, p.206) trazendo à tona a consolidação das línguas de sinais enquanto língua natural, afirma que: “a pergunta que antes era: “Como a lingüística se aplica às línguas de sinais ou dá conta das línguas de sinais?” Passou a ser “Como as línguas de sinais podem contribuir para os estudos lingüísticos?”

Uma prova disso é que no campo acadêmico, o campo de epistemologias surdas, ou Estudos Surdos, obteve um grande ganho com o advento do curso de Letras Libras, sediado na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), como desdobramento do Decreto Federal 5.626/2005, ofertado na modalidade de ensino a distância. Em sua primeira turma no ano de 2006, o curso ofereceu 500 vagas para oito Instituições de Ensino Superior através de convênios com essas Universidades e Institutos Federais, distribuídos pelas cinco macrorregiões do Brasil. Em 2008, houve um novo vestibular, desta vez ofertando mais 450 vagas para o curso de Licenciatura em Letras Libras, e 450 vagas para o curso de bacharelado com ênfase em tradução e interpretação de Libras com abrangência em 15 polos no território nacional.

Neste mesmo caminho houve a criação do curso de Pedagogia com enfoque Bilíngue, promovido pelo INES, inicialmente na modalidade presencial, e logo depois capilarizando turmas através do Núcleo de Educação On-line (NEO/INES). O curso tem como objetivo formar, em uma perspectiva bilíngue, pedagogos para atuação na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, bem como em funções de gestão escolar e outros ambientes não escolares.

Ao observarmos os avanços que a comunidade surda logrou com o passar dos anos, podemos inferir que o acesso aos bens e serviços ofertados aos surdos teve grande melhoria visto que esses próprios usuários, podem também recorrer às determinações legais, hoje estabelecidas e esses por sua vez, procuram um serviço de excelência não mais sob a égide da “benevolência” ou do voluntariado. Não raro, encontramos em algumas IES,

da mistura da língua de sinais francesa com os sistemas já usados pelos surdos de várias regiões do Brasil, a LIBRAS” (Strobel, 2009. p. 24).

setores que se propõem a atender especificidades pedagógicas de alunos surdos, bem como é realizada uma pesquisa de qualidade sobre o serviço ofertado, como forma de aferir se este está a contento ou não dos usuários.

Encontramos no cenário atual, uma militância surda no cerne das evoluções, nas direções de escolas para surdos e escolas bilíngues, ocupando lugares de docência e liderança, impelindo outras pessoas surdas a almejar obter mais conhecimento e qualificação, valendo-se de prerrogativas legais como os citados ao longo deste trabalho.

Embora ainda haja muito a ser contemplado, ao examinarmos a trajetória de lutas por respeito linguístico e de condições verdadeiramente equânimes quanto à escolarização desses cidadãos, podemos também, vislumbrar outros cenários favoráveis a partir e.g. da alteração do texto da LDB como citado anteriormente, passando a ser encarada pela perspectiva da diferença, ou seja, de povos que têm cultura e língua distintas e precisam que políticas públicas sejam adotadas a fim de propiciar uma experiência de educação inteira.

A Singularidade Linguística do Povo Surdo

Atuando há 19 anos junto à comunidade surda como intérprete de Libras, professora de surdos e professora de prospectivos intérpretes de Libras em cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, em cursos de extensão universitária e na pós-graduação, tenho vivenciado inúmeras conquistas, e uma das fundamentais para a educação de surdos e que terá um efeito que pode repercutir sobremaneira na entrada, permanência e êxito desses estudantes no ensino superior, foi a alteração do texto da LDB, que introduz um novo princípio e dá outras providências, por meio da Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021, que assegura:

A oferta de educação bilíngue de surdos terá início ao zero ano, na educação infantil, **e se estenderá ao longo da vida.** [...] garantir aos surdos o acesso às informações e conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades surdas e não surdas (Brasil, 2021, s/p grifo nosso).

Com efeito, o Decreto Federal, nº 5.626/2005, citado anteriormente, determina que os profissionais que atuam na educação bilíngue ou em escolas regulares que tenham alunos surdos, **devem estar cientes da singularidade linguística** desses estudantes e isso envolve também agir com base nesses aspectos didáticos e culturais, fornecendo insumos linguísticos compatíveis com a pedagogia que corresponde às demandas mais prementes deles. Envolve também promover o fortalecimento de sua identidade, uma identidade surda, baseada em artefatos surdos a partir da experiência visual (Rangel e Stumpf, 2004; Oliveira, 2020).

É importante lembrar essa trajetória, pois em alguns casos, pessoas surdas, mesmo fluentes em Libras, ingressam no ensino superior produzindo textos em língua portuguesa a nível de interlíngua (Alves, 2019)¹⁴. Outros pesquisadores também corroboram com isso quando trazem dados que refletem que esses estudantes apresentam características específicas, muitas vezes com sérias dificuldades relativas a seu letramento em Português (Brochado, 2003; Quadros, 2004; Vilhalva, 2004; Pinheiro, 2017).

Por isso não podemos prescindir de retomar questões sobre especificidades educacionais e linguísticas para que profissionais da área da educação, sobretudo tradutores e intérpretes de Libras-Português que atuarão nesse processo, compreendam o desenrolar dos fatos que levaram a esta conjuntura, que impacta no fazer profissional.

Comunidade Surda nos Tempos Atuais¹⁵

Pessoas surdas começaram a afluir de forma progressiva aos espaços acadêmicos, com a promulgação da Lei 10.436 de 2002, do Decreto Federal 5.626 de 2005, que regulamentou esses dispositivos e com base na Lei 13.409/2016¹⁶ que dá providências a fim de reservar vagas para pessoas

¹⁴ Interlíngua de acordo com Brochado (2003), quando um falante de uma dada língua nativa, passa a formular hipóteses de funcionamento linguístico de uma segunda língua cuja habilidade ainda está sendo aperfeiçoada.

¹⁵ A comunidade surda é composta não apenas por surdos, a saber: pais de surdos, intérpretes de Libras e outros que comungam com os ideais do Povo Surdo (Padden; Humphries, 1988).

¹⁶ Mais recentemente foi sancionada a Lei 14.723, de 2023. "A nova legislação torna permanente a reserva de vagas nas universidades federais e instituições de ensino técnico de nível médio federais para negros, indígenas, pessoas com deficiência, estudantes de escolas públicas e, agora, também para quilombolas". Fonte: <https://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2023/11/novas-regras-da-lei-de-cotas-ja-estao-emvigor#:~:text=A%20nova%20legisla%C3%A7%C3%A3o%20torna%20permanente,%2C%20agora%2C%20tamb%C3%A9m%20para%20quilombolas>. Acesso em 12 de janeiro de 2024

com deficiência em IES.

Para exemplificar, foi apenas em 2010 que uma estudante surda ingressou no curso de Mestrado em Educação Brasileira do Ceará, da Universidade Federal do Ceará (UFC) (Vieira, 2010). Desde então, este número continua a aumentar à medida que os programas de pós-graduação vêm desenhando um cenário propício ao ingresso de pessoas surdas. Posto esse cenário, emerge o profissional tradutor intérprete de Libras/Português, doravante, (TILSP), que no caso da UFC, entre os anos de 2012 e 2019, pôde ingressar por concurso público, passando a pertencer ao quadro efetivo de servidores da instituição. Esses profissionais ofertam serviços de tradução e de interpretação, conforme elenca a Portaria nº 304, de 30 de novembro de 2021¹⁷:

- Mediar situações de comunicação entre surdos e demais membros da comunidade acadêmica;
- Interpretar conteúdos compartilhados em salas de aula dos cursos de graduação e pós-graduação onde se encontram surdos;
- Interpretar eventos diversos na comunidade acadêmica;
- Traduzir textos acadêmicos e produtos informacionais em Libras/Língua Portuguesa para pessoas surdas da comunidade universitária;
- Realizar estudos que contribuam com a qualidade das atividades inerentes à Divisão que propiciem o domínio dos conteúdos abordados nas diversas atividades da vida acadêmica.
- Interpretar o par linguístico Libras/Português em atividades acadêmicas do currículo formal (graduação) com a presença de surdos matriculados.

Desse modo, os servidores, entre outras atividades, realizam a tradução de artigos científicos, de documentos oficiais da instituição, participam de eventos dos mais variados temas, dentro do universo acadêmico, e há a possibilidade também de tradução de Libras para o Português escrito, usado em gêneros acadêmicos, dado que, como afirmam David e Lebedeff (2021), a aceitação da Libras como língua de produção acadêmica ainda é tímida.

Em paralelo a isso, a mesma Lei que reconhece o direito linguístico

¹⁷ Disponível em [portaria-trabalho-em-dupla-gabinete-do-reitor-portaria.pdf \(ufc.br\)](#). Acesso em 08 de setembro de 2022

das pessoas surdas orienta que a “Língua Brasileira de Sinais – Libras¹⁸, não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa” (Brasil, 2002). Frente às demandas de tradução e interpretação na direção Libras-Português, no contexto acadêmico, no âmbito da graduação e pós-graduação, por vezes, esses profissionais se encontram em dilemas tradutórios e interpretativos, em especial quando o tradutor e intérprete não têm conhecimento, ou mesmo, familiaridade com a temática, não demonstrando ter expertise na área do contexto de atuação, aumentando dificuldade do processo pré-translativo¹⁹.

Silva (2022) propôs um modelo de Competência Tradutório-Interpretativa (CTI) tendo como base os conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para o trabalho na esfera da Educação Superior (Esquema nº 1), que poderá servir como base para as avaliações de seleção de editais de concursos públicos das IES²⁰.

Para a autora, tendo em vista o ingresso de pessoas surdas aos espaços de formação de nível superior, esses profissionais para atuarem nesse contexto, precisam estar em conformidade com a 1. Competência de Resolução de Problemas; 2. Competência Temática; 3. Competência Cultural; 4. Competência Linguística; 5. Competência Translatória; 6. Competência Cognitiva; 7. Competência Enciclopédica; 8. Competência Comportamental; 9. Competência Interpretativa; 10. Competência Estratégica; 11. Competência Instrumental; 12. Competência Administrativa, e 13. Competência Psicofisiológica.

Levando em consideração essas competências elencadas por Silva (2022) esses profissionais devem acompanhar e procurar meios para aperfeiçoar sua práxis tradutória e interpretativa, em várias frentes que são inerentes ao nível superior, a fim de atender as demandas de modalidade da linguagem acadêmica, e recursividade requerida por essas exigências. Para tanto é necessário apropriar-se de conhecimentos linguísticos e culturais, epistemológicos, a fim de que o trabalho tradutório e interpretativo seja plenamente efetuado. Sendo necessário que o intérprete mobilize competências que são passíveis de serem desenvolvidas e aprimoradas

18 Há no território nacional mais de 21 línguas de sinais emergentes mapeadas (Silva, 2021).

19 Processo translativo refere-se ao processo de transladar (traduzir em sentido lato) a mensagem de uma dada língua de partida, para uma língua de chegada (Nord, 2012)

20Atualmente, não é mais possível abrir concursos para TILSP em IES Federais ou IFs pois em 2019, o Governo Federal publicou o Decreto no 10.185 que vedou a abertura de concursos para cargo de Intérprete de Linguagem de Sinais, dentre outros cargos efetivos vagos ou que vierem a vagar e o provimento de vagas adicionais, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional (Brasil, 2019)

(Aubert, 1993; Hurtado Albir, 2005; Cavallo, 2019; 2022).

Cabe neste momento, aproveitar o ensejo do cenário que encontramos no Simpósio objeto desta pesquisa e fazer uma breve digressão ao cenário profissional de tradução e interpretação em território lusitano em paralelo ao que encontramos no Brasil, visto que no referido evento uma das línguas de trabalho era a Língua Gestual Portuguesa (LGP).

Inicialmente, é importante ressaltar que embora Brasil e Portugal sejam compatíveis pela perspectiva da lusofonia, no que diz respeito às línguas de sinais usadas em seus territórios, esta realidade se distancia cabalmente, visto que não compartilham nem mesmo o tronco linguístico, pois a Libras é originária da Língua Francesa de Sinais, trazida por H. Huet em 1857 e a LGP é oriunda da Língua de Sinais Sueca, levada para Portugal em 1822 (Castro, 2021; Lobato, Coelho e Bentes, 2022). Para melhor entendimento do cenário de políticas públicas para intérpretes nos dois países, elaboramos o quadro 2:

Quadro 2 - Cenário profissional dos TILS – Brasil x Portugal.

BRASIL	PORTUGAL
<p>-Decreto 5.626/ 2005, que impacta significativamente na formação em nível superior de Tradutores e Intérpretes de Libras</p> <hr/>	<p>-Lei 89/99 que tratava das condições de acesso e exercícios da atividade do intérprete de língua gestual</p> <hr/>
<p>Lei 12.319/2010 que regulamentou a profissão do tradutor e intérprete</p>	<p>-Decreto-Lei nº 3/2008, em seu Capítulo V, que ao tratar das modalidades específicas de educação, cita a competência do intérprete de LGP</p>
<p>-Lei nº 13146/2015 Sinaliza a exigência de formação dos tradutores intérpretes que irão atuar no ensino superior</p> <hr/>	<p>-Decreto-Lei nº 54/2018 que estabelece os princípios e normas de garantias da inclusão pontuando a presença dos intérpretes nas Escolas de referências para Educação Bilíngue</p> <hr/>
<p>-Lei 14.704/23 complementou a Lei 12.319, e trata da jornada de trabalho de máximo de 6h diárias ou 30h semanais e assegura o revezamento em trabalhos com tempo superior a uma hora.</p>	<p>- Resolução da Assembleia da República n.º 328/2021 que recomenda ao Governo a valorização e regulamentação da profissão de intérprete de língua gestual portuguesa.</p>

Fonte: Elaborado pela autora.

É possível depreender das informações contidas no quadro 3 que, embora o cenário de atuação em Portugal formalmente tenha iniciado anos antes, são pouco expressivas as diretrizes dentro do ordenamento jurídico de Portugal que regem a profissão de tradutor e intérprete de língua de sinais, e que majoritariamente as políticas públicas giram em torno do âmbito da educação. Também não há uma regulamentação quanto às condições ergonômicas laborais desses profissionais, e que assegurem a carga horária máxima de trabalho diário e semanal e nem mesmo a atuação em regime de revezamento, a exemplo do que temos no Brasil.

A despeito das fragilidades existentes no campo de políticas públicas para atuação de intérpretes de Libras no país, dispomos de uma conjuntura promissora em comparação, por exemplo, a Portugal. A próxima seção irá apresentar pesquisas realizadas no Brasil com enfoque em políticas públicas para a formação de intérpretes e pesquisas com envergadura específica na interpretação de conferência.

LEVANTAMENTO DE PESQUISAS SOBRE INTERPRETAÇÃO DE CONFERÊNCIA (LV E LS) NO BRASIL NO PERÍODO DE 2003 A 2022

Com a finalidade de obter uma visão mais ampla sobre a produção acerca do profissional intérprete de Libras-Português em contexto de conferência no Brasil, realizei uma pesquisa nos bancos de dissertações e teses do Programa de Estudos da Tradução da UFSC (PGET); UFC (POET); Programa de Pós-Graduação em Letras Estrangeiras e Tradução (PPG-LETRA); UNB (POSTRAD); Banco de Teses e Dissertações da Capes e Google Acadêmico, no período de 2003 a 2022, esse recorte temporal justifica-se porque 2003 foi o ano da publicação da primeira pesquisa que se propôs a refletir sobre o trabalho do intérprete de conferência e 2022 foi o ano de conclusão do levantamento realizado para a feitura deste trabalho.

Também, na tentativa de compreender o avanço das produções com o passar dos anos, realizei uma investigação nos Anais do Congresso Nacional de Pesquisas em Tradução e Interpretação de Libras e Língua Portuguesa realizado bianualmente desde 2008 na UFSC e constatamos que, em 2008, apenas o tema “*Formação de intérpretes de língua de sinais*” foi abordado, e apenas dez trabalhos selecionados para apresentação. Em 2010, foi o ano em que houve a formatura da primeira turma de licenciados em letras Libras da UFSC²¹.

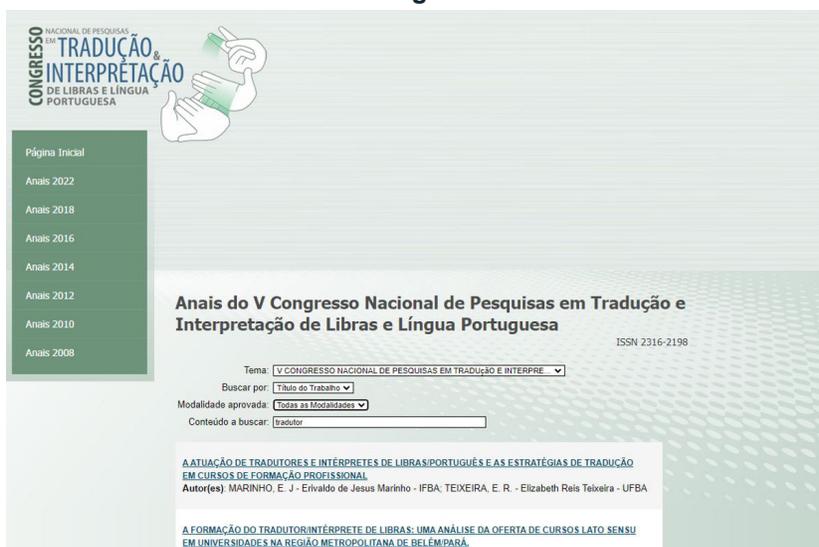
Inferimos que por isso houve um aumento exponencial de pesquisas, que no referido Congresso foram organizados em eixos temáticos a saber: (1) Formação de intérpretes de língua de sinais; (2) Formação de tradutores de língua de sinais; (3) Discurso e tradução/interpretação de/para a língua de sinais; (4) Metodologias para implementar a tradução de/para a língua de sinais; (5) Avaliação da Tradução/ interpretação de para Língua de Sinais; (6) Tradução de/para a escrita de sinais; (7) Metodologias para implementar a interpretação de/para a língua de sinais.

²¹ Os pólos foram divididos no Brasil em Instituições de Ensino Federais como Goiânia (CEFET-GO), Brasília (UnB), Fortaleza (UFC), Florianópolis (UFSC), Manaus (UFAM), Rio de Janeiro (INES), Salvador (UFBA), Santa Maria (UFSM), e São Paulo (USP).

No ano de 2012²², além dos temas acima, foram incluídas as seguintes temáticas: (8) Tradução, /interpretação de língua de sinais: (9) ética; (10) Tradução/interpretação de língua de sinais: (11) norma Surda; (12) Políticas de tradução/interpretação de língua de sinais; (13) Tradução/interpretação de língua de sinais: (14) identidades em questão; (15) Discurso e tradução/interpretação de/para a língua de sinais.

A partir de 2014, o congresso ganhou um volume maior de temas discutidos e a disponibilização dos Anais ganha um novo contorno, visto que o consulente precisa procurar por meio da inserção de palavras-chave a de seu interesse e não mais por temática geral, como mostra a figura 3:

Figura 3 - Acesso aos Anais do Congresso Nacional de Pesquisas em Tradução e Interpretação de Libras e Língua Portuguesa.



Fonte: Anais do evento, 2014.

Ao inserirmos a entrada “tradutor”, por exemplo, chegamos a trabalhos que se debruçam sobre a formação, estigmatização do sujeito surdo reverberando no tradutor intérprete, tradutor surdo, intérprete educacional e tradução no ensino superior, tradução de textos sensíveis, autocuidado do tradutor, direitos trabalhistas do tradutor, metodologias de avaliação de

²² Na edição de 2008 foram abertos polos em Belém (UEPA), Belo Horizonte (CEFET-MG), Brasília (UnB), Campinas/SP (UNICAMP), Curitiba (UFPR), Dourados/MS (UFGD), Florianópolis (UFSC), Fortaleza (UFC), Goiânia (CEFET- GO), Natal (CEFET- RN), Porto Alegre (UFRGS), Recife (UFPE), Rio de Janeiro (INES), Salvador (UFBA), e Vitória (UFES). Acesso <https://libras.ead.grad.ufsc.br/>

tradutores em concursos públicos.

A partir de 2014, quando inserimos o termo *conferência*, os únicos trabalhos que aparecem são quatro, elencados a seguir: **“A interpretação de Libras para o Português em conferência: uma reflexão a partir do olhar do palestrante surdo”**, **“Intérpretes de Libras-Português no contexto de conferência: trabalho em equipe e as formas de apoio na cabine”**, **“A representatividade negra dos intérpretes de Libras em espaços de conferência sob o olhar de surdos, intérpretes ouvintes e contratantes”** e **“Omissão e explicitação em interpretação de conferência: a autoconfrontação como método de observação da atividade de TILSP em formação”**.

Não encontramos um grande volume de material que incluíssem o tema “intérprete de conferência”, sobretudo no ano de 2022, primeiro congresso realizado pós-pandemia, em que houve um exorbitante número de atuações em conferências na modalidade remota promovido majoritariamente pelas IES. Para nos certificar de que esse número está condizente com a realidade do cenário de produções acadêmicas sobre TILSP, enviamos um e-mail à secretaria do Congresso, pedindo o compilamento de todos os trabalhos que compuseram os Anais a partir de 2014, mas até a conclusão deste trabalho ainda não havia tido retorno para essa solicitação.

Segundo Santos (2013), pesquisadores e outros interessados se beneficiam quando há a possibilidade de acesso sobre a produção brasileira sobre os TILS, no formato de teses e dissertações. De acordo com a autora, em sua pesquisa foram encontradas no período compreendido entre 1990 e 2010, 148 dissertações e apenas 3 teses; no entanto, foram elencados apenas aquelas que atendiam ao propósito primeiro da pesquisa. Depois de duas fases de refinamento, o número de dissertações caiu para 26, mantendo as 3 teses.

O trabalho de Santos (2013) na coleta de dados usou uma metodologia muito similar à adotada nesta pesquisa, pois tem o objetivo de descrever a cena de produção acadêmica na atualidade, com enfoque nas pesquisas em interpretação de conferência. Lembramos aqui, que esses trabalhos não irão ser apresentados por ordem cronológica de publicação, mas sim à medida que eles complementam a ideia contida no trabalho subsequente, ou seja, a exposição será organizada de maneira concatenada entre assuntos que

dialogam entre si.

Por fim, em nossa pesquisa, chegamos aos seguintes trabalhos que foram alocados em eixos conforme o figura 4:

Figura 4 - Eixos temáticos.



Fonte: Elaborado pela autora.

Políticas Linguísticas e de Tradução

Para esta seção, foram achados poucos trabalhos que explanaram políticas públicas e de tradução que envolvessem especificamente os intérpretes em contexto de conferência, portanto foi preciso aceitar termos mais genéricos como termos guarda-chuva que tocassem transversalmente acerca da temática. Por exemplo, encontramos alguns trabalhos na página do grupo de pesquisa Políticas Linguísticas e Direitos Linguísticos-PoLiTicas²³, existente desde 2010.

Para Santos e Veras (2020), a importância da discussão sobre políticas de tradução e de interpretação se deve ao fato de que esses debates podem se desdobrar em [...] novas demandas para o campo [...], da criação e do gerenciamento das políticas de tradução e de interpretação [...]

²³ O grupo tem o compromisso de refletir em torno das línguas pelos vieses político, ético, estético e jurídico. <https://politicaslinguisticas.paginas.ufsc.br/sobre-o-grupo/> acesso em 08 de outubro de 2023

O trabalho também traz a informação de que as pesquisas que deram origem ao debate sobre interpretação comunitária, que são interpretações em serviços público, se deu com a publicação de livro intitulado *The critical link: interpreters in the community*, fruto da 1ª Conferência Internacional sobre Interpretação em Contextos Legais, de Serviços Sociais, ocorrida no Canadá, no ano de 1995. E foi de grande relevância, pois antes desse evento os debates acerca desse serviço não foram registrados academicamente, mesmo que já houvesse a atuação nessa modalidade muito tempo antes.

É interessante como as autoras também deslocam a pesquisa de um campo caritativo, que se resume em mera “acessibilidade” para um caráter de direito humano e linguístico dessa parcela da população, afastando-se definitivamente do viés assistencialista na forma de que muitas vezes esse público é retratado.

Desse modo, de acordo com Santos e Veras (2020), há desafios na implementação desses direitos por meio de políticas de tradução, pois está diretamente atrelada à forma com que essa língua e por conseguinte essa comunidade são encaradas.

Nesse mesmo sentido, Monzo (2022), problematiza o termo amplamente divulgado quando se trata de políticas linguísticas e de tradução para pessoa surda: *a acessibilidade*. Segundo a autora, esse termo está em estreita relação com as lutas da pessoa com deficiência, afastando-se das questões de direitos linguísticos, por uma perspectiva menos assistencialista. Segundo a autora, “a visão do corpo com deficiência como um corpo anormal marcou o início das políticas públicas para pessoas com deficiência” (Monzo, 2022 p. 37). Segundo a pesquisa de Monzo, a Libras e o profissional intérprete de Libras não deve ser vistos por um viés simplista, apenas como elementos de promoção da acessibilidade, pois não se pode reduzir uma língua a uma mera ferramenta com fins acessíveis. Ademais, a presença desses profissionais em espaços públicos, pode assegurar o direito linguístico de pessoas surdas.

Desta feita, Santos e Zandamela (2015) descrevem o panorama da interpretação de língua de sinais frente às políticas linguísticas no Brasil e em Moçambique, visto que os dois países partilham de semelhanças, tais como, como em seu território coexistirem línguas autóctones, mas vigorar como língua oficial a língua do colonizador. Desse modo, Santos e Zandamela (2015) traçam paralelos dos dois países, pela perspectiva da lusofonia e pela

perspectiva dos movimentos de tradutores e intérpretes da língua de sinais e pelo reconhecimento das línguas como desdobramento da criação de cursos de graduação. Para os autores, “a tradução e interpretação são atividades que ganham visibilidade institucional à medida que as línguas conquistam esse espaço”.

Em Moçambique, em comparação com outros países que compõem os PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, temos um cenário mais favorável no que diz respeito a políticas públicas para surdos. Santos e Zandamela (2015) afirmam que há no país, pelo menos, um curso de licenciatura existente desde 2014, de Licenciatura em Língua de Sinais de Moçambique, na Universidade Eduardo Mondlane. Faz-se importante salientar que os surdos organizados em associações, como é o caso da Associação de jovens surdos de Moçambique (AJOSMO), colaboram para conquistas de ordem legal e de projeção social para a comunidade.

O texto também problematiza questões de empregabilidade no serviço público levando em consideração que no Brasil temos desencontros nos dispositivos do Decreto 5.626, o qual prevê e orienta sobre a formação em nível superior para que esses intérpretes possam atuar, e que, como já tratado neste trabalho, a Lei que regulamentou esse nicho profissional cinco anos depois, não enfatiza e não dá outras providências para que essa formação seja efetivada. Todavia, em Moçambique ainda não há sequer a regulamentação desses profissionais que são absorvidos sobremaneira no contexto de sala de aula no nível superior, pois em outros contextos ainda não estão atuando em número significativo conforme as demandas sociais desses surdos usuários do serviço público.

Santos e Francisco (2018) recuperam o fato de que o mapa fundacional dos Estudos da Tradução proposto por Holmes (1972), contempla as políticas de tradução enquanto subárea. Também esclarecem que enquanto a população usuária dos serviços de tradução pode trabalhar por oferecer pistas para a construção de políticas e ao mesmo tempo exigir ações que vão ao encontro de suas demandas mais prementes e que paralelamente a isso a academia, pode elencar e sistematizar elementos para a implementação de políticas de tradução. Todavia, as autoras alertam que “políticas linguísticas não se reduzem às diretrizes legais, e que a ausência de um planejamento sistematizado e definidor de políticas de tradução é uma constante”.

O Trabalho de Monzo (2022) já referido acima, também retoma os conceitos trazidos por Calvet (2007, p. 68), *in vivo* e *in vitro*, para designar duas formas de gestão da política linguística. O primeiro se refere ao fato de que quando há problemas de comunicação, eles podem ser resolvidos organicamente pela própria comunidade linguística, como a criação de línguas *pidgin*, e o segundo se refere ao fato de que essas medidas são observadas e tomadas por linguistas e levadas para a apreciação da classe legislativa, para posterior implementação. Todavia, essas deliberações são levantadas principalmente por movimentos associativos organizados. Desse modo, a autora destaca que a primeira Associação de Tradutores e Intérpretes de Libras foi fundada em 2004, por Ricardo Sander, no Estado de São Paulo, servindo como propulsora para a criação e fortalecimento de movimentos de associações de profissionais por todo território nacional.

Ainda sobre os desdobramentos do Decreto 5.626/05, que assegura a criação de cursos de nível superior para a formação de intérpretes de Libras, a pesquisa de Monzo (2020, p.35) traz à baila que o currículo dos cursos de Bacharelado “teve como base o currículo do curso de licenciatura, que tinha como objetivo formar professores de Libras”, e que hoje, 18 anos após a publicação do Decreto, os cursos de Bacharelado ainda não foram plenamente criados nas Instituições Públicas de Ensino Superior de todas as regiões do Brasil, e os que existem ainda são em número bem reduzido, sendo apenas três na região Sudeste, três na região Sul, um na região Norte, um na região Centro-Oeste (Monzo, 2022 *apud* Rodrigues, 2018).

Ao encontro disso, Lima (2018) destacou a dimensão do Direito à língua, uma das dimensões elencadas por Calvet (2007) para ressaltar questões pertinentes à legislação. A autora argumenta que esse elemento é importante para compreender questões que atravessam povos de minoria linguística, como os surdos.

Destaca-se que há fragilidades oriundas das políticas de tradução no que concerne ao planejamento e a “formação, mercado de trabalho, remuneração, condições de trabalho”, mas salientou que em 2010 houve a inclusão no Código Brasileiro de Ocupações (CBO), na família dos cargos do código 2614, de “Filólogos, Tradutores, Intérpretes e afins”, sob o código 2614-25, a ocupação intitulada “Intérprete de Língua de Sinais”. Para a pesquisadora, esse foi um avanço significativo na época, pois o panorama

é de que muitos não eram contratados formalmente, pois a relação não era nitidamente evidenciada no CBO, pois os tradutores e intérpretes de língua de sinais estavam sob o grande guarda-chuva de “Filólogos, Tradutores, Intérpretes e afins.

Também ressalta que o mercado para os tradutores e intérpretes de Libras - língua portuguesa é ditado, principalmente, por políticas públicas, enquanto as demandas para os tradutores e intérpretes de línguas orais são geradas principalmente dentro do contexto do setor privado de ordem econômica. É por isso, como referenciou a pesquisa de Lima (2018), ao apontar Calvet (2007), as políticas voltadas ao público surdo são primordialmente provenientes de direitos básicos, sobretudo a língua, como mencionada acima.

Lima (2018) salienta que a maior divergência é que a formação em nível superior, é obrigatória apenas para quem atua no contexto de ensino superior, enquanto “na Educação Básica, a formação é substituída pela certificação de proficiência em Tradução e Interpretação de Libras/PB²⁴” (Lima, 2018). Nesse sentido a autora assevera que a não obrigatoriedade contribui para que instituições privadas ofereçam, de maneira crescente, cursos de qualificação profissional de nível médio para tradutores e intérpretes, no entanto, contribui para o número baixo de cursos de nível superior em Instituições públicas de ensino por falta de políticas de fomento, sobretudo financeiro para isso.

A pesquisa de Lima (2018) também apontou que em alguns momentos as legislações que regem as políticas linguísticas para a formação de profissionais intérpretes de Libras-Português se inter-relacionam, mas em outros momentos elas estão desalinhadas, por exemplo, quando há alguma divergência no texto de alguns dispositivos em relação a outro documento legal, não torna sem efeito o documento que está em desacordo.

Cabe relembrar que antes da promulgação de legislação específica, os intérpretes de Libras atuavam, como afirma Lima (2018), enquanto “contingenciais”, pois eram iniciados na vida profissional a depender da demanda que se lhes apresentava, na “ordem do imprevisível”. A trajetória profissional do nicho de intérpretes de Libras foi se consolidando e é confluyente com os avanços do povo surdo, i.e., à medida que pessoas surdas tomavam posse de lugares de negociação, esses lugares também eram negociados tendo como mediadores intérpretes.

24 Português Brasileiro

Marques (2017) chama a atenção para a pesquisa de Pereira (2008) quando ressalta que os intérpretes de línguas orais (ILO) têm maior prestígio do que intérpretes de língua de sinais, uma hipótese é que à medida em que os ILO atuavam efetivamente em traduções, eles deixavam registro de sua existência e da importância do seu trabalho, enquanto os intérpretes de língua de sinais sofrem uma espécie de apagamento de sua atuação, pois originalmente não eram registradas. Marques (2017) salienta que a lentidão de reconhecer essa classe trabalhadora tem sido atribuída ao fato de que a atividade tem sido exercida por longos tempos por familiares por uma perspectiva caridosa. Portanto, como afirma o autor: “Com o reconhecimento e regulamentação do profissional, eles passam a ter meios legais para reivindicar a ocupação dos espaços de trabalho, bem como os seus direitos trabalhistas”.

Para esta parcela de profissionais, são necessárias políticas de fomento e valorização, bem como um claro delineamento sobre o seu fazer e procedimentos que irão valorizar e resguardar a saúde e condições ergonômicas adequadas. Levando em consideração que a regulamentação da profissão de tradutores e intérpretes de Libras-Português foi promulgada pela Lei 12.319 em 2015, e que o texto não da referida lei, não assegurou questões caras à atuação como o direito à revezamento e ao trabalho com carga horária reduzida, e obrigatoriedade de formação em nível superior, para atuação em todos os níveis de educação básica.

Contudo, em 2017, foi apresentado pela Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência um Projeto de Lei que previa a melhoria das condições de trabalho para o profissional tradutor, como formação em nível superior, formalização da função do guia-intérprete para pessoas surdocegas, trazendo como proposta a alteração da referida Lei nº 12.319/2010. O projeto foi aprovado seis anos depois, pela Lei 14.704/2023, falaremos mais adiante sobre as medidas legais regidas por esse documento.

São abertas, porém, novas possibilidades de formação de intérpretes em nível superior, carecendo de mais políticas linguísticas e de tradução que venham a responder às expectativas sociais e linguísticas prementes a de se criarem mais cursos de bacharelado em Letras Libras ou em Tradução e Interpretação em Libras no território nacional.

Para Pinheiro (2020), que traz em sua investigação o Tradutor e Intérprete Surdo (TIS) com atuação em conferência intermodal. A autora propõe uma elaboração de projeto de Lei que irá dar garantias ao TIS com vistas a formação profissional e a inserção nos vários espaços sociais de sinais como o contexto de conferências regionais, nacionais, internacionais, judiciais, consulados e congêneres. As línguas que não são reconhecidas e contempladas por uma legislação, correm o iminente risco de apagamento e extinção, até porque são faladas por uma parcela muito pequena. Pinheiro (2020), em sua tese, também afirma que precisamos ter em mente que as “as políticas linguísticas tratam de relações de poder entre as línguas”. A autora chama a atenção para que as conquistas que o povo surdo já obteve se deveram ao fato de que primeiramente haviam ali sido implementadas políticas tais como legislação específica que assegura aos surdos usufruírem desses direitos.

Todavia, o trabalho de Pinheiro também traz dados sobre as línguas de sinais emergentes, ou seja, línguas de sinais utilizadas em microcomunidades isoladas no Brasil, nas zonas rurais e comunidades indígenas e que não são contempladas por essas ações governamentais e por isso jurídicas. A pesquisadora cita as 19 (dezenove) línguas de sinais catalogadas até aquele momento²⁵.

Masil e Gondar (2022) refletem sobre o baixo número de registros sobre o trabalho de intérpretes de conferências negros e a ausência de profissionais negras e negros atuando em eventos multilíngues como intérpretes. As autoras denunciam que:

O racismo estrutural, portanto, é um dos determinantes importantes para refletirmos sobre a ausência de intérpretes negras e negros na história oficial da interpretação de conferências. Vamos adiante ao afirmar que a profissão nasce com vieses de gênero, raça e posição social, uma vez que, nos anais da história da institucionalização do ofício, temos homens e mulheres brancos/as, tidos como naturalmente aptos ao exercício do multilinguismo a partir das suas origens multiculturais ou mesmo do capital intelectual advindo de sua posição social (Masil e Gondar, 2022, p.18).

No entanto, as autoras afirmam que embora as intérpretes negras/ne-

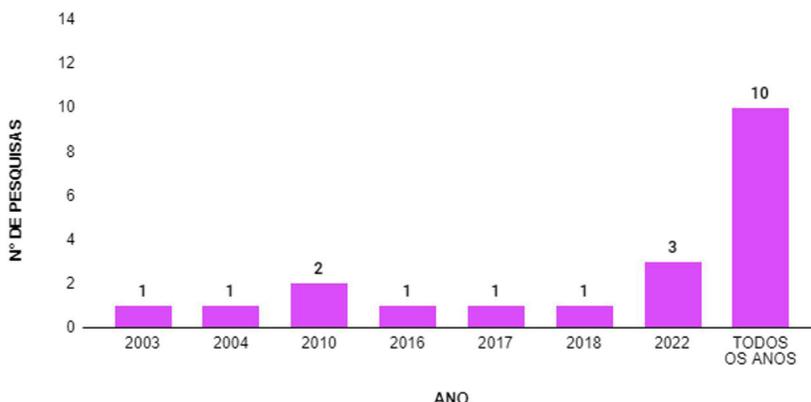
25 Hoje já há a catalogação de mais línguas, pois segundo Silva (2022) há 25 línguas de sinais emergentes, coexistindo no território nacional.

gros não figurem nos documentos da interpretação de conferências, houve sempre mediação linguístico-cultural em espaços informais e essas atividades estão devidamente documentadas em território latino-americano.

Afirmam também que a culpabilização deve ser deslocada do indivíduo para a falta de políticas públicas destinadas à oferta de ensino de idiomas não fornecida pelo Estado, enquanto projeto de reparação, com vista a fornecimento de melhores condições de colocação no mercado de trabalho, como por exemplo atuar no mercado de tradução e interpretação de línguas estrangeiras.

Atualmente o terreno é fértil e promissor para as pesquisas e como desdobramento a implementação de mais políticas públicas que enfoque linguístico, pois é possível também, realizar análises tendo como corpus o material do Inventário Nacional da Libras, que por sua vez é parte integrante do Inventário Nacional de Diversidade Linguística (INDL). Por meio dele, pode-se ter acesso a diversos falares de pessoas surdas de referência (Quadros *et al.*, 2020). Em vista desses corpora, é possível fortalecer as epistemologias surdas e contribuir para a promoção de políticas linguísticas que beneficiarão toda a comunidade surda. No gráfico 1, observa-se o número de pesquisas mapeadas neste subitem:

Gráfico 1 - Pesquisas sobre Políticas Linguísticas e de Tradução.



Fonte: Elaborado pela autora.

Formação de Intérpretes de Conferência

Pagura (2003) menciona que a primeira escola criada com a finalidade de formar intérpretes e não tradutores foi a da Universidade de Genebra em Suíça em 1941, e que antes disso os intérpretes que atuavam em grandes eventos, como o julgamento de Nuremberg, não eram egressos de nenhuma escola formal, e eram iniciados em situação de exposição sem preparo prévio, muitas vezes “se afogando”, ou seja cometendo erros e aprendendo com eles.

No entanto, foi apenas em 1956 que ocorreu a virada de chave no campo de formação de intérpretes, com a chegada de Danica Seleskovitch na Escola de Sorbonne, França. Segundo Pagura (2003), a proeminência da contribuição de Seleskovitch aos estudos da interpretação é tão relevante que a Associação Internacional de Intérpretes de Conferência (AIIC) deu o seu nome a um prêmio bienal internacional concedido a intérpretes de conferência de destaque na área. Isso parece natural, pois é por meio da pesquisadora que os estudos se voltam para a reflexão sobre o processo da interpretação, visto que antes o treinamento de intérpretes estava voltado para o campo de ensino de línguas. Além disso, ela desenvolveu uma linha teórica chamada *Teoria interpretativa da tradução* ou *Théorie du Sens* (Teoria do Sentido). Este trabalho irá tratar mais profundamente sobre esse tema em outra seção.

Pagura, na sua tese de doutorado, publicada em 2010, trata no capítulo seis especificamente sobre a formação dos intérpretes de conferência. O autor relata que a maioria dos cursos de formação de intérpretes estão na Europa e seguem, em grande parte, a recomendação da AIIC de que essas formações sejam ofertadas precipuamente a nível de pós-graduação.

Pagura (2010) relembra algumas obras bibliográficas com a finalidade de ensino prático para o público intérprete. Menciona que em 1971 Paul Hendrickx publicou um livro intitulado “*Simultaneous Interpreting: A Practice Book*”, cujos métodos de ensino serviram de base de ensino inicial nas instituições de ensino intérpretes no Brasil. Entretanto, Pagura (2010) criticou o método de treinamento e os exercícios, pois segundo ele tais atividades

estavam descontextualizadas, fazendo com que o estudante se concentrasse em palavras desprovidas de sentido mais pragmático, sem levar em consideração os elementos extratextuais.

Segundo Pagura (2010), o autor do livro supramencionado acerta em dizer que há a necessidade de guardar um distanciamento de segurança, *décalage*, todavia peca quando propõe exercícios que vão trabalhar com palavras e não com o conceito geral. Ele cita também a Teoria Interpretativa dos Sentidos de Danika Seleskovitch. Como o próprio nome nos deixa revelar, essa teoria não tem como enfoque principal o que é dito, mas o que se quer dizer: o sentido.

Aqui no Brasil, segundo Pagura (2010), a primeira Instituição de ensino a se interessar pela formação de intérpretes foi a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), em 1968. Uma curiosidade que o autor traz é que a PUC conseguiu que a primeira professora de interpretação de seu curso fosse egressa do programa criado por Dostert, que introduziu a interpretação simultânea em Nuremberg e na ONU.

No referido curso havia disciplinas imprescindíveis para o intérprete consideradas como instrumentais (Pagura, 2010 *apud* Bekenn, 2009) que eram: Dicção e imitação de voz, Atenção e concentração, Português para intérpretes e Atualidades internacionais.

O autor exemplifica algumas instituições de ensino que começaram também a oferecer o curso de intérprete, mas ele também menciona algumas iniciativas não institucionais para formação de intérpretes, como a empresa com a pretensão de “treinar” intérpretes e agenciar os seus serviços posteriormente. Um desses empreendedores é Ewandro Magalhães JR, autor do *best-seller* “Sua majestade, o intérprete”.

Pagura salienta que os pretensos intérpretes recebiam um treinamento em detrimento da formação necessária para enfrentar os desafios da interpretação simultânea. O treinamento fornecido pela empresa de Magalhães se tratava de uma oficina que perfazia o total de 20 horas de treinamento prático.

Pagura (2010) denuncia que agências como as citadas acima são conhecidas por oferecerem honorários inferiores aos praticados por profissionais da área, posto que utilizam “participantes dessas oficinas para prestação de serviços”.

Pagura também problematiza cursos de nível superior que se propõem ao ensino da língua e a formar profissionais com a habilitação em tradução e interpretação de modo concomitante em tempo recorde, e sobre a importância de se atentar para a formação do corpo docente, se é detentor de conhecimentos teóricos e práticos de interpretação, enquanto conhecimento distinto e específico.

Gondar (2017), fazendo uma reflexão a respeito da reformulação do currículo do curso de especialização em formação de intérpretes de conferência da PUC-Rio, trouxe valiosas contribuições para a práxis interpretativa. A autora ressalta que os cursos de formação, não são somente “*locus*” de apreensão de técnicas, mas funcionam também como um espaço de intercâmbio e “de construção de uma comunidade epistêmica”. Lembra ainda que a tecnologia, como foi o caso da ferramenta para interpretação simultânea fabricada pela IBM, que tornou possível o trabalho dos intérpretes em Nuremberg, depois da segunda guerra como já explanado por Pagura (2003; 2010), tornou sólida a profissão em contexto de comunicação internacional e fez com que esses atores fossem catapultados ao papel de formadores de novos pretendidos intérpretes.

Gondar (2017, p.14) afirma que a reestruturação curricular aplicada em 2017 na PUC-Rio trazia temas transversais que orientavam aos estudantes a habilidade de aprender a aprender, tendo como vistas a autonomia desse aluno. De acordo com Gondar, para ser configurada uma aprendizagem autônoma, é necessário ir ao encontro da capacidade de:

(...) pensar acerca do processo de aprendizagem de forma consciente. Também têm a ver com questões de postura e atitude – o/a aluno/a deve ser estimulado/a tomar decisões conscientes em relação à organização (onde, quando, com quem) e ao conteúdo (o quê, por quê) de sua prática e de seu processo de aprendizagem.

Também envolve refletir sobre si, autopercepção crítica do seu processo de aprendizagem, autoavaliação de seus erros e acertos. Texto: Nessa direção, o trabalho de Araújo objetivou melhor compreender a situação atual da formação de intérpretes de conferência de línguas orais-auditivas no Brasil. Fazendo um mapeamento desse cenário diverso de formação, traçando um paralelo com as diretrizes de práticas de formação de intérpretes recomendadas pela Associação Internacional de Intérpretes de Conferência (AIIC).

O trabalho ressalta que embora a pesquisa tenha sido realizada por um número expressivo de instituições que formam intérpretes de línguas orais no Brasil, nenhum dos participantes da pesquisa conseguiu atender integralmente a todos os itens da lista de melhores práticas da AIIC.

Araújo (2017) também trouxe à baila que ao mesmo tempo em que tais diretivas de prática são abrangentes são também de certo modo pouco claras. Conforme a autora: “As recomendações sobre a duração do curso e o seu oferecimento em nível de pós-graduação podem ser vistas como vagas ou inespecíficas”. Ainda assim, essa abertura pode contribuir para a criação de uma identidade, apesar das diferenças entre as diversas instituições promotoras de cursos de formação.

Gondar, Araújo e Quental (2022) relatam como foi a transição do modelo de sala de aula presencial para o on-line em decorrência da pandemia da covid-19, no curso de formação de intérpretes da Puc-Rio. Trazendo alguns apontamentos da característica das condições iniciais dessas turmas que vieram a facilitar esse novo desenho de modalidade de oferta de formação. As autoras elencam três importantes aspectos: (1) migração de atividades em classe para o ambiente virtual; (2) capacitação docente e o uso de plataformas de aprendizagem durante a formação; e (3) a infraestrutura on-line concedida pela universidade.

As autoras relatam que o curso a partir de 2016 foi aos poucos se modificando e reforçando a importância da autonomia discente no sentido de que os estudantes podiam fazer atividades paulatinamente transferidas para o estudo individual em casa, dando ênfase a esta prática, transferido parte da responsabilidade aos estudantes.

Gondar, Araújo e Quental (2022) relembram que a plataforma escolhida para dar continuidade às aulas e atividades foi o Zoom²⁶, e que isso não causou estranhamento pelo fato de alguns professores já usarem a plataforma em suas aulas, até mesmo porque havia a funcionalidade de interpretação simultânea e de criar salas para reunião de equipes de trabalho, na simulação de interpretação de conferências. Apontam também que o recurso denominado de relé, que é quando um intérprete não é fluente na língua de partida e precisa ouvir a interpretação de outra cabine que correspondem às

26 A plataforma Zoom Meetings, “foi criada em 2011 e hoje é um dos softwares mais utilizados para videoconferência. Com o advento da covid-19, o número de usuários por todo o mundo cresceu muito” (Mesquita, 2020, p 45).

suas línguas de trabalho. Inclusive, como afirmam as autoras, esse recurso foi amplamente usado para situações reais de interpretação usando o Zoom ao longo de todo período de isolamento por conta da pandemia. Isso trouxe um grande ganho aos estudantes que puderam experimentar essa ferramenta que já era consolidada nos ambientes de Interpretação simultânea remota (RSI).

Com a consolidação das experiências que foram se legitimando no fazer de ensino aprendido em um contexto on-line em decorrência da Covid, o corpo de professores pensou em realizar um curso que fosse híbrido, sendo que das 360h/a, apenas 60h fossem em regime presencial. Porém, com a não retomada das atividades ordinárias nas universidades, o curso passou a ser ofertado integralmente on-line por força maior.

Para as pesquisadoras, a grande procura e a capilarização do curso em todo território nacional contribuiu para o reconhecimento do curso no Brasil, reforçando a importância da formação sistemática e formal como influenciadora em questões profissionais.

Todavia Gondar, Araújo e Quental (2022) também destacam os desafios desse cenário de atividades práticas apenas no âmbito on-line, como o contingente de formandos que egressaram de turmas com as quais não tiveram a oportunidade de exercitar trocas de experiências com seus pares na interpretação de cabine, por exemplo. Outro desafio é não experimentar uma cabine física em suas diferentes apresentações em uma situação de evento real. Elas também relatam a dificuldade de inserir os estagiários que residiam em outros estados em eventos presenciais promovidos pela própria universidade, atividades essas que permitem que os cursistas experienciem situações parecidas às vivenciadas no mercado formal de trabalho.

As autoras fazem um paralelo interessante no que diz respeito aos acontecimentos sociais que influenciam novas configurações de trabalho. Segundo elas, o julgamento em Nuremberg representou um salto tecnológico e definidor da profissão, assim como a pandemia, enquanto catalisador de desdobramentos, como a popularização da RSI.

Outro trabalho que se propôs a refletir sobre a formação de intérpretes de conferência, mais precisamente, intérpretes de âmbitos específicos como a área jurídica, é o de Nogueira, Felten e Vale (2022). Tratou-se de uma proposta de Unidade Didática (UD) para alunos de graduação do curso

de bacharelado em Letras Libras, que objetiva servir como suporte para intérpretes em formação com a especificidade de esses estudantes já serem conhecedores de habilidades requeridas para interpretação.

Através da interseção das áreas da Terminologia e Terminografia da Libras e os estudos da Didática de Tradução, o artigo se pauta pelas pesquisas que delineiam as competências trazidas pelo Processo de Aquisição da Competência Tradutória e Avaliação PACTE²⁷ (2003), capitaneadas por Hurtado Albir. Os autores, entre outras contribuições, trazem uma ficha “terminológica para a elaboração de glossários e elaboração de glossários bilíngues Português-Libras voltados a tradutores e intérpretes de Libras-português” (Nogueira; Felten e Vale, 2022 p.2).

O trabalho defende que, antes de uma tarefa interpretativa, o profissional intérprete deve “manipular a terminologia”, no sentido de esmiuçar termos que talvez desconheça ou se apropriar de novos conhecimentos requeridos no ato interpretativo e que é necessário que isso esteja presente no conteúdo das formações sistematizadas de intérpretes. Todavia os autores ressaltam que essas competências, como saber fazer uso de instrumentos e de conhecimentos extralinguísticos, não estão verdadeiramente consolidados nos currículos de formação em todo território nacional.

Os autores defendem também que é necessário que esse intérprete deva saber como e onde pode recorrer para sanar dúvidas de ordem terminológica em situações de interpretação. Também asseveram que o modelo proposto pelo grupo PACTE de subcompetências (subcompetência bilíngue, subcompetência extralinguística, subcompetência de conhecimentos sobre a tradução, subcompetência instrumental e subcompetência estratégica), assim como os componentes psicofisiológicos, compõem a Competência Tradutória e que esses elementos podem ser perfeitamente aplicados às atividades de interpretação. O trabalho de Nogueira, Felten e Vale (2022) destacam a subcompetência instrumental e a subcompetência extralinguística, ainda que o grupo PACTE não tenha pensado no público de intérpretes de línguas de sinais, os autores fazem as devidas adequações ao processo de atuação.

No que diz respeito à competência instrumental, os autores, tendo como referência Hurtado Albir (2011, p.395), afirmam que essa competência

27 Segundo Neubhaer (2018) o grupo PACTE foi fundado em 1997 na Universidade Autônoma de Barcelona (UAB), na Espanha, e “tem por objetivo principal investigar como a aquisição da competência tradutória ocorre nos processos de tradução e versão na forma escrita (p.13)

diz respeito a “por conhecimentos, essencialmente operativos, relacionados com o uso das fontes de documentos e das tecnologias de informação e comunicação (TIC) aplicadas à tradução” (Nogueira; Felten e Vale, 2022, p.7).

Desse modo, a consulta a esses produtos terminográficos podem se constituir em importantes ferramentas que irão colaborar fortemente com a atividade de interpretação, então, para que haja o ensino a fim de que se desenvolva essa capacidade é necessário um alinhamento entre as áreas dos Estudos da Tradução, que contemplam também a interpretação, bem como a Terminologia e Terminografia que salvaguarda a Terminologia e Terminografia da Libras.

O trabalho também ressalta a mobilização da subcompetência instrumental. O aluno, pretensão profissional na área de interpretação de conferência, deve saber manejar recursos que facilitarão e servirão de suporte, que possibilita o bom fluxo dos processos de interpretação. Desse modo, os autores designam como uma necessidade a mobilização desses recursos. Todavia o estudo também destaca que na Libras ainda são poucas as iniciativas que cumprem princípios básicos da Terminografia e da Terminologia, como deixar facilmente inteligível a que público se destina e qual o objetivo da obra.

O trabalho também traz a sugestão de que os profissionais intérpretes criem suas próprias fichas terminológicas com o objetivo de criação de um corpus temático como ferramenta de consulta, daí os autores trazem sugestões de itens para compor essa ficha com enfoque nos intérpretes de Libras-Português: i) o termo e o sinal-termo; ii) a definição do termo e do sinal-termo; iii) contexto de uso do termo e do sinal-termo; e iv) nota terminológica (Nogueira; Felten e Vale, 2022, p.11).

O trabalho de Nogueira, Felten e Vale (2022) inaugurou uma proposta de UD, a qual tem como objetivo principal a criação de um corpus pessoal, mas que pode ser estendido para o coletivo com a finalidade de servir como um potente aporte de consulta para profissionais de contexto específicos.

Nogueira e Santos (2018) trazem importantes contribuições para o campo de formação de intérpretes de conferência a partir de tarefas de interpretação aplicadas em um curso de capacitação para intérpretes, no módulo denominado contexto de conferência. De acordo com os autores, a formação mais generalista, no sentido de um profissional estar apto a atuar em

diversos contextos, está sendo interpelada. Portanto, os autores trazem uma proposta de organizar as unidades didáticas em tarefas pode colaborar com a construção de diretrizes que irão nortear e circular interinstitucionalmente. Sendo que alguns dos motivos objetivos principais são:

(...) explorar as características que distinguem os contextos específicos de interpretação, o de levantar/documentar/registrar os movimentos do mercado para tais contextos e de sistematizar tarefas que simulem e explorem os contextos que oportunizam aos profissionais o contato direto com as demandas de interpretação (Nogueira e Santos, 2018, p.101).

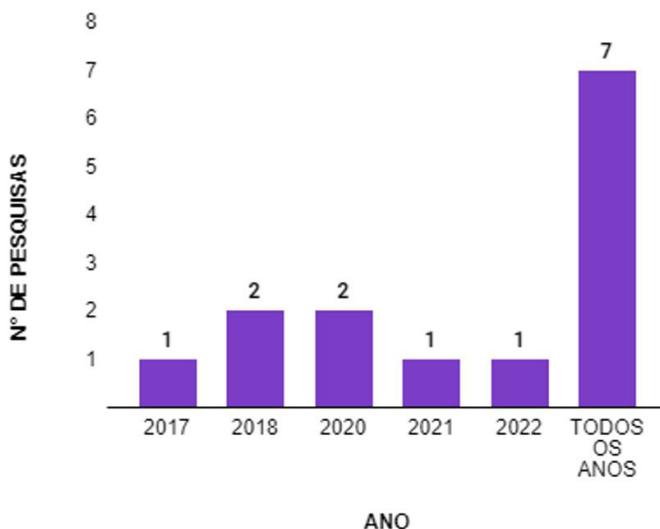
Por meio de uma abordagem construtivista, primou-se pela interação entre pares em sala e o professor em condição de mediador e não detentor de todo saber. Os autores também deixam claro que o curso tem viés introdutório, intencionando também que ele permita que esses cursistas possam desenvolver mecanismos para a aquisição de competência interpretativa em contextos específicos.

Durante a aplicação das tarefas, um outro dado que foi evidenciado foi a insatisfação pelo não recebimento dos conteúdos prévios ao evento a ser interpretado, todavia quando questionados sobre o que fariam se tivessem acesso ao material com antecedência, os cursistas apenas responderam que seria feita a leitura.

Certamente isso demonstra, segundo Nogueira e Santos (2018), que há uma carência de formação no que diz respeito à preparação, como buscas terminológicas e consulta de materiais de apoio, além disso, como resultados preliminares, pelo fato da maioria dos intérpretes cursistas terem mais experiência na atuação no nicho educacional, em alguns momentos reproduziram algumas posturas desconsiderando a especificidade da interpretação de conferência.

O gráfico 2 mostra o número de pesquisas sobre formação de intérpretes de conferência:

Gráfico 2 - Pesquisas sobre Formação de Intérpretes de Conferência.



Fonte: Elaborado pela autora.

Operacionalização de Conhecimentos Declarativos e Procedimentais de Atuação

Santos (2012, p.32) discorre sobre a interpretação de Libras para o português oral como um processo de retextualização, requerendo do intérprete uma expertise específica no que diz respeito à modulação de palavras. Aponta ainda que a maior dificuldade dos intérpretes quando interpretando para a língua oral é a escolha de palavras e “saber como lidar com a diversidade linguística e a diversidade de variações vocabulares; a formação acadêmica para possíveis atuações no mercado de trabalho; as maneiras de ser da pessoa surda quando for realizada uma interpretação sinal/voz”.

Barroso (2014) traz algumas reflexões sobre equipe de intérpretes de cabine, mais precisamente de língua vocais e os recursos de que eles se imbuem para superar alguns entraves no momento de interpretação. Por exemplo, a importância de uma construção terminológica da conferência

que irá prestar os seus serviços, tais como listas de termos específicos e glossários, bem como técnicas de construção de termos a fim de que não prejudique a fluidez da mensagem na língua de chegada, bem como usar esses recursos para melhorar ainda mais o seu desempenho em eventos futuros.

Encontramos em Fonseca (2015) uma pesquisa que envolve refletir sobre questões cognitivas no ato tradutório interpretativo a partir da teoria do bilinguismo bimodal, ou seja, no uso de duas línguas de modalidade distintas, no caso a Libras e o Português. Por meio da investigação da interferência semântica no acesso ao léxico desses bilíngues bimodais, participaram da pesquisa 48 intérpretes. O autor antes de realizar a pesquisa tinha a hipótese de que os que trabalhavam mais horas semanalmente, por estarem mais ativos e com maior carga de exposição a tarefas tradutórias iriam responder mais rapidamente ao teste. O autor objetivou em seu estudo contribuir para “um melhor entendimento sobre a memória bilíngue e bimodal, além de contribuir para o acesso lexical, independente da modalidade de língua” (Fonseca, 2015, p. 86).

O Eixo dos conhecimentos declarativos e procedimentais acerca da interpretação foi o que mais teve retorno em termos de números de trabalhos que foram indexados para esta pesquisa. No total foram 21 trabalhos catalogados que versam especificamente sobre o funcionamento e os recursos de todas as ordens adotadas no contexto de interpretação de conferência.

Para darmos início a explanação desse eixo, trazemos a tese de Cavallo publicada em 2019. Esse trabalho, evoca questões notadamente atuais nos procedimentos usados por intérpretes. A autora ressalta que há um número muito grande de modelos que se propõe a elencar as competências necessárias para a tradução, todavia, quanto ao número de pesquisas e modelos que a competência para interpretação, são muito menores. Ainda propõe um modelo de competência de interpretação de conferência a partir de análise da grade curricular de oito cursos de formação de intérpretes.

A pesquisa trouxe a noção de distinção entre o conceito de competência em interpretação e competência do intérprete:

(...) a competência “do intérprete” seria algo mais abrangente do que a competência “em interpretação”, pois, com o primeiro termo, referimo-nos a tudo aquilo que o intérprete precisa saber e ser capaz de fazer para realizar com ótima qualidade a sua atividade profissional, conhecendo a si mesmo e às razões pelas quais cumpre as suas funções. Por outro lado, a competência “em interpretação” diria mais respeito ao domínio das habilidades necessárias para a atividade em si da interpretação, isto é, a compreensão, transferência e produção na língua-alvo (Cavallo, 2019, p. 207).

A referida pesquisa também constatou que os cursos de formação de intérpretes privilegiam mais a competência em interpretação do que a competência do intérprete.

Em 2022, Cavallo aprofunda sua pesquisa, até então desenvolvida no seu doutorado, e retoma o conceito de **Competência do intérprete versus em interpretação**. O conceito de Competência do intérprete ressalta questões mais abrangentes do que Competência em interpretação e para defender essa asserção a autora nos traz uma série de argumentos baseados em outras pesquisas. Para a autora, o conceito de competência abarca habilidade de saber agir, ou seja, aplicar os saberes de maneira eficaz (Cavallo, 2022 *apud* Hurtado Albir 2020). Desse modo, segundo Cavallo (2022), os cursos de formação de intérpretes devem levar em consideração que a competência do intérprete deve permear também saber identificar as suas próprias fragilidades com o objetivo de reparar esse equívoco, visto que “um profissional competente é também aquele que sabe identificar as suas falhas” (Cavallo, 2022, p. 24).

A pesquisa de Cavallo (2022) traz uma revisão do modelo que foi anteriormente estruturado em Cavallo (2019), pois há a introdução de elementos não evidenciados no modelo anterior bem como componentes introduzidos em decorrência das mudanças causadas pela pandemia da covid-19, como o aumento exponencial das interpretações remotas. Também houve a inserção do componente “aporte teórico”: Conhecimentos declarativos (saber o que ou saber sobre) e conhecimentos procedimentais (saber como).

Interessante que a referida autora adicionou uma nota de rodapé alertando que o modelo, embora possa contemplar a descrição do trabalho de intérpretes de línguas de sinais, não foi pensado inicialmente visando

pormenorizar a atuação desses profissionais; a autora sugere, portanto, que outras pesquisas deveriam ser realizadas com vistas à adaptação do modelo à realidade da língua de sinais.

O modelo de 2019, oriundo da tese de Cavallo, elenca as seguintes dimensões: habilidades anteriores ao processo; habilidades internas ao processo; habilidades posteriores ao processo; habilidades envolvendo o processo; habilidades extrínsecas ao processo. Já no modelo atualizado de 2022, alguns elementos foram explicitados e outros foram incluídos.

Figura 5 - Competência do Intérprete de Conferências.



Fonte: Cavallo, 2022.

Conforme podemos observar na figura 5 nas *habilidades anteriores ao processo* foram explicitados: (i) aportes teóricos, estudo temático e generalista e o domínio das novas tecnologias; nas *habilidades envolvendo o processo*; (ii) a mediação entre culturas. Ao passo que foram incluídos na dimensão *habilidades anteriores ao processo*: (i) elevado domínio das línguas de trabalho, das modalidades da interpretação das novas tecnologias - pois é preciso ter conhecimento da modalidade a ser interpretada, bem como fazer uso de diversos recursos tecnológicos e da usabilidade das ferramentas dos diversos ambiente e plataformas nas quais pode se realizar a interpretação, e (ii) estudo temático e generalista - visto que o intérprete além de se imbuir de conhecimento sobre a temática faz bem em buscar conhecimentos outros como questões topográficas do país do palestrante e contexto político por exemplo. Foram incluídas na dimensão das *Habilidades internas ao processo*:

(iii) gestão eficaz de múltiplos estímulos auditivos, táteis e visuo-espaciais - por exemplo, quando esse profissional torna a sua casa ou um espaço específico de sua casa um ambiente de trabalho ele está sujeito a sofrer com as intercorrências de várias naturezas e esse profissional precisa gerir bem a forma como reage a esses estímulos, e (iv) Medidas de controle da fadiga corporal e vocal - justamente pelo impacto causado pela nova conformação do trabalho intensificado pelo trabalho remoto em decorrência da pandemia, na situação em que ele tenha que atuar sozinho se porventura a internet de seu colega “de cabine” falhe.

A autora relata que todos os seus trabalhos nesse período foram nesse formato, o que a levou a refletir por uma perspectiva empírica nesses novos desafios. No que diz respeito às habilidades envolvendo o processo: houve a inclusão em relação ao modelo de Cavallo (2019) de (v) mediação entre culturas, que diz respeito ao conhecimento sociocultural das nações cujas línguas de trabalho estejam ali presentes no ato interpretativo Trabalho em equipe e colaboração - que seria o intercâmbio de informação importantes para o bom andamento da interpretação e no próprio momento da interpretação.

A autora conclui que a formação de intérpretes deve privilegiar a competência do intérprete em vez de dar ênfase a competência em interpretação, pois segundo a autora deve-se valorizar os conhecimentos e agindo assim a “formação possibilitaria o desenvolvimento de um intérprete apto a enfrentar os desafios impostos pelo mercado, dotado de sensibilidade intercultural e de consciência do seu papel” (Cavallo, 2022, p. 38).

Para adentrarmos a seara de Estudos da Interpretação, levando em consideração o par linguístico em que uma das línguas é sinalizada, trazemos a dissertação de Nogueira (2016). A escolha pela pesquisa no âmbito da interpretação de conferência se deu pelo fato que cada vez mais pessoas surdas estão se apropriando e tomando espaços políticos e acadêmicos fazendo com que esses profissionais também necessitem acompanhar e produzir um discurso à altura desses debates.

O autor busca compreender se há mobilização de subcompetências do mesmo modo que acontece com o processo de tradução, a partir do modelo de competência tradutória do PACTE (2003).

A título de exemplo, o autor faz um relato escrutinador sobre a Competência Tradutória (CT) e as subcompetências, principalmente a extralinguística, que, segundo o autor, foi primeiramente delineada por Seleskovitch e Lederer, na Teoria dos Sentidos (*Théorie du Sens*). Para o autor:

O conhecimento extralinguístico tem uma função muito importante tanto na tradução quanto na interpretação. São informações que estão relacionadas a um saber enciclopédico, do mundo em geral ou de situações específicas e domínio sobre fatos culturais das línguas de partida e de chegada.

Nogueira (2016) prossegue argumentando que no caso de discursos surdos esse saber extralinguístico, ou seja, estar familiarizado com as lutas e todo o pano de fundo da comunidade surda irá contribuir sobremaneira para que haja êxito na construção desses sentidos na língua de chegada.

O autor afirma que o trabalho de interpretação com apoio é muito salutar para o processo de diminuição de fadiga física e mental, preservando a qualidade do desempenho nessa tarefa. Porém, ele também ressalta que o trabalho em regime de revezamento entre turnos caracteriza um trabalho em equipe e não que esse componente da equipe esteja em seu momento de “descanso” quando não está em seu turno.

Nogueira (2016) descreve ainda, a partir de exemplos reais ocorridos dentro da Cabine de interpretação do IV Congresso Nacional de Pesquisas em Tradução e Interpretação de Libras e Língua Portuguesa, são baseadas em Hoza (2010), Silva e Nogueira (2012), sete categorias de apoio. São elas: (i) feedback com a cabeça, comprovando e dando reforço positivo ao intérprete do turno acerca da informação; (ii) confirmação, que tem similaridades com a primeira, pois ele usa palavras em português ou sinais para confirmar a adequação das escolhas do colega; (iii) esclarecimento específico, ocorre quando o intérprete parece não tem certeza de que termo deva usar; (iv) esclarecimento contextual, quando o apoio antevê situações ou termos que possivelmente irão ser evocados e fornece uma visão geral; (v) sugestão de interpretação, o intérprete de apoio, ao perceber uma pausa mais longa ou um prolongamento na pronúncia de uma palavra, oferta a sugestão que na maioria das vezes pode ser usada com termos similares que estejam no mesmo campo de semântico; (vi) complemento: quando há uma sugestão advinda do apoio para tornar mais evidente a ideia, valor enfático e (vii)

correção quando há um julgamento por parte do apoio de que a sentença não está adequada, não pode ser confundida como sugestão, porque em alguns casos há a insistência de haver a retificação da informação.

Nogueira (2019), em seu artigo “A mobilização da competência interpretativa na atuação de conferências: uma reflexão a partir do modelo do PACTE”, investiga se o processo de interpretação mobiliza as mesmas subcompetências que estão descritas no modelo destinado a tarefa de tradução. Para tanto o autor elenca as subcompetências e faz a aplicação às situações vividas no Congresso Nacional de Pesquisas em Tradução e Interpretação de Libras e Língua Portuguesa, ocorrido em Florianópolis na UFSC, com uma equipe de 6 intérpretes Libras- Português. O trabalho de Nogueira identificou a **subcompetência bilíngue**, visto que todos os integrantes possuíam mais de 12 anos de experiência, inclusive três desses intérpretes possuíam a Libras como língua materna, pois eram filhos de pais surdos.

Também foi identificada a **subcompetência instrumental**, pois a equipe detinha os conhecimentos para uso de tecnologias e fontes de documentação que pudessem dar suporte ao processo de interpretação. O autor complementa que organizar a sistemática de trabalho em equipe, bem como se apropriar de conhecimentos para uso das ferramentas para o momento de atuação e até mesmo a escolha de trajés, faz parte da **subcompetência instrumental**.

No que diz respeito à **subcompetência estratégica**, Nogueira (2019) ressalta que ela controla sobremaneira todo o processo e que pode variar a depender de vários fatores e de imprevistos advindos da execução procedimentos interpretativos, como a experiência do profissional, e a modalidade de língua, quando falamos de línguas de sinais. Ela será útil também quando ocorrer e, como o autor afirma, não é raro os palestrantes não ofertarem acesso prévio à equipe. Sendo assim, esta subcompetência irá possibilitar que *busquem* outros subterfúgios de elementos para que haja a interpretação de maneira a contento.

Houve também a identificação da substância sobre interpretação, no sentido de o profissional conhecer as diversas formas de operacionalizar o processo de conhecer as modalidades de interpretação como a simultânea, consecutiva, bilateral (enlace) e a sussurrada.

No que diz respeito à **competência extralinguística**, relativa a conhecimentos gerais e, conforme Nogueira (2019), “são informações relacionadas a um saber enciclopédico, do mundo em geral, ou de situações específicas e domínio sobre fatos culturais das línguas de partida e de chegada” (Nogueira, 2019, p.204). Nesse sentido, o autor explicita uma estratégia tomada pela coordenação dos intérpretes que é a de primar pelo conhecimento e pela familiaridade do intérprete com o prospectivo palestrante, ou região de onde eles são oriundos, visando contribuir para que prejuízos no eixo da compreensão sejam evitados. O trabalho também ressalta uns elementos chamados de *componentes psicofisiológicos*, que, segundo Hurtado Albir (2011), podem ser de ordem cognitiva, como memória, atenção, emoção, de ordem atitudinal como curiosidade intelectual, perseverança, rigor e confiança em suas próprias capacidades, dentre outras características.

Desse modo, o autor conclui que as competências do intérprete de Libras se assemelham a Competência do Tradutor delineado pelo grupo PACTE, todavia o fator tempo e prontidão de retorno é que são características específicas da competência interpretativa. Ainda sobre o intérprete de cabine, mas agora sobre as impressões de que estes profissionais experienciam em um contexto de interpretação de cabine, Nogueira (2021) em seu trabalho faz uma retomada histórica da interpretação de conferências em língua orais e em língua de sinais, evidenciando alguns personagens marcantes, a partir do trabalho de Bowen (2003) e Pagura (2010).

Nogueira afirma que o trabalho de cabine ainda é muito incomum, pois normalmente os intérpretes quando estão interpretando da Libras para a língua portuguesa se posicionam à frente ao palco geralmente na primeira fileira e que essa prática foi inaugurada no citado Congresso Nacional de Pesquisas em Tradução e Interpretação de Língua de Sinais e Língua Portuguesa, ocorrido em 2014.

Os intérpretes atuando em cabines afirmaram que essa modalidade pode contribuir para qualidade da interpretação no sentido de que há menos interferências externas, possibilitando também recorrer a materiais que darão um maior suporte como anotações e material de estudo. Possibilita também dar e fornecer apoio de forma mais efetiva, de modo que esses combinados precisam ser acertados com antecedência entre o intérprete de turno e de apoio.

Porém, o artigo traz alguns elementos a partir da vivência dos intérpretes, que podem trazer dificuldade no fluxo da interpretação como o uso de celulares por parte do apoio, que pode ser um distrator de atenção, os cortes de filmagem em momentos inoportunos, ocasionando descontinuidade da contextualização da mensagem, e a ausência dos slides do palestrante no campo de visão dos intérpretes, que prejudica a fluidez.

Nogueira e Gesser (2018) contribuem com reflexões primordiais ainda no campo da interpretação em equipe. Afirmam que a ocorrência sobre a tarefa do intérprete de apoio em literatura específica, bem como nas próprias formações, ainda figura em número muito reduzido.

Em 2014, Barbosa publicou o seu trabalho que propunha se debruçar sobre o estudo da estratégia de omissão no momento de interpretação simultânea no par linguístico Libras-Português. Para tanto, o autor problematiza o primeiro documento em forma de código de ética aplicado no Brasil, que, segundo o pesquisador, foi uma tradução do código de ética elaborado pelo Registro dos Intérpretes para Surdos (RID) nos Estados Unidos, posteriormente traduzido e adaptado para reger as relações de trabalho dos intérpretes do Brasil, publicado pela Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis).

A pesquisa afirma que esse código, restringia veementemente muitos aspectos de poder de escolha desses profissionais, e perdurou por um período de 10 anos e servindo como modelo para códigos de ética de diversas associações em todo território nacional, até a publicação de um novo código denominado Código de Conduta e Ética (CCE), pela Febrapils. Todavia, o documento também apresenta vestígios do documento do RID quando cerceia a liberdade de tomadas de decisão, levando em consideração os diversos contextos de atuação e o papel de agir sobre a situação a fim de colaborar.

Por fim, Barbosa (2014) traz uma reflexão para a demanda de formação continuada desses profissionais e para a ciência por parte deles que esses equívocos podem ocorrer, e que esses pretensos profissionais estejam expostos em situações reais interpretações.

A tese de Barbosa (2020) traz reflexões importantes sobre a busca de resoluções de problema no momento da interpretação, que o autor chama de Estratégias Linguísticas de Solução de Problemas (ELSP). É importante

pensar nessas intervenções, como afirma o autor, pois o trabalho de interpretação pode gerar demandas imprevisíveis de várias ordens, mas “uma boa preparação para a tarefa de interpretação, conhecer o assunto que será tratado, ter informações sobre quem estará envolvido no evento, podem colaborar, diminuindo os efeitos negativos das demandas sobre o processo” (Barbosa, 2020, p.17).

Barbosa (2020) elenca alguns recursos que podem ser usados na tentativa de dirimir problemas de ordem de significação e contexto, como a Omissão, Adição e substituição, tidas como anomalias por Barik (1975), primeiro autor a analisar o processo de interpretação simultânea. As adições, às vezes, podem causar estranhamento a quem detém o conhecimento das duas línguas, mas, segundo Barbosa (2020), quando esse recurso é usado serve para clarificar aspectos que se não fossem explicitados poderiam causar erros de compreensão. Quanto às substituições, na visão de Barik (1975), elas podem sofrer gradação em níveis leve até o grave, todavia, Barbosa (2020) contesta esse entendimento, pois elas podem ser utilizadas estrategicamente, por exemplo, quando o intérprete se depara com conceitos que ainda não estão circulando no meio dos receptores do texto de chegada, que ainda não tenha uma representação na língua de chegada” (Barbosa, 2020, p.30).

O autor traz também uma importante reflexão sobre o conceito de *lag time*, que é a aproximação em tempo entre a mensagem proferida pelo emissor e a proferida pelo intérprete. Pois geralmente infere-se que quanto mais rápida for a resposta e menor seja o atraso, mais assertiva as escolhas serão. No entanto, Barbosa traz a pesquisa de Cokely (1986), na qual se constatou que “os equívocos são gerados em virtude “do curto espaço de tempo da língua de partida para a língua de chegada” (Barbosa, 2020, p. 31).

Por fim, o estudo de Barbosa (2020), conclui que o desenvolvimento de uma competência para o uso de estratégias linguísticas de solução de problemas (ELSP) devem ser usadas de modo consciente como forma preventiva e por isso proativa e não apenas reativa, pois isso poderá gerar alguns problemas ao texto de chegada, por não haver tempo hábil para “consertar” escolhas com potencial problemático.

Nogueira e Weiler (2021) arrazoaram sobre questões, já levantadas por Nicodemus e Emmorey (2014), que tornam mais difícil a atuação do intérprete

de conferência a depender da direcionalidade da língua. Os autores pontuam que há uma dificuldade aumentada quando a tarefa envolve interpretação de libras para português, ou seja, interpretar para a língua nativa desses profissionais- interpretação direta.

Desse modo, a pesquisa dos autores levantou questionamentos sobre esse fenômeno a saber: o que as recentes pesquisas têm a dizer sobre os motivos que levam os/as intérpretes a se sentirem menos seguros com a interpretação para a sua língua nativa; e quais as estratégias de interpretação são usadas em um contexto de conferência por uma intérprete em formação. Todavia, os autores chamam a atenção para o fato que esses entraves podem ocorrer nas duas direções, no entanto, “na ausência de automonitoramento, os/ as intérpretes podem não perceber as escolhas inadequadas ao contexto” (Nicodemus e Emmorey, 2014, p.127).

Os autores concluem que o fator do tempo, da velocidade da sinalização, causou algumas omissões na interpretação, mas enfatizam que isso pode ocorrer também na interpretação do Português para Libras, devido os ouvintes também falarem apressadamente em algumas situações. Desse modo, esse aspecto “não é uma problemática exclusiva na direção da língua de sinais para a língua oral”. (Nicodemus e Emmorey, 2014, p. 145) (Nota de rodapé: quando o caso for de intérpretes falantes de português como primeira língua).

Santos (2016) em sua pesquisa objetivou fazer com que os profissionais pudessem refletir a respeito de suas próprias atuações mediante a autoconfrontação simples. Essa abordagem tem como premissa a utilização de vídeos com a finalidade de levar o autor da ação à reflexão crítica sobre o seu próprio fazer em atividade laboral real. Esta autoanálise é imprescindível, pois, segundo a autora, os intérpretes devem acompanhar a ascensão social da língua antes vista como subjacente à deficiência, ratificando pessoas surdas como cidadãos de direito.

A autora também retoma as questões legais que funcionam como vetores de políticas públicas, proporcionando, por exemplo, a entrada massiva de estudantes surdos nas IES, muito embora com o reconhecimento da profissão do intérprete de Libras a lei não seja suficiente no que tange às exigências de formação a nível de graduação, possibilitando que profissionais que não sejam graduados atuem em IES.

A autora afirma ainda que o nicho educacional é a área que absorve mais profissionais enquanto mercado de trabalho, porém o campo de interpretação de conferência está aumentando exponencialmente. Nesse sentido, Santos (2016) chama a atenção para a formação de intérpretes de conferência levando em consideração as especificidades dessa modalidade, pois segundo ela, formações, quer sejam iniciais ou continuadas, que excluem práticas do contexto de conferência, contribuirá para a formação de um contingente de profissionais incompletos, em aspectos de competência interpretativa específica.

Sobre trabalhos que se propõem a investigar o processo específico de interpretação direta ou vocalização, em nossas pesquisas encontramos Albres, ainda em 2010, que escreveu um artigo que tratava das questões prosódicas do intérprete. Segundo a autora, “uma das críticas feitas aos intérpretes orais de Congressos é que os participantes do evento são levados a um processo de sonolência com as vozes monótonas dos intérpretes simultâneos” (Albres, 2010 p. 292).

A autora infere também que o número de estudos que objetivam investigar a performance interpretativa de Libras-Português se dá pelo fato de pessoas surdas em espaços acadêmicos figurarem predominantemente enquanto receptores e não como emissores.

A pesquisa faz um escrutínio das escolhas e da gradação que Albres (2019) chama de mesclagem de voz, realizadas pela intérprete que estava atuando sem apoio na interpretação da fala de uma acadêmica surda. A mesclagem de voz é uma estratégia que não confere apenas aspectos estéticos, mas inclui aspectos de coesão ao texto, evitando, por assim dizer, o empilhamento de referentes. Como a autora afirma, “...uma pequena mudança de voz para cada personagem e ainda a utilização de marcadores para apresentação de novo emissor, como: “ele me disse”, fui informada que”, “o fiscal falou” são estratégias interessantes...”.

Para que o nível da interpretação para o registro oral, a tarefa deve observar alguns elementos segundo Albres (2010), como articulação, que inclui verbalizar com clareza, respeitando o nível de registro ritmo de fala do conferencista, aquele que emite a palavra, ter o conhecimento na temática do discurso e escolhas lexicais, saber usar termos apropriados e conceitos que se coadunam com a pauta a ser apresentada, saber e conhecer os

mecanismos de trabalho em equipe, capturar a estilística do sinalizador a depender de suas condições culturais sociais e de personalidade, bem como compreender o tipo do discurso do enunciador.

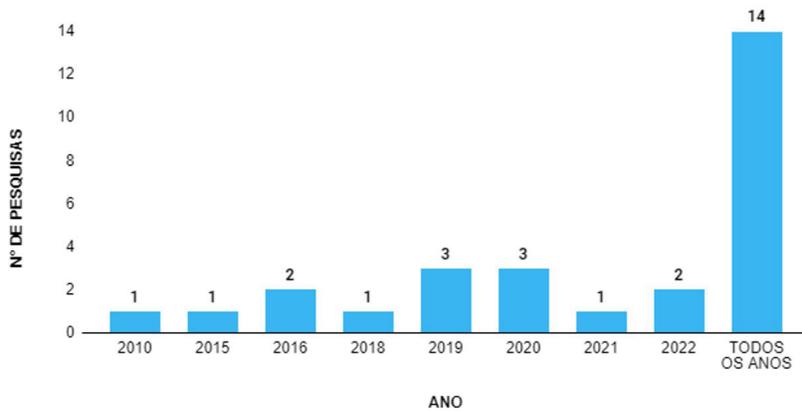
Gomes (2020) traz à tona questões da interpretação intermodal, ou seja, entre duas modalidades de língua distintas, pois a Libras é uma língua que é produzida e enunciada em uma modalidade espaço visual, enquanto a língua portuguesa é produzida em uma modalidade de oral auditiva. O autor também explicita que as duas serão observadas por um registro da oralidade, mas não como o senso comum define esse termo, pois o conceito utilizado ali diz respeito à oralidade, no sentido de que são emitidas através de uma perspectiva evanescente do uso da língua.

Desta forma, a Libras também detém de uma oralidade quando realizada face a face entre seus interlocutores. Gomes (2020) declara que houve um reconhecimento tardio e a inserção gradual nos campos disciplinares dos estudos da tradução e interpretação se deveu ao fato de as línguas gestuais-visuais ainda estarem atreladas à falsa premissa de que elas são uma manifestação rudimentar, uma linguagem precária. No entanto, temos hoje uma abertura e nos encontramos em um momento propício para as pesquisas que envolvem os estudos da tradução e interpretação, e a Língua de Sinais vem conquistando espaço nos programas de Estudos da Tradução em algumas instituições do País. Todavia, no que diz respeito a trabalhos que investigam a interpretação direta, o número ainda é mais reduzido.

Foi ratificado também na pesquisa de Gomes (2020, p. 164), a partir de questionários aplicados, que “na direção direta no par linguístico Libras-Português possui baixa preferência e adesão por parte dos intérpretes, se comparada à inversa, enquanto a autopercepção em relação ao desempenho na interpretação inversa é maior.”

O gráfico 3 mostra o número de pesquisas sobre operacionalização desses conhecimentos:

Gráfico 3 - Pesquisas sobre operacionalização de conhecimentos de atuação.



Fonte: Elaborado pela autora.

INTERPRETAÇÃO REMOTA DE CONFERÊNCIA

Nascimento e Nogueira (2021) realizaram uma pesquisa com base nas análises das interações estabelecidas entre oito intérpretes em onze conferências apreciativo-informativas do tipo acadêmica e culturais no período de maio a dezembro de 2020.

As mudanças causadas pela covid-19 se desdobraram em alterações importantes na rotina laboral de muitos trabalhadores, incluindo os intérpretes de Libras, que comumente precisavam se deslocar até os seus locais de trabalho para a prestação de seus serviços. Desse modo, esses profissionais tiveram que ser iniciados em uma nova forma de trabalho e esta, como afirmam os autores, “foi a forma como os intérpretes de Libras-Português passaram a atuar de forma mais intensa na pandemia” (Nascimento e Nogueira, 2021, p. 7008).

Com a imposição acarretada por essa nova forma de atuação, surgem outras situações desafiadoras, traçando um paralelo com as interpretações presenciais e as competências para mobilizar competências relacionadas à alocação para visualização da assistência, bem como impostação de voz e boa visibilidade do proferimento de falas em língua de sinais, ou quanto aos aparatos tecnológicos em cabine. No formato remoto, a preocupação era com “a transmissão da imagem pela internet, a gestão do equipamento durante a interpretação, o contato entre a equipe de interpretação e a preocupação constante para que tudo ocorra bem.” (Nascimento e Nogueira, 2021). Os autores, em seu trabalho, enfocam nos aspectos **de espaço de trabalho e preparação teórica conceitual**, com base em Nogueira (2020).

Nogueira e Nascimento (2022) também apontam questões que subjazem o fazer interpretativo e sua relação com o trabalho com o suporte de intérprete de apoio, desta vez levando em consideração o trabalho de interpretação remota. Segundo a referida pesquisa, o trabalho em regime colaborativo, ou seja, com outro profissional fornecendo apoio, já é consolidado em conferências que trabalham com línguas vocais-auditivas, no entanto ainda não estão arraigadas as condutas das profissionais do par Libras-

Português. Os autores inferem que isso se deve i) à maior conscientização sobre os benefícios do trabalho em equipe, e ii) ao maior acesso a formações que abordam a atuação de uma forma colaborativa.

A partir do supracitado trabalho de Nogueira (2016), que elenca os tipos de apoio, a saber: (i) feedback com a cabeça, (ii) confirmação, (iii) esclarecimento específico, (iv) esclarecimento contextual, (v) sugestão de interpretação, (vi) correção e (vii) complemento como formas de apoio, Nascimento aponta que a maior incidência de apoio foi sugestão de interpretação com 49%, quando o intérprete de turno sutilmente emitia a mensagem ao intérprete de turno ou mesmo com uma pausa mais prolongada, ele por assim dizer comunica ao intérprete de apoio que necessita de sugestão.

E outra peculiaridade de apoio que os autores encontraram, levando em consideração o formato remoto, foi a informação sobre a conexão de um dos palestrantes. Nesse sentido, esse apoio está atrelado ao acaso da informação, no sentido de que o apoio confirma que a mensagem foi interrompida por problemas de conexão, quando o intérprete de turno pode reproduzir à assistência que o problema havia ocorrido.

Nogueira e Nascimento (2022) trazem algumas imagens dos primeiros trabalhos realizados pela equipe alvo da pesquisa e destacam o ambiente e os equipamentos usados nas primeiras atuações remotas e depois de adquirir alguns equipamentos para melhoria da oferta de serviço. Também foi destaque o aspecto de que inicialmente algumas equipes não estavam familiarizadas com as diversas plataformas, tais como Zoom, *Google Meet*, *Stream Yard*, *Teams* e outras.

No que diz respeito aos aspectos teóricos conceituais do trabalho remoto em interpretação de conferência, os autores alertam que ao se atuar em lives e eventos on-line as imagens ficam livremente disponibilizadas em domínio público e que podem ser revisitadas pelo público.

Nogueira (2022) pondera que a interpretação de conferência envolvendo línguas vocais normalmente acontece em “cúpulas internacionais, seminários profissionais e reuniões bilaterais ou multilaterais de chefes de Estado e de governo”, conforme documento publicado pela Associação Internacional de Intérpretes de Conferência (AIIC), e que, em contrapartida, as interpretações de conferência envolvendo língua de sinais, em sua maioria, são eventos de âmbito nacionais ou regionais, notadamente de cunho acadêmico ou técnico.

Posto isto, Nogueira (2022), a partir de uma visão mais ampliada sobre o cenário hodierno sobre a interpretação de conferência, pôde elencar 3 dimensões sobre essa modalidade: i) avanço da tecnologia; ii) o trabalho em equipe; e iii) as línguas de trabalho dos intérpretes e os eventos multilíngues. O referido autor reafirma que a tecnologia está a serviço da interpretação simultânea. Um exemplo disso são as interpretações de cabine, usada majoritariamente em interpretações de pares de línguas vocais, que agora também está sendo usada nos eventos em que há a interpretação intermodal (Línguas de sinais - línguas vocais).

O autor recuperou trechos da Nota Técnica (NT) 04/2020 emitida pela Febrapils em 2020, que oportunamente forneceu diretrizes que orientavam sobre questões técnicas, como fundo, iluminação e organização do espaço de interpretação. Também, ao perceber o novo cenário de atuação, o ente organizou eventos on-line com convidados que se disponibilizaram a falar sobre suas próprias experiências e desafios.

Quando a segunda dimensão, trabalho em equipe, é necessário haver uma boa relação entre os intérpretes, sobretudo em eventos densos, devido aos imprevistos de ordem técnica (queda de energia elétrica e da internet) ou de ordem dos bloqueios de interpretação (saber agir sob pressão, dar suporte ao outro).

A terceira dimensão descrita por Nogueira (2020) diz respeito a eventos multilíngues, pois os intérpretes em sua formação normalmente têm acesso somente a duas línguas de trabalho. Tal empreitada ainda é desafiadora devido ao aumento das línguas envolvidas, pois em contextos de conferência é comum que discussões técnicas-científicas se utilizem de jargões oriundas de seu nicho e empréstimos linguísticos. O gráfico 4 mostra o número de pesquisas sobre interpretação remota de conferência:

Gráfico 4 - Interpretação remota.



Fonte: Elaborado pela autora.

Reflexões Acerca da Práxis Interpretativa

Santiago (2016) define dois tipos de conferências: as do tipo “apreciativo-informativas”, que incluem congressos acadêmicos, cines-debate, coletivas de imprensa, apresentações culturais e pronunciamentos, e as do tipo “colaborativo-deliberativas”, que englobam conferências de políticas públicas, conferências governamentais, audiências públicas, jornadas, grupos de trabalho e de função social. Segundo a autora, as do tipo apreciativo-informativas apresentam um grau de complexidade menor em relação às do tipo colaborativo-deliberativa, pois há momentos em que o orador é inquirido e as colocações vão sendo construídas sem um roteiro muito estruturado.

A pesquisa de Santiago (2016) também levantou questões sobre o olhar da parte mais interessada em que o processo aconteça com as mínimas intercorrências possíveis, o público surdo. Para tanto, a autora levanta questões que tratam sobre o nível de ciência do cliente surdo sobre a atividade de interpretação, também se ele consegue identificar questões potencialmente difíceis no processo de interpretação? E como o feedback dessa clientela pode contribuir com as práticas de interpretação e metarreflexão a respeito da própria prática?

Para que a pessoa surda tivesse acesso ao conteúdo da palestra, foi necessário que fosse realizado alguns passos. Primeiro, assistir novamente à sua palestra para relembrar o que foi falado, posteriormente ler a transcrição da interpretação simultânea para, em seguida, tecer suas próprias impressões e julgar se as escolhas estavam a contento com o que ela intencionava.

A autora resgata a importância de o intérprete olhar criticamente para o trabalho que está sendo produzido por ele, aferindo suas maiores fragilidades. Também reafirma que os surdos precisam estar presentes e cientes dessa tessitura interpretativa, compartilhando as suas reais intenções, o nível de linguagem e o tom do discurso que pretende proferir.

A pesquisa de Silva e Jesus (2022) levanta questões para além de linguísticas, mas de representatividade racial dos intérpretes negros atuando em espaços de conferências. Segundo as autoras, no último censo realizado pela Febrapils em 2019, a partir de um questionário que coletou 2.000 respostas, com o objetivo de obter o máximo de dados gerais destes profissionais. O levantamento apresentou o percentual de 53,7% de profissionais que se autodeclararam negros (as) e pardos (as). As autoras completam: “como em outras áreas, os profissionais negros e negras não ocupam todos os espaços e estão fortemente envolvidos na precarização de trabalhos, salários baixos e muitas horas de expediente” (Silva e Jesus, 2022, p. 2).

Essa asserção ganha força quando se observa o resultado da pesquisa, através de um questionário realizado pelas autoras, no período de 8 meses, com 17 participantes entre os quais eram intérpretes negros e contratantes e surdos negros. A maioria desses informantes participava ativamente de movimentos negros, inclusive apontam para a importância de haver profissionais negros para assumir conferências que discorrem sobre o assunto da negritude, entretanto, como mencionam as pesquisadoras os participantes, esses profissionais não querem ficar restritos apenas a essas pautas específicas “pois são capazes de ocupar todos os espaços e temáticas na abordagem conferencista”. Um dos participantes em tom contundente relata que os convites para interpretar eram demasiadamente aumentados por ocasião do mês de novembro, pois poucos eram os intérpretes negros disponíveis para atuação nesses eventos em alusão ao mês da consciência negra. Mas em outras ocasiões ao longo do ano eram poucos os convites recebidos por eles.

Santiago (2022) pondera também sobre a práxis dos profissionais guias-intérpretes em contexto de conferência com ênfase nas adaptações no que diz respeito às entonações expressivas levando em consideração modalidade de língua e condições de produção e recepção. A guia-interpretação, segundo Santiago (2022), compreende uma especialidade do trabalho do Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais (TILS) no sentido que envolve mais do que questões linguístico-culturais, pois a atividade do guia-intérprete envolve, além da transmissão faz-se necessário que seja realizada a descrição das pessoas e do ambiente, a fim de ambientar e orientar a pessoa surdocega ao contexto espacial e sensorial.

Gomes (2019) aponta que ainda há muita resistência para a consolidação do campo dos estudos da interpretação, enquanto campo independente, pois segundo o autor a atividade está alocada sob o guarda-chuva dos Estudos Tradução como um termo mais genérico, embora “esse objeto central apresenta características linguísticas, cognitivas, funcionais e psicofisiológicas próprias, do ponto de vista teórico e formal” (Gomes, 2019, p. 124).

O autor ainda contribui que, para viabilizar o processo, talvez seja importante unir os estudos da tradução e da interpretação, marcando bem a diferença entre os dois conceitos. É possível observar um certo privilégio das pesquisas que versam sobre os EI no que diz respeito às línguas de trabalho de natureza oral, pois as pesquisam se debruçam mais fortemente sobre as línguas vocais/orais em detrimento das línguas sinalizadas que estão à margem dos debates.

Interessante a informação que o autor nos traz, pois ele passa a relembrar o fato de que Daniel Gile, autor do Modelo dos Esforços da interpretação simultânea, que inicialmente elaborou seu modelo em quatro etapas:

- A análise, ouvir/ver a mensagem em língua fonte, e dar início no processo da transladação na língua alvo;
- A memória que trabalha no processo de armazenamento dessas informações por um período suficientemente eficaz ao tamanho da mensagem;
- A própria produção da mensagem em língua fonte, e

- A co-execução de todos esses processos.

Todavia, com os avanços dos EI envolvendo línguas sinalizadas Gile, segundo Gomes (2019), estendeu o seu modelo de etapas para os seguintes:

- A recepção - ver ou ouvir a mensagem;
- A autogestão do espaço - o posicionamento desses corpos intérpretes para melhor visualização por parte do público, e
- O esforço da interação imediata com as pessoas surdas - em observação aos clientes surdos que fazem intervenções e perguntas no momento das interpretações.

Nogueira (2016a) e Nogueira e Gesser (2018), destacam três etapas que compõem o trabalho executado por uma equipe de interpretação:

- A preparação da equipe, que envolve conhecer as expertises de cada componente, a solicitação de material a ser abordado durante o ato interpretativo para estudo prévio e o conhecimento do espaço, trançando arranjos mais apropriados no que diz respeito a visibilidade desse corpo intérprete;
- A interpretação em si, que irá colocar em prática o planejamento da equipe, bem como o gerenciamento de apoio por parte do profissional que não estará em seu turno de interpretação, e
- A equipe de execução do trabalho de interpretação passa por uma reunião de alinhamento e discussão dos equívocos operacionais e interpretativos envolvidos, os que os autores chamam de (auto)formação empírica orientada dialogada entre pares.

Silva-Aguiar (2020) trata de conferências multilíngues e as peculiaridades de eventos dessa natureza. Ressalta que pessoas surdas estão afluindo a esses espaços como participantes ouvintes, ou como intérpretes de línguas de sinais também. Com base em Rocha (2013), Reis (2013), Campello (2014), Felipe (2000), a autora traz informações importantes sobre o primeiro registro de um intérprete surdo. O relato traz a informação que Flausino da Gama, aluno surdo egresso do atual INES. Esse personagem histórico exercia um papel de “repetidor”, inaugurando uma espécie de interpretação educacional, agindo diretamente no processo pedagógico em sala.

Mas o registro mais antigo de atuação dos intérpretes surdos em contextos de conferência ocorreu em 1993, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o II Congresso Latino-Americano de Bilingüismo, sendo interpretado pelo intérprete surdo de ASL/Libras, Nelson Pimenta de Castro.

Silveira (2017, p. 19) em sua pesquisa afirma que o intérprete surdo quando não atuava de maneira a não receber qualquer remuneração era considerado um profissional de segundo escalão. Nos Estados Unidos os *Deaf Interpreter* (DIs) são solicitados nos Estados Unidos “quando um cliente usa seus próprios sinais ou sinais caseiros”.

Silva-Aguiar (2020), a partir da pesquisa de Calle (2012), assevera que hoje o cenário é mais favorável e aberto para atuação de intérpretes surdos. Entretanto ainda é possível encontrar alguns entraves, identificados em uma pesquisa realizada pelo Fórum Europeu de Intérpretes de Língua de Sinais, como a falta de treinamento formal para intérpretes surdos, em contrapartida, também se constatou um despreparo por parte de intérpretes não surdos sobre relações de trabalho com intérpretes surdos; falta de formação para trabalhar com uma terceira língua; falta de treinamento para trabalhar em contextos internacionais; falta de formação em interpretação remota; falta de formação diferenciada para trabalho com pessoas com implante coclear e falta de regulamentação e reconhecimento da profissão do intérprete surdo.

Silva-Aguiar (2020) também defende a importância de haver nas grades do curso de graduação, disciplinas práticas de Interpretação de conferências e de Interpretação em conferências multilíngues. Também defende que haja a formação em línguas adicionais, por meio de disciplinas ofertadas pelo curso, Inclusão de disciplinas voltadas para a Documentação e terminologia multilíngue, Práticas de Interpretação na direção Libras–Português, Interpretação relay e Interpretação de/para Línguas Internacionais, disciplinas voltadas para Gestão do multilinguismo e Gestão de equipe para a atuação enquanto coordenador de equipe.

Guedes (2021) também traz em sua pesquisa um olhar sobre o trabalho do intérprete surdo. Ainda no contexto profissional dos intérpretes surdos, Guedes (2021) traz informações e ponderações acerca dos desafios da consolidação da atividade por tradutores e intérpretes surdos (TIS), sigla cunhada por Pinheiro (2020), já citada neste trabalho no eixo de políticas linguísticas e tradutórias. Segundo Guedes (2021, p. 10), “(...)

não basta somente existir um discurso afirmando a importância e o valor dos tradutores e intérpretes surdos como fundamentais na composição das equipes de tradução ou de interpretação se não há valorização profissional ou acadêmica”.

É perceptível a preocupação com a valorização profissional desse grupo de trabalhadores específicos, bem como também se demonstra a preocupação com a escassez de trabalhos que se debruçam sobre esse assunto. Desta forma, quando há pouca envergadura da academia, são tímidas as possibilidades de se fazer políticas públicas para a promoção e valorização desses profissionais.

A autora traz, a partir de Ferreira (2019), alguns fatos que dizem respeito às primeiras edições do Prolibras. Por exemplo: os primeiros surdos foram contabilizados como aprovados apenas a partir de 2009, e não há pessoas surdas aprovadas na edição de 2007 e 2008. A autora também reflete de maneira contundente que há invisibilidade de estudos que versam sobre o intérprete surdo, por parte de produções acadêmicas e, sobretudo, dos Estudos da tradução e interpretação (ETILS).

Santos e Lacerda (2018) retomam os estudos iniciados por Santos (2016), quando falam da importância do profissional realizar um exercício de autoconfrontação para a melhora da qualidade da entrega do seu trabalho.

As autoras realizaram a transcrição dos vídeos a partir das sessões de autoconfrontação e, a partir disso, foram elencados quatro temas importantes: (i) o tempo; (ii) a exposição; (iii) posição, e (iv) o preparo.

Com respeito ao fator (i) tempo, as autoras identificaram, a partir do exercício da autoconfrontação, que ao observar a sua produção interpretativa no uso da datilografia, quando acontece a abertura de um evento acadêmico ou mesmo quando palestrante introduzem conhecimentos novos e passam a ler seu discurso em vez de proferi-lo naturalmente. Como ferramenta de agilidade, a participante digitalizava²⁸ apenas as primeiras letras e rapidamente passa para a parte final da palavra.

28 A datilografia ou digitalização manual é a representação das letras do alfabeto da língua portuguesa, usada principalmente em momentos em que não há um equivalente perfeito em Língua de sinais, para siglas ou nomes próprios. “Diante da existência de um item lexical (sinal) na Libras não é necessário fazer uso de datilografia.” (Correa, Gomes; Gladis Ribeiro, 2023)

Sendo assim ela pôde refletir de modo autocrítico, pois ficou evidente que, embora seja um recurso comumente usados com a finalidade de não acumular uma demanda represada de informações como quando listam nomes próprios, siglas, em alguns momentos foi realizada uma datilologia incompleta, prejudicando o entendimento final.

Sobre o fator (ii), a exposição, a segunda participante destaca que, no momento da interpretação, estava se sentindo pressionada pela “magnitude” do evento e pela presença de intérpretes mais experientes. Segundo ela, a exposição e o receio do julgamento do outro com mais expertise, influenciaram sua gestão interpretativa.

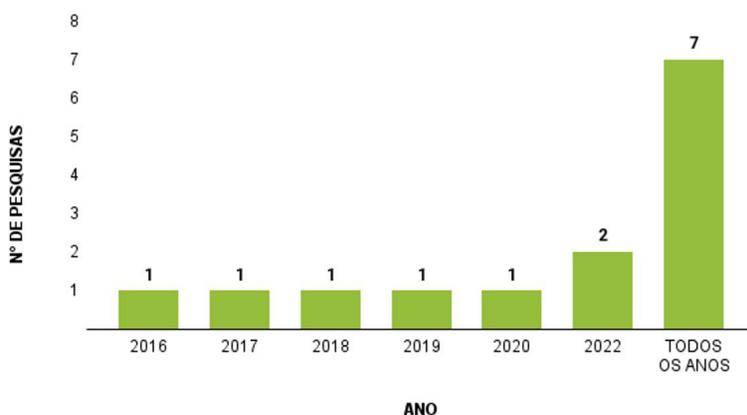
O fator (iii), a posição, está relacionado ao local em que o intérprete irá atuar para visualização de seu público. Pelo fato da peculiaridade de uma língua espaço-visual, é necessário se ter muito cuidado para compreender elementos dispostos nos slides, o contexto espaço-visual de enunciação, dentre outros elementos nesse mesmo segmento.

E por último (iv), o fator preparo, influencia sobremaneira na produção interpretativa, pois segundo as autoras:

Ainda que o intérprete saiba que o palestrante falará sobre uma dieta adequada e saudável, nada impede que em exemplos, metáforas e digressões ele fale de política, golpes de judô ou qualquer outro tema inesperado para o profissional. Nesse sentido, a formação é fundamental, pois dá ao intérprete ferramentas para contornar situações e fazer as melhores escolhas enunciativas (Santos e Lacerta, 2018, p. 77).

As autoras também destacam que a maioria dos palestrantes não tem ciência da importância de disponibilização do material de sua palestra para os intérpretes, e isso é notado também nas interpretações envolvendo línguas-vocais. O gráfico 5 apresenta o número de pesquisas mapeadas sobre a práxis interpretativa.

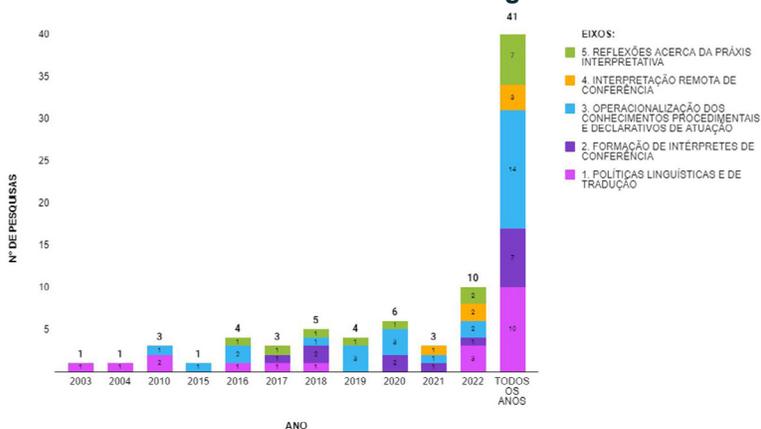
Gráfico 5 - Pesquisas sobre a práxis interpretativa.



Fonte: Elaborado pela autora.

É interessante constatar que os trabalhos encontrados, continuaram, ao longo dos anos, a se debruçar sobre os aspectos procedimentais na atuação em sala de aula em um contexto predominantemente educacional de atuação, e ainda é reduzido o número de pesquisas que se debruçam sobre o intérprete e a interpretação de conferência, escopo desta pesquisa. Todavia, nota-se que as condutas e a abertura de novos campos de atuação, vão se alinhando à medida que cresce a oferta de formação sistematizada a nível de graduação e pós-graduação. Bem como, abre-se um leque de novas epistemologias acerca da atuação desse profissional nos diversos formatos e contextos de trabalho. Algo também que chama a atenção, é que a maioria dessas pesquisas são oriundas de programas de mestrado e doutorado em educação, posto que os programas de Estudos da tradução estão acolhendo essas pesquisas ainda de modo muito incipiente.

Gráfico 6 - Levantamento geral.



Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme demonstra o gráfico 6, o eixo que apresentou maior número de pesquisas foi o de operacionalização dos conhecimentos procedimentais e declarativos da atuação, enquanto o de menor número foi o de Interpretação remota, compreensivelmente por esta prática ainda encontrar contornos pouco expressivo mesmo com o aumento sem precedentes em decorrência da pandemia da covid-19. No total foram encontrados 30 trabalhos que versam especificamente sobre o intérprete de conferência.

O TILSPIES E A NOVA CONFORMAÇÃO DO TRABALHO

A pandemia de covid-19, causada pelo vírus SARS-CoV-2, deixou marcas indeléveis repercutindo em todos os contextos sociais, inclusive fortalecendo a consolidação de um formato de oferta de serviços, o teletrabalho ou trabalho remoto, que diz respeito ao tipo de trabalho transferido para os lares dos trabalhadores e mediado por tecnologia.

Bridi *et al.* (2020) realizaram uma pesquisa de abrangência nacional que contou com respostas de 906 (novecentos e seis) trabalhadores no período de 05 a 17 de maio de 2020, a fim de observar, dentre outros pontos, os impactos gerados pela alteração de jornada de trabalho, o salário, a experiência do trabalho remoto/*home-office* durante esse período.

Os autores constataram que houve um aumento de horas diárias trabalhadas. Algo também destacado na pesquisa foi de que as principais dificuldades foram a falta de contato com os colegas de trabalho, mais interrupções, dificultando a concentração e a dificuldade em separar a vida familiar da vida profissional (Bridi *et al.*, 2020).

Desse modo, os intérpretes de Libras, que em sua maioria não detinham conhecimento acerca das ferramentas necessárias, somado a isso a ansiedade gerada por situações ainda não vivenciadas por conta das questões sanitárias, no mesmo momento em que precisaram lidar com essas ferramentas para a consecução do trabalho e a exposição de suas atividades em lives ou mesmo em redes sociais, tiveram um momento bastante delicado (Nascimento e Nogueira, 2021).

O Trabalho Remoto

Tendo em vista essa nova configuração do trabalho de intérpretes de Libras, acarretada pela pandemia da covid-19, a Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-intérpretes de Língua de Sinais (Febrapils), a exemplo da Apic, já mencionada anteriormente neste trabalho, publicou uma Nota Técnica Nº 004/2020 27, de 27 maio de

2020, fornecendo diretrizes para a operacionalização do trabalho remoto, destinada a Empresas de tradução, interpretação e profissionais autônomos que oferecem o serviço de interpretação de Libras/Português.

ANT traz orientações para a melhor forma de ofertar o serviço primando pela satisfação dos clientes, usuários do serviço e dos contratantes no tocante a (i) local para a realização do trabalho; (ii) conectividade e equipamentos; (iii) enquadramento e interpretação, e (iv) trabalho em equipe e confidencialidade.

Uma atenção ao último item, o da confidencialidade. O documento traz instruções específicas para o trabalho realizado em um ambiente residencial pela provável circulação de pessoas não autorizadas para ter acesso a assuntos que dizem respeito a situações de trabalho. A NT da Febrapils levanta a hipótese de assinatura de um termo de confidencialidade, que versa sobre o resguardo de informações sigilosas disponibilizadas por meio de texto escrito, áudio e vídeo.

É interessante ressaltar que o público-alvo da nota técnica mencionada acima é de *contratantes e de profissionais autônomos*, e não se destina ao trabalhador comum que foi remanejado forçosamente para o âmbito de interpretação remota, embora ele possa também usufruir dessas diretrizes. O texto salienta que:

(...) não seria cabível a aplicação dessas exigências para profissionais contratados especificamente para o trabalho presencial, pois esses podem não dispor de estruturas mínimas e adequadas em sua residência para realização da atividade de interpretação simultânea remotamente.

É necessário destacar também isso, porque muitos profissionais acumulam horas de trabalho, e muitos desses não exercem sua atividade sequer em regime de revezamento. Ou mesmo no que diz respeito à natureza de trabalho, uma parcela desses profissionais atua em regime de contratação intermitente como horistas ou mesmo sem vínculo empregatício. Alguns ainda trabalham como terceirizados em IES, sem gozar das prerrogativas legais do regime estatutário, como estabilidade, incentivo à qualificação, dentre outras medidas de investimento para servidores. Nessa direção, Antunes e Druck (2015, p. 25) apontam que:

As informações levantadas por pesquisas realizadas em todo o país nos últimos 20 anos evidenciam de forma unânime a indissociabilidade entre terceirização e precarização do trabalho, tanto em investigações de natureza qualitativa, através de estudos de casos, quanto quantitativas, com o uso de estatísticas de fontes oficiais ou de instituições sindicais e do direito do trabalho.

Há ainda o discurso do “trabalhador substituível”, visto que mesmo em condições assimétricas de trabalho com outros servidores efetivos das instituições, em alguns casos esses profissionais terceirizados encontram-se em situação de vulnerabilidade, às vezes colocando-se em situação de risco laboral.

Cabe lembrar aqui o movimento por parte do Governo Federal, através do Decreto nº 9.906, de 9 de julho de 2019²⁹, instituindo o Programa Nacional de Incentivo ao Voluntariado “**Pátria Voluntária**”, que incentivou a sistematização do voluntariado, repercutindo sobremaneira na desvalorização da classe de intérpretes.

Embora o Art. 20 afirme que as Instituições “não poderão engajar voluntários em substituição a empregos e cargos formais ou como meio de evitar obrigações para com seus empregados e servidores”, algumas IES frente ao desafio de responder à demanda por parte de alunos surdos, abriram editais para suprimento dessas vagas, mas em caráter não remunerado. Sobre isso Lima (2023, p. 31) explica:

O intenso esforço dos últimos quarenta anos com vistas à profissionalização, formação e delineamento de atuação sofre um ataque sério ao reduzir uma categoria ao voluntariado. Não somente a maior parte das vagas em instituições federais se dão atualmente pela terceirização como também, mesmo em espaços institucionalizados, os intérpretes são pressionados a interpretar voluntariamente, em momentos que não são laborais. Esse movimento impacta negativamente no progresso que a categoria havia realizado até então, gerando precarização das condições de trabalho.

A proposta lançada pelo Programa acima referido, representou para algumas instituições de ensino, a validação do voluntariado para suprir demandas que cabiam aos órgãos competentes realizarem e contribuiu

²⁹ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d9906.htm Acesso em 24 de dezembro de 2023

também para a desvalorização dos TILSPIES. Carioca-Silva (2023, p.119) afirma sobre esse período que:

Ao passo que os servidores públicos, estavam mingando por não receber aumento salarial, com o piso salarial congelado, e enfoque nos TILSP que não tiveram mais possibilidade de prestar concurso, terceirizando, desta feita, o serviço que deveria ser público, [...] levando à frente um trabalho esdrúxulo, levantando uma bandeira de “benevolência”: o voluntariado.

Nesse mesmo sentido, a Febrapils lançou uma nota intitulada: Nota de repúdio à precarização da atuação e remuneração de profissionais tradutores, intérpretes e guia-intérpretes de Libras. O documento alertava sobre os riscos que envolvem designar pessoas sem formação adequada, podendo resultar em prejuízos de diversas ordens ao estudante e ao processo educacional como um todo. A nota também chama a atenção para a desvalorização de profissionais que estão em conformidade com a lei para atuação em contextos altamente especializados.

No que concerne aos profissionais terceirizados, Alves (2017) alerta sobre a saúde mental desses trabalhadores, afirmando que a atuação em algumas instituições públicas pode acarretar danos à saúde mental desses funcionários. Fazendo aplicação ao caso dos TILSPIES, notadamente os terceirizados, é possível identificar condições insalubres de atuação, como (i) a atuação por várias horas sem revezamento com um colega, (ii) o desvio de função, (iii) o receio pela culpabilização quando não há aproveitamento acadêmico por parte do estudante, (iv) a incerteza de que haverá continuação contratual, visto que a demanda de estudantes é sazonal, o que justificaria a (des) continuidade na instituição e (vi) a não garantia de seu meio de vida. Por isso, alguns ainda procuram depois de seu expediente, trabalhos *part time*, assim como complementa Lourenço (2022, p.141):

A desvalorização do trabalho prestado motiva a maioria dos terceirizados a buscar serviços informais remunerados em seu tempo de descanso para complementar a renda mensal familiar, situação que reduz seu tempo que poderia ser destinado à família, ao lazer, à prática de esporte, entre outras atividades.

Também, por conta do grande fluxo de lives e eventos on-line promovidos pelos departamentos, as solicitações chegavam muito abruptamente, sem que os TILSPIES pudessem ter o tempo mínimo de preparação e estudo. Isso sem

contar que a maioria dos contratos não prevê e coloca esses colaboradores em situação de vulnerabilidade no sentido de não trazer em seu textos uma cláusula que resguarde o direito de uso da imagem do intérprete, e isso pode ter efeitos negativos importantes na carreira do profissional. Pois são colocados em condições pouco favoráveis, e têm seus trabalhos publicizados por tempo indefinido nessas plataformas de domínio público³⁰.

Outro fato relevante é que muitos colegas se sentiram na responsabilidade de adquirir ferramentas para melhorar a oferta e a nitidez de suas imagens e som, pois a instituição de ensino não foi capaz de fazer empréstimos ou adquirir esses materiais.

Diante disso, também ficou evidente o baixo letramento digital e a pouca familiaridade com as plataformas de vídeos; e os relatos mostram que muitas vezes a “objetificação” da atividade interpretativa, em alguns eventos, se transformou em uma espécie de espetacularização da atividade de intérpretes, pois não havia participantes surdos no evento, mas os demandantes achavam interessante contar com a participação dos intérpretes para “abrilhantar” o evento e contá-lo como de promoção de acessibilidade. Assim, esses corpos-sinalizantes sofrem uma espécie de reificação, que os coloca, embora paradoxalmente, em um patamar de (in) visibilidade (Lima; Ribeiro, no prelo). Ante o exposto, e de conhecimento advindo do arcabouço empírico da pesquisadora, foi possível organizar a figura 6, com as seguintes situações experienciadas pelos TILSPIES no período da pandemia:

Cabe ressaltar também que a promulgação da Lei 14.704/2023 anteriormente citada neste trabalho, trouxe repercussões não previsíveis para alguns grupos que trabalham sob o regime de terceirização, pois a Lei traz no artigo 8º - A, que “A duração do trabalho dos profissionais de que trata esta Lei será de 6 (seis) horas diárias ou de 30 (trinta) horas semanais”.

Isso repercutiu diretamente na dotação orçamentária das empresas que passaram, em alguns casos, a demitir sumariamente intérpretes que trabalhavam 8 horas diárias, por alegarem ser impossível haver a manutenção do mesmo valor de remuneração de cada posto, que seria a redução de 8h para 6h diárias, sem redução salarial.

30 Para saber mais, consultar o texto no site da ABRATES de autoria de Maria Cristina Pires Pereira. O Direito Autoral E O Direito À Imagem Dos Tradutores E Intérpretes De Línguas De Sinais (Tils) : <https://abrates.com.br/direito-autoral-e-direito-de-imagem-lingua-de-sinais/> acesso em 24 de dezembro de 2023

Figura 6 - TILSPIES e o trabalho remoto.



Fonte: Elaborado pela autora.

É necessário ressaltar que a empresa terceirizadora não poderá reduzir o valor do salário do colaborador, visto que inicialmente ele foi contratado para atuar 40h semanais ou 8h diárias. Desse modo, resta à empresa adequar novamente a carga horária para 30h, sem prejuízo para os contratados, conforme rege a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT):

Art. 468 - Nos contratos individuais de trabalho só é lícita a alteração das respectivas condições por mútuo consentimento, e ainda assim desde que não resultem, direta ou indiretamente, prejuízos ao empregado, sob pena de nulidade da cláusula infringente desta garantia.

Não obstante, alguns empregadores argumentam que foi necessário haver um desligamento desses contratos de 40h, pois não seria rentável para a empresa a manutenção desses contratos, tendo em vista que a publicação da Lei não veio acompanhada de disposições transitórias que poderiam delinear situações e formatos específicos de contratação com a intenção de prever entraves que podem ocorrer com a aplicação da nova lei, em face da antiga regulamentação³¹.

³¹ Também chamadas de direito intertemporal ou normas de transição, são aquelas elaboradas pelo legislador no próprio texto normativo, para disciplinar, durante certo tempo, a transição do sistema antigo para o futuro. Fonte: <https://www.jusbrasil.com.br/noticias/lei-de-introducao-ao-codigo-civil-o-que-se-entende-por-disposicoes-transitorias-denise-cristina-mantovani-cera/1970213>. Acesso em 12 de dezembro de 2023.

O Lugar de Intersecção do TILSPIES

Reiteramos que os intérpretes que atuam em IES são atravessados por situações outras, para além da atuação em sala de aula, como interpretação de conferências, organizadas pela própria instituição, ou por entes externos, de interesse daquela comunidade acadêmica.

Não obstante, é importante ressaltar isso, pois para alguns parece ser bastante nítida a questão de que os intérpretes do nicho educacional pertencem a um segmento diferente de atuação dos intérpretes de conferência quando essa atividade é realizada em escolas com classes comuns. Entretanto, quando pensamos em espaços como os Institutos Federais, que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, os TILSPIES em sala de aula podem dentro da mesma instituição, atuar no ensino médio e em outro momento, atuar no ensino superior e na pós-graduação *lato e stricto sensu*.

Outrossim, além das aulas das matrizes propedêuticas e técnicas, no caso do Ensino médio integrado, há um intenso fluxo de eventos e palestras organizadas pelos cursos e departamentos, também há a oferta de serviços de apoio para a permanência e êxito discente. São serviços como o de odontologia, psicologia, assistência social, incubadora de empresas, dentre outras ações com esse objetivo.

Segundo Rodrigues e Santos (2018), há um leque muito mais amplo de atuação no qual os conceitos de interpretação que os hiperônimos interpretação de conferência e interpretação comunitária não comportam. Portanto, novamente sustentamos que esse profissional não tem sua atuação restrita somente no âmbito educacional propriamente dito, mas transita entre o nicho de conferência e comunitário, em uma espécie de atuação interseccionada.

Gile (1995, *apud* Reuillard, 2016) apregoa que a interpretação de conferência “corresponde, em princípio, à substituição de um discurso de alto nível formal e conceitual em língua de partida por um discurso em língua de chegada que o restitui em sua integralidade no mesmo alto nível”. E, por isso, defendemos que esse profissional também deve estar ciente que, em vários momentos, ele poderá ser interpelado por situações que o convocarão a atuar

enquanto intérpretes de conferência e por isso precisam estar minimamente preparados para lidar com as particularidades resultantes desta tarefa, sobretudo quando forem atuar na direcionalidade da Libras para o PB ou na interpretação direta. Esses pormenores serão discutidos ainda na seção a seguir, pois traremos uma proposta de Encargo de Interpretação baseado e adaptado ao proposto por Nord (2016).

Proposta de Encargo de Interpretação

O ingresso no curso de mestrado em Estudos da Tradução, me fez ter contato com autores expoentes da tradução com abordagem funcionalista. Um destaque para Christiane Nord (2016) que organiza a verdadeira intenção daquele trabalho. Fazendo com que haja a observância do propósito do texto de partida. Nord (2016) explana sobre o papel do *iniciador*, que segundo a autora pode ser, por exemplo, um cliente americano que gostaria de ter acesso às pesquisas científicas no idioma russo, na área da física, ou pode ser um editor britânico quer lançar um best-seller que está em francês no mercado editorial inglês. Desse modo: “Se a tradução pretende ser adequada para um determinado propósito, ela deve satisfazer determinados requisitos, os quais são os encargos de tradução” (Nord, 2016, p. 26).

Nesta proposta de encargo o iniciador também poderá ser o próprio tradutor ou mesmo o intérprete. Visto que Lederer (1990) enfatiza a importância de complementos cognitivos, quando se não estar a par do contexto situacional e de outros elementos que lhes darão pistas sobre quem é o locutor e quem são os ouvintes e por isso, algumas prerrogativas funcionalistas podem corroborar no fazer interpretativo do TILSPIES, no sentido de essa abordagem primar pelo rompimento da subserviência do texto de chegada em relação ao texto de partida (Da Silva e Lima, 2018).

Pois, segundo Seleskovitch (1984), o tradutor (e para este constructo o intérprete) deve primar pela preservação do sentido da mensagem, importando-se menos com a forma original. Para ela, a tradução não é um processo analítico, antes, se caracteriza como um processo sintético (Seleskovitch, 1977).

Dessa forma, a boa preparação, isto é, preparar-se bem e de maneira autônoma, não pode prescindir da atenção aos fatores extratextuais descritos

por Nord: (1) Emissor; (2) Intenção do emissor; (3) Público; (4) Meio; (5) Lugar; (6) Tempo; (7) Motivo; (8) Função textual; (9) A interdependência dos fatores extratextuais.

É necessário também dar a devida atenção aos fatores intratextuais descritos pela autora a saber: (1) Assunto; (2) Conteúdo; (3) Pressuposições; (4) Estruturação; (5) Elementos não verbais; (6) Léxico; (7) Sintaxe; (8) Características suprasegmentais; e, (9) Interdependência dos fatores intratextuais.

Esta preparação é muito oportuna sobretudo em nossa prática de interpretação de conferência, pois ao recebermos uma demanda não é salutar nos resignemos à expectativa de receber o material para estudo com muita antecedência, pois esse é um pensamento que beira à ingenuidade, dados os relatos da maioria desses profissionais, de não recebimento de materiais como slides, roteiro cerimonial e às vezes nem mesmo um *briefing* geral do que será apresentado. Portanto, o que se requer é que haja uma atitude de busca e preparação com vistas à autonomia por parte do intérprete, assim como defende Nogueira e Santos (2018).

Tendo em consideração que essa pesquisa se propõe descrever o processo de interpretação em uma conferência, sugerimos que este encargo (ou encomenda) seja redesenhado para suprir as demandas atuais dessa modalidade, e por isso propomos o encargo de interpretação (EINT) em um formato mais minimalista, e que está sujeito a adaptações, a depender das necessidades situacionais/contextuais da interpretação, como ferramenta que objetiva direcionar escolhas mais assertivas, não somente intuitivas, e que colaborem sistematicamente para a facilitação da execução no momento de interpretação. Desse modo o EINT sugerido aqui, vem com a função de prever e acautelar para possíveis lacunas de entendimento e mudanças de roteiro (improvisos) desses palestrantes. Para tanto, tem como função prospectar situações potencialmente problemáticas partindo do princípio do conceito “do *skopos* do texto alvo”.

Quanto ao (i) *orador (a) / palestrante*, é de suma importância e sem dúvida é a primeira pista que o intérprete vai receber junto com o tema da palestra, para construir o seu encargo. Quem é esse palestrante? Qual o tipo de envolvimento dele com o público de destino? Que tipo de objeções ao discurso, a minha escolha de termos pode gerar no texto de chegada?

Esta última indagação pode ser conflitante caso o pretense intérprete não esteja atento por exemplo dos discursos circulantes atualmente e sobre a (ii) *temática geral do evento*. Em uma situação hipotética, digamos que o evento se dá em novembro em alusão à Consciência Negra. Será de todo apropriado que esse intérprete *busque* aprimorar e evitar termos que possam evocar práticas racistas e que ferem os direitos humanos, monitorando sua própria produção em PB, assim como afirma Pagura (2003, p. 225):

É por isso que as pessoas envolvidas profissionalmente nas atividades de tradução e de interpretação devem manter-se atualizadas no desenvolvimento constante das áreas de conhecimento com as quais trabalham e consultar especialistas na área, quando necessário. Via de regra o tradutor ou o intérprete escreve ou fala a respeito de um assunto que não domina plenamente, tendo como audiência especialistas desse assunto que o conhecem muito mais a fundo

Obviamente que não apenas esses intérpretes devem cultivar hábitos de letramento racial, mas é fator *sine qua non* que esse intérprete compreenda bem essas questões raciais subjacentes e saber que outras temáticas podem vir de encontro com as pautas defendidas pelo evento.

Caso esse possível orador não seja conhecido pelo intérprete, cabe fazer uma busca para ter acesso ao (iii) currículo desse palestrante. O intérprete estando ciente da temática da palestra, pode pesquisar minuciosamente, ou mesmo digitando palavras-chave encontrar artigos, capítulos de livro que esse palestrante tenha ministrado com esse tema ou assuntos correlatos.

É também imprescindível fazer a pesquisa a fim de encontrar (iv) links de palestras anteriores com a mesma temática ou parecidas, visto que é bem comum um palestrante já ter ministrado a mesma palestra em outra instituição e ela está disponível ao grande público.

Outro fator determinante é o intérprete estar atento ao (v) Público a qual se destina a conferência, esse aspecto é importante para adequação do nível de registro. O público é de adolescentes, estudantes de graduação, donas de casa, trabalhadores autônomos ou se trata de um evento acadêmico de pós-graduação? Conhecer o público irá orientar a melhor escolha de palavras na perspectiva de acessibilizar o conhecimento e ser coerente com o nível de registro.

Ainda sobre o aspecto de conjunto de conhecimentos e vocabulário específico para cada temática, o intérprete em preparação poderá também como forma de alimentar o seu arcabouço lexical se servir de (vi) outras conferências com outras temáticas em Libras e Português. Justificamos que devem ser nas duas direções, pois um palestrante que proferirá sua conferência em Libras talvez use sinais muito específicos sobre sua pesquisa, ou até mesmo neologismos, então o intérprete precisará estar ciente dessa possibilidade a fim de que não haja entraves na recepção e por outro lado ele deve também estar atento a termos e possibilidade de uso em língua portuguesa, para equilibrar esse registro, a fim de tornar o discurso fluido, palatável aos ouvintes desse evento. Abaixo o quadro 2 que traz a sintetização desses elementos do EINT proposto neste trabalho.

Quadro 2 - Proposta de Encargo de Interpretação.

ENCARGO DE INTERPRETAÇÃO	
DEMANDA	INFORMAÇÃO COLETADA
Palestrante e Currículo do(a) palestrante	XXXXXXXXXXXXXXXX
Link de palestras anteriores com a mesma temática	XXXXXXXXXXXXXXXX
Público alvo da conferência	XXXXXXXXXXXXXXXX
Temática geral do evento	XXXXXXXXXXXXXXXX
Link de conferências com as mesmas temáticas em libras e em Português	XXXXXXXXXXXXXXXX

Fonte: Elaborado pela autora.

Podemos inferir disso, que quanto mais familiarizado o intérprete estiver ao repertório desse palestrante, menos situações estressoras e menos disfluências ocorrerão na realização da interpretação, aproximando-se ao *Skopos* do texto de partida. Para tanto, a nossa proposta de EINT é constituída de itens que podem compor a demanda de interpretação geral e os respectivos materiais coletados para organizar a preparação para o evento interpretativo. A seguir serão apresentados os principais tipos de disfluências que emergem nas situações de fala e conseqüentemente nas interpretações.

DISFLUÊNCIAS COMUNS

Primeiramente é preciso contextualizar o conceito de fluência, para compreendermos a ausência ou a interrupção momentânea dela. Segundo Vischi (2017), a partir de Scarpa (1995), a fluência pode ser ordenada em quatro tipos: **o primeiro tipo** é a habilidade de falar de modo extenso sem muitas intercorrências preenchendo os vazios, o autor ilustra o caso de locutores de futebol, **o segundo tipo** relaciona-se a capacidade de dominar e ter um bom manejo de recursos sintáticos e semânticos do idioma em questão, atingindo camadas de significação mais densa, **o terceiro tipo** aplica-se a pessoas que detêm um capital cultural significativo, e que conseguem falar de maneira satisfatória de uma gama importante de assuntos. Para concluir, **o quarto tipo** é responsável pela demonstração de uso criativo e inusitado de palavras ou sentenças, e na habilidade de trocadilhos, bem como na criação de metáforas com a finalidade de enriquecer o discurso.

Todavia, a fluência ocorre sobremaneira em ambientes ditos controlados, pré-ensaiados, como quando atores estão fazendo um monólogo de uma peça teatral, ou quando jornalistas leem o texto em um *teleprompter*. A regra geral é que as disfluências são comuns e são observadas não como erros, propriamente ditos, mas como solução para equívocos de fala, conforme assinala Bertz (2005 *apud* Collard; Defrancq, 2019, p. 291).

O conceito de disfluência, ou não-fluência conforme designado por Dayter (2020) como a totalidade dos fenômenos de interrupção da fala³². O termo é oriundo da área da fonoaudiologia por uma perspectiva clínica da fala, e com o tempo passou a ser investigado também por outras áreas como a psicolinguística e notadamente pelos estudos da interpretação, e diz respeito às interrupções atípicas que lançam prejuízo à fluência. O termo, no entanto, diverge da ideia de uma pessoa não fluente em um determinado idioma, pois disfluências, são interferência na operacionalização do fluxo de verbalização ou sinalização, interrompendo o fluxo contínuo da fala, ou seja, a fluência também envolve, falar nem de maneira entrecortada, nem de forma demasiadamente lenta. De um modo geral remete às suspensões momentâneas no fluxo da fala, acarretando, muitas vezes, em o indivíduo

³² *Disfluências comuns ou típicas, diferem-se das disfluências clínicas, como gagueira, taquifemia, dentre outros distúrbios da linguagem.*

não proferir de forma fluente o seu discurso. Gósy (2007 p, 93) afirma que “essas disfluências não acrescentam conteúdo proposicional ao enunciado”³³ e segundo Defino e Magalhães (2010) as disfluências são um fenômeno natural da linguagem e são um universal de todas as línguas. Segundo os autores a maior parte dos falantes produzem e se deparam através de seus interlocutores, com disfluências, mas não percebem a ocorrência delas. Nesse sentido, MacGregor (2008, p. 5) afirma que não é surpreendente que ocorram dificuldades “em qualquer etapa do processo produtivo” da linguagem, resultando em disfluências.

Assim como assinala, Gile (2008) os intérpretes também precisam ser bons oradores, ao passo que precisam gerenciar o insumo linguístico. Por vezes esse profissional se depara com uma série de sotaques e características prosódicas. É o caso do objeto de nossa análise, visto que a interpretação estava sendo realizada a partir de uma interpretação pivô, feitas por dois intérpretes que se revezavam a cada 20 minutos, com idade, gênero, naturalidade e bagagem acadêmica diferentes. A presença desses preditores podem incorrer em sobrecarga cognitiva, como afirmam Collard e Defrancq (2019). Nesse sentido Gósy (2001, p.60) afirma:

A compreensão bem-sucedida exige que o ouvinte identifique palavras, detecte estruturas sintáticas e extraia significado de frases individuais e, finalmente, construa relações entre as várias partes do texto. As pausas destinam-se a proporcionar tempo para tais operações, por um lado, e para processos de correção, caso sejam necessários, por outro. Se o contexto não permite aos ouvintes “preencher” as lacunas criadas durante o processo de compreensão, pausas ou outros tipos de disfluência podem assumir o papel

Esta tarefa exige que sejam mobilizados esforços cognitivos que podem ser melhor explicados por Daniel Gile (2008) através do seu Modelo dos Esforços Segundo esse modelo os intérpretes gerenciam a interpretação simultânea como desdobramento de três esforços(cada um dos quais abrange múltiplas operações cognitivas.”(p.3) Cada um desses esforços requer do intérprete diligências linguísticas que podem exigir cognitivamente, um nível elevado podendo ocasionar uma sobrecarga que Gile designa por “a hipótese da corda bamba” (Gile, 1999) Nesse sentido é provável a ocorrência de disfluências devido a esse estado de sobrecarga mental (Petite, 2005), e como afirma Gile (2008, p. 3) esses erros sucessivos “são decorrentes do estado de saturação da gestão inadequada da capacidade do intérprete”.

33 Tradução nossa e em todo o capítulo.

O número de estudos sobre disfluências e línguas de sinais ainda é incipiente, por exemplo, no Brasil a única pesquisa que encontramos sobre as disfluências envolvendo Libras foi o trabalho de Lemos e Rodrigues (2021), no qual os autores chamam a atenção para as disfluências na fala (sinalização) de pessoas surdas. Os autores puderam constatar a ocorrência de 10 tipos de disfluências na fala/sinalização de surdos e que elas são análogas às encontradas em línguas orais.

No tocante ao processo de interpretação, cabe destacar que não é apenas na mensagem de chegada que são cometidas disfluências, pois elas são também produzidas na mensagem de partida, ou seja, pelo enunciador do discurso e esse fenômeno pode influenciar a realização da interpretação. Segundo Zhao N. (2022, p.5) “A qualidade da interpretação depende, entre outras coisas, de dois critérios importantes: entrega precisa do conteúdo no idioma de origem e entrega fluente do idioma de destino”.

Outro fator determinante para uma entrega a contento do resultado da interpretação é o controle emocional, frente a demanda que lhe é apresentada. De acordo com Zhao (2022, p. 11):

(...) quando um indivíduo se sente ansioso, ele presta mais atenção às propriedades salientes no ambiente ao seu redor; quando as propriedades não estão relacionadas ao objetivo (por exemplo, uma tosse da plateia quando um intérprete está trabalhando), o indivíduo se distrai facilmente, o que leva a dificuldades de processamento (por exemplo, encontrar uma palavra apropriada para a tradução) e, por sua vez, a **disfluências** (por exemplo, preenchimentos). De acordo com a teoria do controle atencional, um indivíduo ansioso é prejudicado em suas funções cognitivas que são necessárias para a conclusão de uma meta (grifo nosso).

Esse elemento distrator de atenção citado por Zhao N. pode ser aplicado a diversas interferências que os intérpretes em situação de trabalho remoto (quando seus lares se tornam-se também *settings* de trabalho) podem sofrer como: cachorro latindo, choro de bebê, carro com alto falantes passando em frente à residência, interrupção no fornecimento da energia ou da internet, dentre outras situações já experienciadas pelos intérpretes, que aumentam fortemente a chance de haver disfluências. Nessa direção, a pesquisa de Gosy (2007) a partir de Bakti (2009) demonstra que

em ambientes ruidosos há o aumento de recorrências de disfluências tais como: **reinicializações, alongamentos e repetições**. Assim como afirmam Delfino e Magalhães (2010, p. 194) “Tanto a pausa preenchida quanto o alongamento são frequentemente usados quando o falante quer manter o seu turno conversacional”. Os autores, afirmam ainda que a ruptura do contorno entoacional é um forte indício de produção de disfluências.

Tissi (2000) destaca “pausas silenciosas, pausas preenchidas (hesitações vocalizadas e interrupções que a autora divide em repetição, reestruturação e falsos começos”. Sobre falsos começos, Pöchhacker (1995) a partir de Bakti, (2009) afirma que são fenômenos que ocorrem na fala cotidiana (universal da produção da fala) e não como sendo uma disfluência específica de intérpretes simultâneos. O autor também analisou a produção de intérpretes de conferências e constatou que houve ocorrências do tipo: **misturas lexicais e misturas sintáticas**, embora houvesse a ocorrência na fala de oradores (mensagem de partida) de falsos começos, esse número em comparação ao produto da interpretação foi reduzido. Os equívocos com maior incidência na pesquisa do autor, cometidos por intérpretes de conferência eram os lexicais e estruturais.

Bendazzoli *et al.* (2011) fazendo referência a Levelt (1983) afirmam que os componentes que pertencem ao *reparo* de fala ou de trechos do discurso são, (i) o *reparandum* (a palavra alvo da correção) (ii) o termo de edição (qualquer material verbal proferido entre o equívoco e o termo corrigido) e (iii) *reparatum* (o termo tido como correto na língua de chegada). Os autores também investigaram a ocorrência de *palavras truncadas e palavras não pronunciadas*, em interpretações analisadas a partir do *European Parliament Interpreting Corpus- EPIC* (Corpus de Interpretação do Parlamento Europeu)³⁴.

Dayter (2021) em sua pesquisa usando um corpus bidirecional de interpretação russo-inglês de um discurso político, identificou reparos pronunciados e reparos não pronunciados. Dayter constatou que “nem toda auto-reparação acompanha um erro audível.” (p.13) A autora afirma que isto se dá possivelmente devido à pressão do tempo e à tensão cognitiva, que impedem esses intérpretes de produzirem material linguístico adicional (termo de edição) como “desculpas, erro do intérprete, perdão, novamente.” Para

34 Segundo Guimarães (2009, p.40): “O EPIC foi indubitavelmente um forte catalisador de investigação nesta área, tendo servido de base a inúmeros projetos de dissertação no contexto acadêmico italiano”.

Dayter (2021) a categoria das disfluências é composta por alongamentos vocálicos e outras hesitações, mas como *falsos inícios*, mas para a autora, pausas silenciosas não são disfluências a menos que venham acompanhadas de outros problemas.

MacGregor (2008) elencou as disfluências do tipo: **Pausas preenchidas, Repetições, Reparos, Preenchimentos lexicais, Prolongamentos e Pausas silenciosas**. Encontramos também em Gósy (2004; 2005) a partir de Bakti (2009), uma taxonomia que contempla mais abrangentemente esses fenômenos, divididas em disfluências baseadas em incertezas e disfluências do tipo erro (*error type disfluencies* - ETDs) conforme ilustra a figura 7, incluído aqui para fins didáticos.

Figura 7 - Taxonomia de disfluências.



Fonte: Elaborado pela autora a partir de Gósy, 2004; 2005 apud Bakti, 2009.

Um destaque para o que Arnone (2018) elenca como disfluências do tipo, *tip of the tongue* (TOT) em português “na ponta da língua” (ver Esquema 4), segundo a autora essas disfluências ocorrem quando um item lexical é conhecido pelo enunciador e ele está ciente de que conhece o termo específico para a situação, embora momentaneamente não consiga recuperá-lo, ainda assim nutre a sensação de que ele lembrará a qualquer momento (sentimento de iminência) como se aquele termo estivesse na “ponta da língua”. Segundo

a autora esse fenômeno ocorre também em língua de sinais. A autora afirma que as pesquisadoras Thompson, Emmorey e Gollan (2005), sugerem o termo *tip of the fingers*- TOF (na ponta dos dedos), para destacar esse fenômeno.

O próximo capítulo irá detalhar quais eram as condições de interpretação que impactaram na atividade interpretativa e como se deu a sistematização para a realização da análise da ocorrência das disfluências.

METODOLOGIA

Esta pesquisa se inscreve em uma abordagem qualitativa, que garante uma riqueza de elementos pelo fato de que o mesmo fenômeno pode ser abordado por outros pesquisadores a partir de um outro referencial ou com uma outra abordagem metodológica, gerando resultados que ainda não foram achados em outras pesquisas (Rhoden, 2020). Também apresenta um caráter documental, a fim de encontrar trabalhos já realizados e lacunas de pesquisa. Para tanto, realizei um levantamento de pesquisas usando as palavras-chave: intérprete de conferência, interpretação remota e interpretação de Libras para português nos bancos de dissertações e teses do Programa de Estudos da Tradução da UFSC (PGET); UFC (POET); Programa de Pós-Graduação em Letras Estrangeiras e Tradução (PPG-LETRA); UNB (POSTRAD); Banco de Teses e Dissertações da Capes e *Google Acadêmico*, além dos Anais do Congresso Nacional de Pesquisas em Tradução e Interpretação de Libras e Língua Portuguesa realizado bianualmente desde 2008 na UFSC em busca de pesquisas que se debruçaram sobre essa temática.

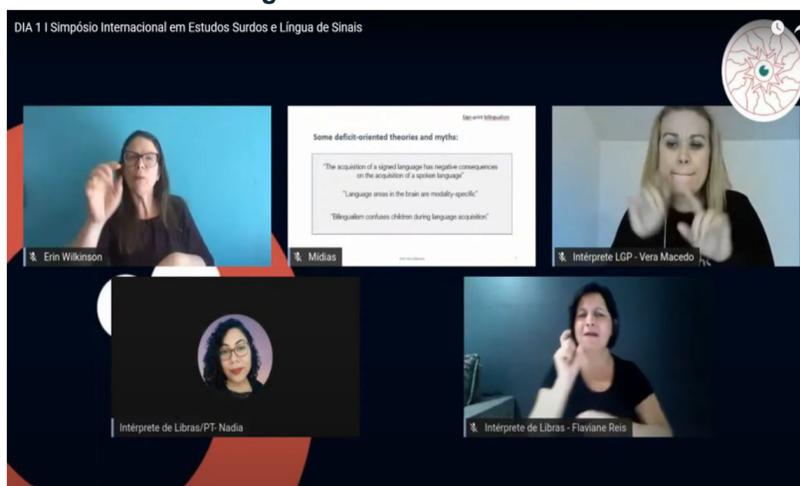
A análise de dados foi realizada a partir da interpretação simultânea da mesa de abertura do I Simpósio Internacional de Estudos Surdos e Língua de Sinais, hospedada na plataforma YouTube, promovido pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Interiorização da Língua de Sinais (NEPILS), grupo de pesquisa que é composto por docentes da UFAL, da Universidade Federal de Sergipe (UFS), da Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB) e da Universidade Estadual do Sudoeste Baiano (UESB).

O grupo tem como premissa maior conduzir investigações em suas respectivas localidades do interior de seus estados. O Simpósio ocorreu entre os dias 9 a 11 de dezembro de 2020, ano em que a pandemia eclodiu no Brasil. Foram 38 palestras e apresentação de trabalhos, contando com a participação de uma equipe de 15 intérpretes de diversas regiões do Brasil, que foram convidados a compor a equipe de execução do evento de extensão e, portanto, trabalharam de modo voluntário.

A palestra de abertura do Simpósio (figura 8), objeto desta análise, foi proferida em Língua de Sinais Americana (ASL) pela professora surda

Dra. Erin Wilkinson (University of New Mexico, USA), cujo título era *Benefits Of Sign-print Bilingualism: Impact On Socio-cognitive Development In Deaf Children And Adults* (Benefícios do Bilinguismo Com Impressão de Sinal: Impacto no Desenvolvimento Sócio-cognitivo Em Crianças e Adultos Surdos)³⁵. A conferência teve duração de 55 minutos e foi interpretada apenas por uma profissional sem o recurso de intérprete de apoio, devido as condições de internet da equipe.

Figura 8 - Mesa de abertura.



Fonte: Print do Canal do evento no youtube.

A análise de dados foi realizada em duas etapas: (1) a investigação do processo de interpretação de conferências envolvendo língua de sinais e línguas vocais, com a finalidade de constatar ou não, que são requeridas habilidades correlatas às descritas no modelo de Cavallo (2022) e (2) a identificação de disfluências, reparos e outros elementos paralinguísticos bem como os preditores que potencializaram essas interrupções no fluxo da mensagem de chegada em PB, por meio da autoconfrontação da transcrição da interpretação. Para tanto, fiz a anotação manual que posteriormente foi redigida para o arquivo em word.

Usamos o símbolo [] para apontar as disfluências. As descrições das ocorrências foram explicitadas e serviram para avaliar se a causa foi linguística ou situacional (extralinguística) que são compreendidas aqui,

³⁵ Para ter acesso ao evento, o link está disponível em: DIA 1 | Simpósio Internacional em Estudos Surdos e Língua de Sinais.

como aspectos dificultadores da realização do trabalho de interpretação, a saber: (i) Interpretação *relay* (co-ocorrência de 4 idiomas simultâneos); (ii) Elementos de apoio visual (slides) em inglês; (iii) Interpretação para o PB realizada sem o recurso de intérprete de apoio durante a maior parte da conferência; (iv) Baixa qualidade de internet dos intérpretes para a Libras em alguns momentos, fragmentando o curso da mensagem; (v) Várias janelas da plataforma com sinalizações concomitantes potencialmente distratoras; (vi) Troca de turno dos intérpretes de Libras desorganizando em alguns momentos a forma como a mensagem estava sendo construída (estilística interpretativa do intérprete), sendo necessária a (re)acomodação da forma de recepção do insumo linguístico.

A partir da segunda parte da análise de dados de nosso corpus, emergiram dezessete tipos de disfluências, são elas: **Pausas Preenchidas, Preenchimentos Lexicais, Pausas Silenciosas (espaço entre o reparandum e o reparatum) Prolongamentos, Erro, Repetições, Falsos Começos, Palavras ou Sentenças Truncadas, Repetições, Reparos, Deslize, Hesitações Vocalizadas, Alongamentos, Alteração na Qualidade da Voz, TOT, Reestruturação e Anaforismo.**

Como apontado anteriormente em (i), além dos desafios inerentes às atuações realizadas de modo remoto, havia questões linguísticas, ou melhor, plurilinguísticas, que tornaram a atuação da equipe de intérpretes em questão, desafiadora. Conforme é possível observar no esquema nº 4, havia a realização concomitantemente, no momento da mesa de abertura, de quatro línguas: (i) *American Sign Language* (ASL), que era a língua da palestrante, (ii) Libras, (iii) Português Brasileiro e (iv) Língua Gestual Portuguesa (LGP). É importante sinalizar que como afirmam Santiago e Turcato (2023) estudos que vão ao encontro da interpretação de conferência multilíngue irão corroborar com a formação de profissionais para atuarem também nesse contexto emergente.

A interpretação para o PB estava sendo operacionalizada por meio da interpretação *relay* (relé), ou interpretação indireta, conforme ilustrado na figura 9³⁶.

36 A interpretação "relay ou relé" acontece quando uma língua é traduzida para outra por uma terceira língua, chamada língua "pivô". Na interpretação relay, o "pivô", ou seja, o intérprete que as outras cabines estão ouvindo para realizar a tradução, tem uma responsabilidade muito especial. Todos estão contando com o pivô para entregar a mensagem do orador (APIC) Fonte: https://pt.linkedin.com/posts/apic-intepretes_pelay-rel%C3%A9-int%C3%A9pretepiv%C3%B4-activity-6922514444199542785-sXi2?trk=public_profile. Acesso em 10 de dezembro de 2023.

Figura 9 - Fluxo de trabalho.



Fonte: Elaborado pela autora.

Almeida-Silva e Russo (2016, p. 78), que investigaram a interpretação indireta ou como designam, interpretação *feed*, sustentam que essa natureza de interpretação inaugura uma nova modalidade de interpretação e não somente um tipo de interpretação. Segundo Song e Cheung (2019), as interpretações do tipo *relay* (relé) são comumente utilizadas nas Assembleias Gerais da Organização das Nações Unidas (ONU), cujas línguas oficiais são árabes, chinês, inglês, francês, russo e espanhol. A presença da Língua Gestual Portuguesa (LGP) no evento objeto deste estudo, justifica-se também pelo fato de uma das colaboradoras e palestrantes ser a professora Ana Mineiro, uma pesquisadora de referência na área da educação bilíngue de surdos em Portugal, bem como a professora Anabela Cruz Santos, que inclusive é a orientadora do curso de doutorado de dois dos organizadores do simpósio.

Atuaram na mesa de abertura, objeto de análise desta pesquisa, um total de 5 intérpretes, dentre os quais 2 eram surdos e estavam interpretando de ASL para a Libras, e 3 ouvintes, a autora desta pesquisa que estava atuando na direcionalidade Libras para o PB junto com outro colega, e a intérprete de PB para LGP.

É preciso ressaltar que como resultado da interpretação *relay* há o efeito de "encadeamento interpretativo", uma vez que a partir da interpretação pivô, as mensagens vão sendo geradas em uma espécie de retroalimentação

linguística, dentro daquele sítio interpretativo LIBRAS-PB-LGP, a partir de um *input* de origem (ASL).

A experiência da autora desta pesquisa na relação com seus pares intérpretes dentro de uma atividade interpretativa específica será pormenorizada, para assim identificarmos se ela se coaduna com o modelo de interpretação de intérpretes de conferência idealizado por Cavallo (2022), visto que a autora lança essa proposta com a finalidade de haver mais pesquisas na área de interpretação de conferência, levando em consideração a possibilidades de se traçar paralelos e identificar até que ponto os elementos desse referido Modelo podem ser aplicados ao trabalho de intérprete de conferências de língua de sinais³⁷. A partir daí poder observar se há elementos que não foram identificados no referido modelo, assim como também identificar como funciona a engrenagem que move a interpretação remota de conferência, sobretudo em conferências ministradas em Libras na modalidade remota, bem como a possibilidade de assinalar as disfluências que interferem nesse processo e os recursos de reparos para manutenção dos discursos fluentes na língua vocal de chegada.

37 A nota de Rodapé sugere: “Embora acreditemos que o Modelo possa descrever bem também a atuação do intérprete de línguas de sinais, ele diz respeito explicitamente à atuação do intérprete de línguas orais em um contexto de conferências, uma vez que o referencial teórico, a análise dos cursos de formação (CAVALLO, 2019) e a prática profissional da própria autora referem-se às línguas orais e à interpretação de conferências. Assim, estudos específicos precisariam ser realizados por especialistas de outras áreas para análise e eventual revisão/adaptação do Modelo” (Cavallo, 2022).

ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Esta análise se dará em duas etapas: a primeira etapa será a investigação do processo de interpretação de conferências envolvendo língua de sinais e línguas vocais, com a finalidade de constatar ou não, que são requeridas habilidades correlatas às descritas no modelo de Cavallo (2022) e a segunda etapa será a identificação de disfluências e o que poderia ter causado essas interrupções no fluxo do texto de chegada em PB.

Cotejamento do Modelo de Cavallo (2022) e a Tarefa Interpretativa LS - LV

Cavallo (2022) propõe um modelo interpretativo que é uma revisão do modelo de Cavallo (2019). O modelo revisado leva em consideração o período pandêmico e pós-pandêmico e a remodelação da oferta do serviço de interpretação simultânea.

Segundo a autora, o referido modelo foi inicialmente pensado para descrever o processo de interpretação de línguas vocais para línguas vocais, ou seja, dentro da mesma modalidade (processo intramodal), portanto é lançada a provocação para que sejam realizadas pesquisas envolvendo a língua de sinais.

A primeira parte da análise de dados será a descrição realizada na próxima refere-se à preparação pessoal da autora e ao envolvimento com o coletivo de intérpretes que atuaram no I Simpósio Internacional de Estudos Surdos e Língua de Sinais, evento que é o objeto de estudo deste trabalho.

Habilidades Anteriores ao Processo

Em consonância com o elemento descrito por Cavallo (2022), Habilidades anteriores ao processo, toda a equipe detinha um elevado domínio das línguas de trabalho, e um bom nível de letramento digital para que a engrena-

gem linguística pudesse ser movida nessa tarefa. Para tanto, no período que antecedeu ao evento foi preciso realizar um extenso trabalho de busca por conteúdo, na literatura específica que versa sobre aquisição bilíngue, neuro-linguística, sociolinguística, pois a temática principal iria ter uma envergadura de assuntos que perpassam pela aquisição de linguagem em crianças e adultos surdos, desenvolvimento social e cognitivo e o ensino bilíngue, e isso envolve também saber manejar e direcionar pesquisas de cunho conceitual e terminológico, com vistas a permitir ter acesso ao discurso no cerne das questões e dos novos conhecimentos levantados pela palestrante surda, e, assim, fazer a transferência do sentido real e do propósito primeiro, imbricado na fala da enunciadora.

Habilidades Internas ao Processo

No que diz respeito às questões inerentes ao processo como compreensão, Cavallo (2019) cita o sentido de *below expert*, ou seja, um conhecimento que não é de um especialista, mas que pode dar subsídios de informações específicas daquele assunto tratado em questão. É interessante mencionar que a palestra trazia dados e assuntos específicos fazendo com que a intérprete de Libras- Português deveria se apropriar de termos e conhecimentos subjacentes ao assunto da exposição da palestrante, que eram: neurolinguística, aquisição de língua, alfabetização e letramento.

No que diz respeito às habilidades de transferência, a transladação da mensagem ocorreu simultaneamente e, visto que a intérprete já tinha alguns meses de atuação na interpretação de conferência on-line, soube gerenciar as dificuldades que surgiram com a velocidade do fluxo de informações, mesmo quando a imagem não era muito nítida devido às questões de qualidade de internet.

Quanto ao produto, na perspectiva de Albi-Mikasa (2012 *apud* Cavallo 2019) ou a mensagem de chegada, em eventos de interpretação simultânea é preciso ter certa cautela para esperar o tempo mais apropriado para dar início a uma sentença (*lag time*), visando não empilhar referentes, ou diminuir o número de ocorrências de disfluências, o que do contrário, traria prejuízo ao entendimento. Embora intercorrências dessa natureza possam ser às vezes inevitáveis. Desse modo, o uso eficaz de recursos estilísticos e estéticos que interferem na camada pragmática (entonação e cadência),

que em línguas vocais é chamada de prosódia e em línguas sinalizadas é designada de prosódia visual (Castro, 2019) também contribui para a entrega da interpretação enquanto produto.

Um aspecto que ganhou maior preponderância nas interpretações remotas durante a pandemia é indubitavelmente o item **gestão eficaz de múltiplos estímulos auditivos táteis e visuo-espaciais**, pois como já tratado neste trabalho, espaços domiciliares viraram uma espécie de estúdio / cabine de interpretação, aumentando a chance de interrupções ou intercorrências, como foi o caso, de quando houve queda de luz ocasionando interrupção no fluxo de internet, excluindo o colega momentaneamente do processo.

Nesse caso, o intérprete que antes estava no apoio precisou assumir o turno gerando uma série de questões e que foi preciso manter a calma de modo a interferir o mínimo na compreensão dos não falantes. E por isso foi preciso empregar recursos na tentativa de mitigar possíveis prejuízos, que inclusive poderiam advir também do cansaço pela interpretação para a língua portuguesa. Nogueira (2020) preconiza preparação de voz e corpo, como exercícios e aquecimento da voz, e alongamento dos membros superiores intérpretes de língua de sinais:

(...) assim como os intérpretes de línguas orais, professores, cantores, atores e outros profissionais, fazem uso da voz como ferramenta de trabalho. Os intérpretes que trabalham com a língua de sinais podem eventualmente atuar somente com línguas sinais, porém, é mais comum atuarem na interpretação entre uma língua oral e a outra (Nogueira, 2020, p. 231)

Situações relatadas nos parágrafos anteriores, fazem-nos lembrar o quão importante é primar, para a manutenção da qualidade na interpretação, mas sobretudo para resguardar a própria saúde, e por isso o profissional precisa também estar atento a questões ergonômicas do seu ofício, prevenindo danos a sua saúde em todas as dimensões.

Habilidades Envolvendo o Processo

Semanas antes do evento, realizamos uma reunião via aplicativo de reuniões on-line no Zoom, com todos os intérpretes que iriam participar do evento com a finalidade de (i) proporcionar entrosamento da equipe, visto

que eram muitos e de várias regiões do Brasil, (ii) conhecer a programação e o objetivo do evento, e (iii) designar ou colocar-se voluntariamente para atuação, a depender da área de interesse é possível expertise do intérprete ou da direcionalidade da língua, e (iv) definir qual seria a melhor forma de fornecer e receber apoio.

Como em todas as sessões do Simpósio haveria a atuação de equipes de intérpretes, então cada um dos momentos do evento foi discutido, com ênfase naqueles que poderiam gerar mais demandas extralinguísticas, como foi o caso da palestra de abertura, a qual iremos analisar nesta dissertação. A adesão aos momentos do evento foi voluntária, de acordo com a disponibilidade dos intérpretes e da habilidade, a depender da direcionalidade. A figura 10 mostra a reunião de alinhamento e a exposição da programação e explicação de como irá se dar cada parte do programa.

Figura 10 - Divisão de responsabilidades.



Fonte: Elaborado pela autora.

O profissional que irá atuar em um evento dessa natureza deverá nutrir, assim como afirma Cavallo (2019; 2022), conhecimento das culturas ali envolvidas subjacentes a cada um e como afirma Oliveira (2020, p.62): “os TILS trabalham com o desafio de realizar ações interpretativas e tradutórias, tendo em vista fatores que são fulcrais em ambas as culturas inerentes ao processo”. Bem como ter empatia e bom senso, resistência à frustração, como no caso de erros cometidos ou imprevistos que podem ocorrer como perda de conexão com a internet, ou mesmo, visto que esse fator é de suma importância para interpretações envolvendo línguas de sinais na direcionalidade Libras-Português, pois a interpretação em língua vocal depende da recepção do insumo linguístico de uma língua visual.

Portanto como defende Russel (2019) a preparação ativa, que significa se preparar cognitivamente e recursivamente para as características socio-linguísticas do evento, pode garantir a eficácia do trabalho de interpretação.

Para dar mais celeridade às informações entre a equipe no período pré-evento e durante o evento, foi criado um grupo de mensagens usando o aplicativo whatsapp. Foi possível observar por meio de demonstração de empatia com as trocas de mensagens, por colocar-se à disposição quando foi necessário haver a troca de intérpretes de forma imediata (não planejada). Por exemplo, quando a palestra já estava caminhando para duração de 50 minutos e eu estava atuando sem revezamento com uma carga cognitiva de exigência alta. Com isso, uma das colegas se colocou à disposição para assumir o meu turno e a outra justificou que a sua conexão não estava estável para assumir, mas houve a preocupação por parte dela com a situação de exigência requerida pela tarefa. Ao final, os colegas parabenizaram a atuação em um gesto de coletividade e reconhecimento ao zelo pelo trabalho bem realizado, contribuindo para o sentimento de coletividade.

Habilidades Posteriores ao Processo

Atualmente há uma grande produção terminográfica em língua de sinais, e segundo Nogueira, Felten e Vale (2021, p. 3), “o intérprete de língua de sinais deve saber onde e como buscar informações ao lidar com terminologia em uma determinada conferência”. Deve saber solicitar, ou mesmo buscar, subsídios que sejam boas fontes de pesquisa, como glossários e palestras com temáticas similares.

Outro ponto importante é o controle de qualidade, também discutido após o encerramento do evento (figura 10) para abordar os pontos fortes e as fragilidades. De acordo com Kalina (2000):

A competência não é exigida apenas durante o processo de interpretação em si, ela deve ser preparada antes do ato de interpretação propriamente dito e é necessária após o evento (quando o conhecimento linguístico e do assunto recém-adquirido deve ser recombinação com o conhecimento anterior), bem como com relação à atitude geral do intérprete, à flexibilidade e à capacidade de se adaptar aos desafios técnicos e aos princípios éticos.

Nessas reuniões pós-evento há a escuta, e o profissional, além de fornecer sugestões, também deve saber recebê-las em forma de colaborações positivas para aperfeiçoamento de sua técnica.

Habilidades Extrínsecas ao Processo

O intérprete de Libras trabalha com o corpo, que mal condicionado pode ocasionar “lesões por esforço repetitivo” (LER) ou “doenças relacionadas ao trabalho” (DORT). De acordo com a pesquisa de Azevedo (2018), 43,8% dos intérpretes já se ausentaram do trabalho em virtude de LER/DORT. Esse número alarmante não é de se admirar visto que a Lei que assegura condições ergonômicas para essa classe foi promulgada há pouco tempo. Todavia, precisamos buscar maneiras de resguardar boas condições de trabalho, e isto vai ao encontro de aperfeiçoar bons relacionamentos com clientes e ter hábito de manter padrões altos de qualidade na execução da tarefa interpretativa.

Em outros contextos é necessário também nutrir conhecimentos de negociação e uma boa cartela de clientes. Todavia, como já relatado aqui para nossa pesquisa, essa especificidade não será objeto da pesquisa, pois para esta interpretação específica, tratou-se de um trabalho de engajamento voluntário a um evento de extensão de uma IES.

Os intérpretes de Libras expertos conhecem a necessidade de metarreflexão sobre o seu fazer tradutório-interpretativo para aprimorar ainda mais suas habilidades de (i) ofertar um serviço confiável e de notória excelência, e (ii) captar bons clientes e boas oportunidades de negócio. Para tanto, se faz necessário também um investimento pessoal em especial nas áreas em que este profissional apresenta mais fragilidades.

Sobre isso, Gomes (2020) traz dados interessantes sobre o desempenho de intérpretes quando atuando na direção inversa e na direção direta. Por exemplo, baseado em Donovan (2017), o autor ressalta que os intérpretes intramodais (ou seja, intérpretes atuando na interpretação de duas línguas de mesma modalidade vocal) têm preferência e se sentem mais confortáveis em atuar na direção direta. Entretanto, isso não ocorre com a maioria dos intérpretes intermodais, no caso de uma língua de sinais e uma língua vocal, segundo Nicodemus e Emmorey (2013, 2015 *apud* Gomes, 2020).

A Questão da Habilidade Intermodal

A partir da descrição realizada, podemos constatar que os intérpretes de Libras participam da mesma lógica do modelo descritivo sugerido por Cavallo (2022), mas acrescentamos uma habilidade que não foi contemplada pelo modelo: a habilidade em operacionalizar a interpretação de uma modalidade de língua para outra modalidade de língua (habilidade intermodal), a exemplo da Libras e da Língua Portuguesa.

Além da tipologia trazida por Jakobson em 1959 (Tradução intralingual ou reformulação, tradução interlingual, de uma língua para outra língua, e tradução intersemiótica, transposição de um sistema de signos para outro), Segala (2010), pesquisador surdo, em seu trabalho, propõe um quarto tipo de tradução, quando se trabalha com línguas sinalizadas; a Tradução intermodal.

Pöchhacker (2004) relembra que o termo interpretação era atrelado especificamente às línguas faladas/vocais, no entanto com o crescente número de pesquisas em línguas de sinais, foi preciso diferenciar qual a natureza de interpretação e diferenciá-la da interpretação de LV, marcando a questão da modalidade distinta entre elas.

Isto se dá, pois, as Línguas de Sinais se distinguem das línguas vocais, primordialmente, no modo em que esta é operacionalizada. “Assim, a diferença de modalidade reflete na maneira como cada língua é sistematizada e organizada para a realização de uma interlocução” (Silva-Aguiar, 2020, p.34). Muito embora a “Libras configure um sistema verbal, apesar de se apresentar na modalidade visual-espacial”, todas as línguas são sistemas verbais (Segala; Quadros, 2015. p. 359). Portanto, línguas de sinais são de natureza Visual-espacial e Línguas orais, oral-auditiva, como afirma Sansão e Cruz-Santos (2021, p.202), “percebe-se que tanto a língua portuguesa como a língua de sinais possuem propriedades abstratas e se convertem em acústico-temporal e visual-espacial, diferenciando-se na forma externa...

Desta feita, como afirma Rodrigues (2018) os efeitos de modalidade se aplicam ao fato de a língua de sinais ser operacionalizada através de movimentos corporais enunciados no espaço e sem nenhuma “dependência dos sinais acústicos.”

É importante salientar isso, pois o intérprete intermodal ao se deparar com um discurso realizado em língua de sinais, como foi o caso da direcionalidade analisada nesta pesquisa (Libras - Português), precisa estar atendo ao insumo linguístico em sua totalidade, pois a mensagem estará sendo emitida em formato quadridimensional como afirma Rodrigues (2018, p. 310), através da integração dos dispositivos de “habilidades corporais motoras, de codificação integrada, de propriedades gestuais e espaciais”. Como assevera Silva-Aguiar (2020, p.35):

Assim, em uma situação de interpretação entre línguas de modalidades distintas, a demanda cognitiva é ainda maior do que em línguas de mesma modalidade devido à maneira como a comunicação ocorre em cada uma das línguas.

Por isso, se faz necessário uma formação continuada para esses TILSPIES, a fim de trazer melhorias e metarreflexão sobre seu desempenho interpretativo, também nessa direção, obtendo a expertise de modo integral e não fragmentada, atuando de maneira adequada ao nível de registro nas duas direções.

Identificação de Disfluências Comuns na Interpretação de Conferência

Iremos agora, iniciar a segunda parte da análise apontando a minutagem dos trechos onde há a ocorrência de disfluências e reparos, a partir da transcrição do trecho da interpretação, ou a descrição da situação como no caso do trecho (2). Usaremos o símbolo [] para marcar a disfluência e especificamente para disfluências do tipo pausas silenciosas usaremos o símbolo [...] para evidenciar a ocorrência desse fenômeno nos trechos. Em seguida, iremos fazer os devidos comentários sobre o que possivelmente pode ter influenciado cada interrupção do fluxo de interpretação.

(1) 8'44” - Transcrição da interpretação: “Vocês, [eeee], algumas pessoas podem entender a partir da perspectiva da deficiência”.

Neste excerto é possível notar uma *pausa preenchida* como o alongamento da vogal *e*, precedendo o *reparo* da mensagem. Tal disfluência foi usada como recurso que serviu à intérprete como uma espécie de autorregulação

para o não descompasso total, gerando represamento de informações. É necessário levar em consideração que havia muitos distratores de atenção, com as janelas todas ativas, cada uma contendo uma língua distinta, e três línguas de sinais co-ocorrentes e que no início do evento a equipe passa por uma espécie de acomodação, cognitiva e sensorial do ambiente de trabalho, para dar conta da tarefa.

(2) Em 10'00" ocorre o início da fala da palestrante em ASL; em 10'01" o início da interpretação para a Libras e em 10'07", ocorre a incidência de um falso começo em PB. Por fim, somente 11 segundos depois, em 10'12", tem-se o início da interpretação para o PB.

O *falso começo* neste trecho da interpretação se deveu a uma tentativa em iniciar a elocução da sentença de maneira assertiva. Portanto, é fundamental que o intérprete identifique o momento propício para começar. A título de ilustração, podemos comparar essa situação à brincadeira coletiva de pular corda. Assim como no jogo, ao entrar na brincadeira com a corda já em movimento, o participante deve escolher a melhor hora para adentrar na brincadeira e começar a pular, evitando ser atingido pela corda e interromper a brincadeira.

De maneira similar, na interpretação simultânea, o intérprete precisa decidir quando pode iniciar sua interpretação e prosseguir sem deixar *gaps* na compreensão. No entanto, no trecho em que expresse a intenção de começar, mas declino, evidencia-se a insegurança de não conseguir cumprir a entrega da mensagem em sua integralidade.

(3) 13 '26 " -Transcrição da interpretação: "Pensando assim, podemos refletir: qual a importância da aprendizagem... [interrupção do fluxo de recepção devido dos insumos em decorrência da instabilidade da internet da intérprete de Libras] para esses sujeitos com o apoio da aprendizagem de outra língua, nesse caso Cross Model, ou de uma [inter] intermodalidade?"

O excerto (3) poderia significar uma fonte de estresse, pois no momento em que a palestrante inicia uma indagação, a conexão da interpretação pivô começa a apresentar falhas, podendo resultar em um efeito em cadeia, pois geraria a interrupção momentânea da produção de insumo linguístico, na produção em Libras e por sua vez em PB e em LGP. Entretanto eu estava

ciente das informações contidas no slide (embora essas informações suprasegmentais estivessem em inglês) e sabia o teor da pergunta, podendo fazer “costuras” na mensagem de chegada em PB, não negligenciando o aspecto prosódico ou a entonação que identifica a sentença interrogativa. E nem perder totalmente o fio contextualizador da mensagem. No entanto, o evento adverso talvez tenha repercutido quando pronunciei de forma inacabada a palavra “[*inter*] *intermodalidade*”. O que configura uma disfluência do tipo palavra truncada.

(4) 14’10” - -Transcrição da interpretação: *Para essa pesquisa nós contamos com a colaboração de vários, [ãããããã] é uma pesquisa de dez anos, [né] [então] nós temos vários colaboradores...*

Nesta sentença podemos observar a ocorrência da disfluência do tipo *pausa preenchida [ãããããã]* um *reparo pós-articulação* e logo depois outra disfluência do tipo *pausa preenchida [né]* e outra do tipo *preenchimento lexical [então]*

É possível notar que a primeira ocorrência da pausa preenchida em (4) ocorreu antes de um reparo pós-articulatório, ou seja, antes de haver o *reparatum* proferimento da interpretação em PB, pois nesse momento compreendi que estaria me antecipando e que poderia estar enveredando por um caminho contextual afastado da mensagem de partida. Isso pode ser explicado pelo fato de já ter conhecimento do slide e do que se tratava a mensagem contida nele. Por isso a importância de esperar a distância de segurança da mensagem de partida, pois naquele dado momento o palestrante pode falar ou adicionar de improvido um dado ou um detalhe não contido no material disponibilizado previamente.

Quanto à pausa preenchida e o preenchimento lexical, nós temos o *né* e o *então*, embora já dicionarizados como hipônimos da classe de advérbios, foram usados para preencher uma lacuna de entendimento ou mesmo como forma de ganhar tempo para a reelaboração da sentença. Desse modo são termos que podem ser considerados expletivos, ou seja, na exclusão desses elementos não há perda de significado. É possível observar também o fator prosódico para preservar a ideação de continuidade do discurso, o turno conversacional ou fluxo em si.

(5) 16'09" - Transcrição da interpretação: Nós temos aqui a estruturação da pesquisa [aaa] [na primeira] na primeira coluna, [nas três] nas três colunas, nós temos a imagem [na verdade] a escrita em inglês

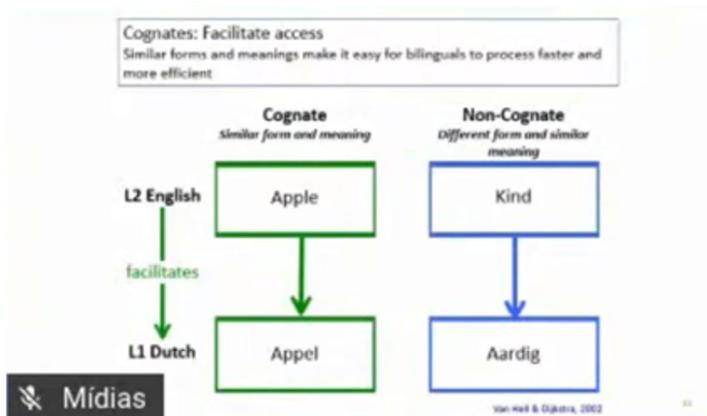
A partir desse trecho temos uma alta taxa de elocução por parte da palestrante. Ela aponta dados que estão explicitados no slide, mas as informações encontram-se em inglês, e por receio de haver empilhamentos de informações e de referentes há uma hesitação com a *pausa preenchida aaaa*, duas *repetições* de termos seguidas ... **[na primeira] na primeira coluna, [nas três] nas três colunas...** e de um termo de edição (referência do equívoco) pronunciado: **na verdade**.

(6) 19'17" -Transcrição da interpretação: Bem, é só a título de comparação para entendermos como se dá esse fenômeno [de] do encontro com termos cognatos e pseudo cognatos.

O excerto (6) parece mostrar apenas uma disfluência do tipo *deslize* seguido pelo rápido *reparo* na forma contraída do artigo definido *do*. Entretanto, eu estava no momento tentando gerenciar as informações para que não houvesse um erro grave conceitual como ocorreu na interpretação para a Libras. Visto que a intérprete de Libras confundiu os termos *cognate* e *não-cognate* (ver figura 5) interpretando-os como cognitivo e não cognitivo.

Desse modo conforme vimos no referencial teórico deste trabalho pela visão funcionalista é preciso romper em alguns momentos com a visão subserviente em relação ao texto de partida, e primar pelo sentido geral, por isso o erro não foi reproduzido em PB Não porque eu estava atenta aos slides, fazendo com que pudesse reparar o equívoco mesmo antes de pronunciá-lo (reparo mental)

Figura 5 - Slide da palestrante.



Fonte: Print do canal do evento no youtube.

(7) 20' 19" -**Transcrição da interpretação:** Se eu for levar ao pé da letra, têm significados totalmente distantes [né, ééééé, então] aí entra como se fosse um falso amigo esses cognatos. Porque podemos pensar que nem sempre o termo vai ser ativado, co-ativado de maneira apropriada.

É possível notar em (7) que logo em seguida à sentença exposta acima no excerto (6) há hesitações baseadas na incerteza **né, ééééé, então, que** são tidas como *alongamentos* de um ou mais fones ou preenchimentos com palavras desprovidas de significado nesse dado ponto da interpretação, como o "então". Por conta também da "incerteza" há a alteração na qualidade da voz, uma característica observada quando há insegurança na interpretação de textos sobretudo densos ou quando não há o preparo devido, embora não tenha sido esse o caso da interpretação objeto desta análise.

(8) 23'03" -**Transcrição da interpretação:** ...mas quando esse sujeito surdo ele se depara com o sinal e com a forma impressa, ou a forma imagética daquele sinal, a criança surda pode fazer uma análise [aaaaa perdão] ela pode fazer [...] compreender, acessar esse conhecimento.

Termos novamente a incidência de pausa preenchida seguida de erro pronunciado quando foi proferido o termo **perdão**. Há intérpretes que optam por proferir antes da edição da palavra ou da sentença: "perdão, erro de interpretação", e em seguida retomam normalmente a sentença reparada,

fazendo com que não reste dúvida de que a disfluência do tipo erro, foi cometida pelo intérprete e não na mensagem de partida, ou seja, pela palestrante. Mas esse não foi o caso deste excerto.

(9) 26'36" -Transcrição da interpretação: ...no caso de leão e bebê, baby. A percepção é rápida que são termos que se diferem, mas há ainda alguns entraves há [ãããã], por exemplo o caso de filme...

Em (9) a situação era de troca de turnos de intérpretes para Libras, e quando isso ocorre em especial em interpretação relay, é necessário que haja um período de acomodação no que diz respeito à sensação de acostumar-se com a estilística interpretativa daquela terceira pessoa, até mesmo porque o próprio intérprete precisou desse tempo para a tomada de seu turno, i.e iniciar efetivamente sua interpretação. O intérprete de Libras também passou pelo processo de acomodação visual e estilística da palestrante.

A disfluência identificada, embora pareça apenas uma pausa preenchida por *ãããã*, não parte de uma hesitação da ordem das incertezas, mas justifica-se por não conseguir resgatar com prontidão o termo que se encaixaria perfeitamente nesta sentença, embora tivesse certeza de que ele poderia emergir a qualquer momento. Desse modo, identificamos a disfluência do tipo *TOT*, no excerto 9.

A partir do tempo 30'00" o índice de ocorrências de disfluências começam a ganhar outros contornos, pois as pesquisas mostram que a partir de 20 minutos os intérpretes entram em um processo de desgaste em face da carga cognitiva densa de insumos de interpretação que o intérprete precisa despachar, i.e como já referida neste trabalho, a hipótese da corda bamba (Gile, 1998).

Para a análise do próximo excerto, e para melhor compreensão de como as disfluências agem na mensagem de chegada, realizei para este trabalho a tradução para o português escrito **(10a)**, da mensagem em Libras extraída do excerto 32 **'16 "**, com o objetivo de comparar a minha interpretação desse mesmo trecho podendo analisar de maneira mais assertiva a ocorrência de disfluências, a partir da Transcrição da interpretação **(10b)**.

(10a) 32 '16 “ - Tradução para o português *Nós enfrentamos alguns problemas para a consecução da pesquisa, acarretados pela desistência de alguns participantes.* O perfil do público participante era muito variado, alguns deles nasceram em lares onde a língua de sinais tinha grande destaque, outros não nasceram em lares em que a língua de sinais era usada e sim a língua oral era a predominante. Participaram da pesquisa 26 crianças na faixa etária de 10 - 14 anos do 5 ao 8. Então essas 29 crianças inicialmente recrutadas para a pesquisa estavam entre o 6º e o 9º ano.

(10b) 32 '16 “ - Transcrição da interpretação: Para esse construto, nós, recrutamos, [né], convidamos algumas crianças, [foram] mas assim foi um número grande no começo, [né] mas, aos poucos elas foram desistindo, [por várias], por N questões, [ne]? Às vezes [ãããã] existia uma variedade de origem familiar, existiam surdos que estavam envolvidos nesse ambiente linguístico favorável, então foram [ããã] 39 crianças, [...]de 5 a 8 anos, e esse contingente dessas 29 crianças que estavam ali no ensino básico do 6 ao 9 ano, elas [ééééé] foram participantes ativas da pesquisa.

É possível discernir nitidamente a diferença entre qualidade do produto da tradução em um ambiente livre de tensões em (10a), e a interpretação simultânea em (10b). Tendo em vista que a tarefa interpretativa é cognitivamente muito mais exigente, sobretudo em ambientes adversos e em atuações que exauem o tempo recomendado para a troca de turno. Foram identificadas em (10b) *hesitações vocalizadas, repetição, reestruturação, falsos começos e palavras truncadas.*

(11) 42'4” - Transcrição da interpretação: Bem, foi colocado aqui [a respeito da] quando o sujeito surdo se depara com um sintagma [aa] em língua inglesa em que ele busca em seu aporte visual [ne] então isso é um dos benefícios realmente.

Em (11) é possível observar mais uma vez a incidência de *pausas preenchidas e uma sentença truncada (inacabada)*, muito provavelmente pela extensão do turno causando um declínio na agilidade de compreender a mensagem em curso, bem como de elaboração de um texto estritamente coeso em PB.

(12) 49'04' - Transcrição da interpretação: ...[ããããã] [ummm] [...] esses benefícios eles são notórios, realmente. Então pra pessoas ouvintes é bem mais confortável é muito mais fácil o acesso, e nós sabemos que não acontece o mesmo com pessoas surdas.

No excerto (12) as disfluências em série no início da sentença podem ser explicadas pelos eventos não previstos, pois houve a interrupção da eletricidade na residência do moderador técnico da transmissão e responsável pela projeção dos slides. Por isso não podíamos mais contar com o apoio das informações contidas nele para preencher as lacunas de entendimento e isso surpreendeu toda a equipe de intérpretes do evento.

(13) 49'33" - Transcrição da interpretação: Por exemplo a gente tem [aqui] [óóó] [ããã] aqui essa expressão idiomática que [ela] fala [do] da mesa vazia, [né] da mesa de jantar. [né] que em que [naquele momento de] naquele momento de interação em família de intercâmbio, de carinho, de conversas, a pessoa surda [ela] é simplesmente [é] privada dessas informações. Essa expressão síndrome da mesa, ela tem no seu escopo esse sentimento de privação linguística de afastamento [iiii] linguístico daquele indivíduo surdo dentro do seio familiar.

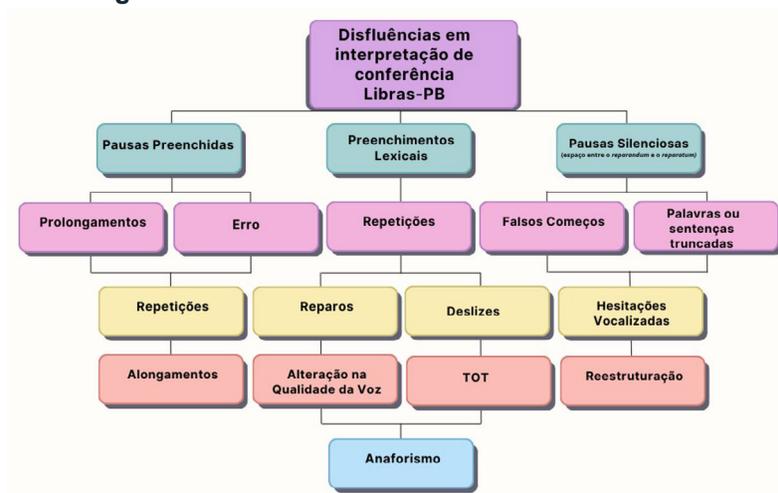
No excerto (13) a palestrante faz uso de uma expressão idiomática “síndrome da mesa vazia” para fazer menção a negligência emocional que alguns surdos encontram dentro de suas famílias, uma espécie de privação linguística e por sua vez afetiva. Cabe lembrar que não havia mais a projeção dos slides que trariam a certeza do caminho de significação que a palestrante estaria enveredando. É possível perceber as disfluências no início da sentença, de um falso começo, em virtude da incerteza, depois pausas preenchidas, repetições e reinícios. Entretanto, em virtude da boa preparação anterior ao evento, ou seja, por estar familiarizada aos slides que seriam apresentados, não houve grandes perdas, possibilitando a preservação do sentido.

Além das incidências já apresentadas e catalogadas pelos autores referenciados na seção DISFLUÊNCIAS COMUNS desta dissertação, encontramos neste corpus interpretativo a emergência de *anaforismo*, ou uso demasiado de anáfora³⁸, como em (13) **a pessoa surda [ela] é**. Desta maneira, Araújo e Correia (2015, p. 47) em sua pesquisa sobre o uso de anáforas

38 Anáfora segundo o Dicionário Aurélio on-line é o recurso discursivo em que um termo é usado para retomar uma ideia anterior ou fazer referência ao que já foi dito anteriormente. Fonte: <https://www.dicio.com.br/anafora/> Acesso em 4 de janeiro de 2022.

assinalam “que o uso excessivo de elementos anafóricos pode constituir um obstáculo à clareza”. Embora pareça ser em alguns momentos uma característica da dimensão estilística da minha interpretação o uso recorrente do pronome, causou um certo dificultador na fluidez do discurso, pois o pronome **ela**, nessa sentença, pode ser encarado como termo expletivo. Para uma organização mais visual, organizamos um esquema taxonômico que faz um arremate das disfluências identificadas em nosso corpus interpretativo.

Figura 11 - Taxonomia das disfluências Libras-PB.



Fonte: autoria própria.

Foi possível identificar nesta parte da análise de dados, dezessete tipos de disfluências e embora nosso trabalho não tenha enfoque quantitativo, a disfluência do tipo pausa preenchida foi a que assumiu mais destaques pelo número de vezes em que ela aparece no decorrer da interpretação, às vezes de maneira coocorrente com outra disfluência elencada na figura 11.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contagem em ordem regressiva, aludida no título desta dissertação (3,2,1 *ao vivo!*), é característica do início de eventos on-line a exemplo das lives, e pode suscitar, diversos sentimentos nos intérpretes atuantes em tais eventos. A partir de relatos de outros profissionais, sobretudo TILSPIES, o sentimento que é evocado em alguns deles pode ser de nervosismo, indiferença, empolgação, ansiedade, injustiça, medo, alegria ou mesmo preocupação. Toda essa gama de sentimentos pode surgir a depender das condições de trabalho, familiaridade com o conteúdo a ser abordado, preparação prévia ou a falta dela e o reconhecimento da importância desses profissionais por parte dos contratantes ou chefia.

A pandemia de covid-19, modificou profundamente o *status quo* da oferta de trabalho para os TILSPIES. A retórica que se instaurou foi de que todos os eventos deveriam contar com a interpretação simultânea para Libras mesmo quando havia um número irrisório de pessoas assistindo e nenhuma dessas sendo surdas. Isso gerou também a contratação de um grande contingente de intérpretes terceirizados, em face do impedimento de abertura de concursos.

Findada a pandemia, esses intérpretes terceirizados ainda atuavam, na maioria das IES, sem os devidos lastros legais ou regulamentações que resguardassem sua saúde e estabilidade laboral. Evidenciando também um descompasso no que diz respeito à ausência de um plano de cargos e carreira, como acontece com servidores TILSPIES efetivos.

Todavia, é preciso ressaltar que mesmo que haja condições desfavoráveis, o profissional ao assumir a tarefa de atuar no Ensino Superior precisa estar ciente de que irá ser convocado a prestar seus serviços tanto ordinariamente como intempestivamente nos mais variados contextos e por isso deve procurar meios (quando não providos pela gestão dessas instituições) de aprimorar essas habilidades. Mas para que isso ocorra, ele não pode prescindir de avaliar seus pontos fortes e suas fragilidades, realizando um exercício autocrítico, confrontando suas próprias interpretações de trabalhos realizados, solicitando consulta a pares mais experientes e a nativos surdos, trazendo à baila o produto da sua interpretação nas duas

direções para se certificar se há a restituição do mesmo nível discursivo produzido pelo enunciador.

Levando em consideração o cenário exposto acima, este trabalho investigou quais habilidades são necessárias para a interpretação em contextos acadêmicos, sobretudo em conferências promovidas por IES, tendo em conta que esses TILSPIES participam de experiências sobrepostas, não se limitando à sala de aula convencional. Por esta perspectiva, observamos que esse indivíduo atua na esfera, educacional, de conferência, comunitária e midiática e não como uma atividade ad hoc, mas operam e mobilizam seus conhecimentos nessas frentes, de forma sistemática.

Esta dissertação teve como objetivo geral identificar as ocorrências de disfluências típicas e reparos na interpretação para a língua portuguesa, a partir de um corpus de interpretação, proveniente de uma conferência on-line, simultânea, intermodal e remota, e este objetivo foi efetivamente alcançado. Como produto de nossa análise conseguimos identificar dezessete tipos de disfluências, a saber: Pausas Preenchidas, Preenchimentos Lexicais, Pausas Silenciosas, Prolongamentos, Erro, Repetições, Falsos Começos, Palavras ou Sentenças Truncadas, Repetições, Reparos, Deslizes, Hesitações Vocalizadas, Alongamentos, Alteração na Qualidade da Voz, TOT, Reestruturação e identificou inesperadamente, o uso de Anaforismo, que é uso inadequado ou exagerado da anáfora, que na interpretação se mostrou um componente dispensável e meramente expletivo.

Considerando os achados, o exercício de autoconfrontação como o exposto acima, é importante para profissionais que atuam na interpretação, pois é possível colocar-se no lugar da audiência, e avaliar se a entrega do serviço está a contento no nível epistêmico, conceitual e pragmático da demanda ou se estamos apenas contracenando, por assim dizer, em um espetáculo babélico, no sentido de não haver uma compreensão da camada mais profunda de significado. Podemos observar a partir dessas asserções que o intérprete não é um mero reproduzidor do texto de partida, ele age sobre o texto de chegada e faz a escolha de comprometer-se ou não com a tarefa interpretativa.

A partir do objetivo geral, a pesquisa se desdobrou em objetivos específicos, o primeiro era a avaliação da possível adequação do trabalho dos intérpretes de conferência de línguas de sinais ao modelo de Cavallo (2022).

A partir da descrição do processo de preparação pessoal e coletiva da autora e dos intérpretes que atuaram no Simpósio objeto de estudo deste trabalho, pôde-se constatar que há total aplicabilidade do Modelo de Cavallo (2022), com a inclusão de uma habilidade que não foi contemplada pelo referido Modelo: a habilidade em operacionalizar a interpretação de uma modalidade de língua para outra modalidade de língua (habilidade intermodal).

O próximo objetivo específico foi refletir criticamente sobre os desafios da interpretação intermodal (Libras-Português), em nível acadêmico no contexto de conferência organizadas por IES, e esse alvo também foi atingido. O capítulo 4 deste trabalho traz uma reflexão crítica acerca dos TILSPIES sobretudo àqueles em situação de trabalho terceirizado. Diante disso os TILSPIES que transitam nesses espaços acadêmicos, precisam refletir de modo autocrítico, se essas produções estão sendo vertidas nas duas direções, cumprindo o rigor dos discursos de partida e do que é exigido pelos gêneros circulantes na Academia.

Tendo em vista o aumento de pesquisadores surdos enquanto produtores e promotores de conhecimento e não apenas como receptáculos de saberes já consolidados pela maioria ouvinte, o terceiro e último objetivo específico trouxe a proposta de uma ferramenta que pode ser usada por TILSPIES para dar suporte ao atendimento das exigências de conferências de nível acadêmico. Para tanto, este trabalho trouxe como sugestão de recurso para esses profissionais o que designamos de Encargo de Interpretação, baseado no encargo de tradução, proposto por Christiane Nord. Desse modo esses profissionais podem munir-se das mais variadas informações que podem servir de complementos cognitivos no momento da interpretação, como: (i) orador (a) / palestrante (ii) temática geral do evento (iii) currículo desse palestrante (iv) links de palestras anteriores com a mesma temática ou parecidas, (v) Público a qual se destina a conferência, (vi) outras conferências com outras temáticas em Libras e Português. Dessa maneira haverá maior possibilidade de não adulteração ou de preservação do sentido da mensagem de partida, e de atenuação de ocorrências de disfluências, pois o profissional realizará sua preparação de modo que haja maior segurança para lidar com as imprevisibilidades de todas as ordens, como é comum ocorrer em conferências.

No caso desta dissertação, para avaliação das disfluências, nos valem os de um corpus ad hoc transcrito manualmente. Portanto, como sugestão para futuras pesquisas propomos a criação de projetos de compilação de corpora de interpretação Libras e línguas vocais de conferência, com todo o rigor previsto pela linguística de corpus, para a análise de outros fenômenos que podem emergir dessas situações.

Para concluir, esperamos que este trabalho seja um condutor de mais pesquisas que fortaleçam os estudos da interpretação sobretudo interpretação de conferência na direção Libras-Português, contribuindo para a compreensão dos aspectos subjacentes das línguas envolvidas e para a formação de tradutores e intérpretes, além de fomentar novos achados para os Estudos da Tradução e Interpretação de Língua de Sinais (ETILS) e dar ênfase aos estudos que defendem a Interpretação como área autônoma.

REFERÊNCIAS

ALBRES, Neiva de Aquino. **Mesclagem de voz e tipos de discurso no processo de interpretação da língua de sinais para o português oral**. Cadernos de Tradução, Florianópolis, v. 2, n. 26, p. 291-306, 2010.

ALMEIDA-SILVA, Anderson; RUSSO, Ângela. Diferenças e similitudes entre a 'Interpretação Indireta' e a 'Interpretação Indireta Sinalizada': uma análise sobre a posição de intérprete-feed. *In*: ALMEIDA-SILVA, Anderson; ALBRES, Neiva de Aquino; RUSSO, Ângela (org.). **Diálogos em estudos da tradução e interpretação de línguas de sinais**. Curitiba: Prismas, 2016. p. 75-106.

ALVES, Giovani. Nova ofensiva do capital, crise do sindicalismo e as perspectivas do trabalho – o Brasil nos anos noventa. *In*: TEIXEIRA, F. J. S.; OLIVEIRA, M. A. de (org.). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho**. Fortaleza: Cortez, 1995.

ALVES, Sandra Maria de Lima. **A construção da argumentação em textos escritos de alunos surdos e ouvintes de um curso de letras/libras presencial**. 2019. 176 f. Tese (Doutorado) - Universidade Católica de Pernambuco. Pró-Reitoria Acadêmica. Coordenação Geral de Pós-Graduação. Doutorado em Ciências da Linguagem, 2019. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UCAP_50f-62d3a4769ed44d6e777ab76ee67bf_ Acesso em: 12 jan. 2024.

ANTUNES, Ricardo. **Século XXI: Nova era da precarização estrutural do trabalho?** São Paulo: Fundacentro – Seminário Nacional de Saúde Mental e Trabalho, 2008.

ANTUNES, Ricardo; DRUCK, Graça. A terceirização sem limites: a precarização do trabalho como regra. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 34, p. 19-40, jul./dez. 2015.

ARAUJO, Denise de Vasconcelos; MARTINS, Marcia do Amaral Peixoto. **Os cursos de formação de intérpretes no Brasil e as melhores práticas da Associação Internacional de Intérpretes de**

conferência: um caminho para a profissionalização. Rio de Janeiro, 2017. 151p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

ARAÚJO, Sílvia; CORREIA, Ana. Estudo preliminar da anáfora num corpus de interpretação simultânea. **Oslo Studies in Language**, Oslo, v. 7, n. 1, p. 39-56, 2015.

ARNONE, Juliane Farah. **O fenômeno ‘ponta dos dedos’ na Língua Brasileira de Sinais (Libras): um estudo sobre a recuperação lexical em indivíduos surdos.** 2018. 112 f. Dissertação (Mestrado em Semiótica e Linguística Geral) – Programa de Pós-graduação em Semiótica e Linguística Geral, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8139/tde-25032019-123111/pt-br.php>. Acesso em: 3 jan. 2024.

ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DE INTÉRPRETES DE CONFERÊNCIA. **Guia de Boas Práticas da APIC.** São Paulo: APIC, 2020. Disponível em: <http://apic.org.br/wp-content/uploads/2020/01/Guia-Boas-Pra%CC%81ticas-APIC.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2024.

AZEVEDO, Licia Maria Cardoso. **Saúde ocupacional e ergonomia na atuação do tradutor intérprete de Libras.** 2018. 52 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Letras Libras) – Departamento de Letras Libras, Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/188765>. Acesso em: 10 jan. 2024.

BAKTI, Maria. Speech Disfluencies in Simultaneous Interpretation. *In*: DE CROM, Dries (ed.). **Selected Papers of the CETRA Research Seminar in Translation Studies 2008.** CETRA: Leuven, 2009. p. 1-17.

BARBOSA, Diego Mauricio. **Implicações do uso de estratégias linguísticas de solução de problemas na interpretação simultânea: Língua Portuguesa – Língua Brasileira de Sinais em contexto de conferência.** 2020. 247 f. Tese (Doutorado em Estudos da Tradução) – Programa de Pós-graduação em Estudos da Tradução, Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina,

Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/219275>. Acesso em: 10 jan. 2024.

BARBOSA, Diego Mauricio. **Omissões na interpretação simultânea de conferência**: Língua Portuguesa – Língua Brasileira de Sinais. 2014. 118 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/132401>. Acesso em: 25 jun. 2023.

BARROSO, Laiane Maurício. **A tarefa terminológica do intérprete de conferências**. 2014. 38 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Línguas Estrangeiras Aplicadas ao Multilinguismo e à Sociedade da Informação) – Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução, Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/9577>. Acesso em: 10 jan. 2024.

BENZAZZOLI, Claudio; SANDRELLI, Annalisa; RUSSO, Mariachiara. Disfluencies in Simultaneous Interpreting: A Corpus-based Analysis. *In*: KRUGER, Alet; WALLMACH, Kim; MUNDAY, Jeremy. **Corpus-based Translation Studies: Research and Applications**. London: Continuum, 2011. p. 282-306.

BRASIL. Assembleia da República. **Resolução da Assembleia da República n. 328/2021**. Recomenda ao Governo a valorização e regulamentação da profissão de intérprete de língua gestual portuguesa. Brasília-DF: Diário da República, 2021. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-assembleia-republica/328-2021-176075684>. Acesso em: 10 jan. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos. **Lei n. 14.704, de 25 de outubro de 2023**. Altera a Lei 12.319, de 1º de setembro de 2010, para dispor sobre o exercício profissional e as condições de trabalho do profissional tradutor, intérprete e guia-intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Brasília-DF: Diário Oficial da União, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14704.htm. Acesso em: 9 de jan. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto-lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943**. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Brasília-DF, 1943. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 10 jan. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Brasília-DF: Diário Oficial da União, 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 12 dez. 2020.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n. 12.319, de 1º de setembro de 2010**. Regula a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Brasília-DF: Diário Oficial da União, 2010. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/585316/publicacao/15747036>. Acesso em: 9 de jan. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília-DF: Diário Oficial da União, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 9 jan. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília-DF: Diário Oficial da União, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 9 jan. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n. 14.191, de 3 de agosto de 2021**. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Brasília-DF: Diário Oficial da União, 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.191-de-3-de-agosto-de-2021-336083749>. Acesso em: 9 de jan. 2023

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n. 13.409, de 28 de dezembro de 2016.**

Altera a Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Brasília-DF: Diário Oficial da União, 2016.

BRIDI, Maria Aparecida; BEZERRA, Giovana Uehara; ZANONI, Alexandre Pilan. O trabalho remoto e as condições das mulheres no contexto da pandemia covid-19. *In*: BRIDI, Maria Aparecida (coord.). **Relatório técnico da pesquisa: O trabalho remoto/home-office no contexto da pandemia covid-19: trabalho docente, setores público e privado e questões de gênero.** Parte II. Curitiba: Universidade Federal do Paraná/Grupo de Estudos Trabalho e Sociedade, 2020.

CAMILLE, Collard; DEFRANCO, Bart. Disfluencies in Simultaneous Interpreting, a Corpus-Based Study with Special Reference to Sex. *In*: VANDEVOORDE, Lore; DAEMS, Joke; DEFRANCO. **New Empirical Perspectives on Translation and Interpreting.** London: Routledge, 2020.

CASTRO, Fernanda Grazielle Aparecida Soares de. **A relação fonológica entre quatro línguas de sinais:** uma proposta de análise comparativa. 2021. 175 f. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-graduação em Letras, Instituto de Letras, Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/17089>. Acesso em: 10 jan. 2024.

CASTRO, Nelson Pimenta de. **Prosódia em ASL e Libras:** análise comparativa de aspectos visuais. 2019. 255 f. Tese (Doutorado em Estudos da Tradução) – Programa de Pós-graduação em Estudos da Tradução, Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/204538>. Acesso em: 10 jan. 2024.

CAVALLO, Patrizia. Competência do intérprete ou competência em interpretação? Revisão do modelo de competência do intérprete de conferências. **Tradução em Revista**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 20-42, 2022.

CAVALLO, Patrizia. **Reelaboração de um modelo de competência do intérprete de conferências**. 2019. 361 f. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-graduação em Letras, Instituição de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/204527>. Acesso em: 10 jan. 2024.

CAVALLO, Patrizia; REUILLARD, Patrícia Chittoni Ramos. **Estudos da Interpretação: tendências atuais da pesquisa brasileira**. Letras & Letras, Uberlândia, v. 32, n. 1, p. 353-368, 2016.

DA COSTA VIEIRA-MACHADO, Lucienne Matos; RODRIGUES, José Raimundo. **Olhar novamente para o Congresso Internacional de Educação para Surdos em Milão (1880)**. Revista Brasileira de História da Educação, v. 22, n. 1, p. e202-e202, 2022.

DAVID, P. P.; LEBEDEFF, T. B. **Análise tradutória de textos acadêmicos produzidos por estudantes surdos a partir da perspectiva dos diferentes níveis linguísticos categorizados pelo QCER**. Revista Belas Infieis, Brasília, v. 10, n. 1, p. 01-21, 2021.

DAYTER, Daria. **Variation in Non-fluencies in a Corpus of Simultaneous Interpreting vs. Non-interpreted English**. Perspectives, [S. l.], v. 29, n. 4, p. 489-506, 2020.

DELFINO, Alexandre; MAGALHÃES, José Olímpio. **Estudo prosódico das disfluências de reparo**. Revista Virtual de Estudos da Linguagem, [S. l.], v. 8, n. 15, p. 181-207, 2010.

DOS SANTOS GARCIA, Maria Izabel. **Corpos (in) dóceis ou o domínio dos ouvintes sobre os surdos**. Maria Celeste Viedma, p. 74.

FEBRAPILS. **Nota Técnica nº 04/2020**: Interpretação Simultânea Remota para Língua Brasileira de Sinais. 27 maio 2020. FEBRAPILS: Gama, 2020. Disponível em: <https://febrapils.org.br/publicacoes/notas-tecnicas/>. Acesso em: 8 dez. 2023.

FERREIRA DA SILVA, Rafael; ARINOS LIMA E SOUSA, Bill Bob Adonis. **Funcionalismo tradutório: implicações teóricas e práticas**. Revista da Anpoll, Brasília, v. 1, n. 44, p. 51-63, 2018.

FERREIRA, João Gabriel Duarte. **Os Intérpretes Surdos e o Processo Interpretativo Interlíngua Intramodal Gestual-visual da ASL para Libras**. 2019. 136 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) – Pós-graduação em Estudos da Tradução, Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <http://tede.ufsc.br/teses/PGET-0428-D.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2020.

GALASSO, Bruno; ESDRAS, Dirceu. **A escolarização de estudantes surdos no Brasil**: educação básica. Rio de Janeiro: INES, 2018.

GALDINO, Thuanny Sá. **Interpretação intermodal remota**: configurações e desafios atuais para intérpretes de línguas de sinais. 2021. 88 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Letras Libras) – Departamento de Letras Libras, Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/227469>. Acesso em: 10 jan. 2024.

GARCIA, M. I. S.. **Corpos (in)dóceis ou o domínio dos ouvintes sobre os surdos**. UNIDAD SOCIOLOGICA, v. Ano II, p. 74-82, 2015.

GILE, Daniel. Conference Interpreting, Historical and Cognitive Perspectives. *In*: BAKER, Mona; SALDANHA, Gabriela. (ed.). **Routledge Encyclopedia of Translation Studies**. 2. ed. London: Routledge, 2011a. p. 51-56.

GILE, Daniel. Errors, Omissions and Infelicities in Broadcast Interpreting: Preliminary Findings from a Case Study. *In*: ALVSTAD, Cecilia; HILD, Adelina; TISELIUS, Elisabet (ed.). **Methods and Strategies of Process Research: Integrative Approaches in Translation Studies**. Amsterdam: John Benjamins, 2011b. p. 201-218.

GOMES, Eduardo Andrade. **Conferências como âmbito de atuação de intérpretes de Libras-Língua Portuguesa do Brasil: o que se tem produzido a respeito?** Tradterm, São Paulo, v. 33, p. 123-140, 2019.

GOMES, Eduardo Andrade. **Interpretação simultânea em conferência acadêmica**: a reformulação de nomes de pessoas da Libras para o Português. 2020. 187 f. Dissertação (Mestrado em Estudos

da Tradução) – Programa de Pós Graduação em Estudos da Tradução, Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/219422>. Acesso em: 10 jan. 2024.

GONDAR, Anelise Freitas Pereira. **Aprendizagem autônoma na formação de intérpretes de conferência: usando a pesquisa-ação para aperfeiçoamento da prática pedagógica.** Tradução em Revista, Rio de Janeiro, n. 23, p. 1-22, 2017.

GONDAR, Anelise Freitas Pereira; ARAÚJO, Denise de Vasconcelos; QUENTAL, Raffaella de Filippis. **Limites e possibilidades para a formação de intérpretes de conferência em tempos pandêmicos: a experiência da Pós-graduação em Interpretação de Conferências da PUC-Rio.** Tradução em Revista, Rio de Janeiro, n. 33, p. 68-82, 2022.

GÓSY, Mária. Disfluencies and self-monitoring. **Govor**, [S. l.], v. 24, n. 2, p. 91-110, 2007.

GÓSY, Mária. The Double Function of Disfluency Phenomena in Spontaneous Speech. *In*: ISCA Tutorial and Research Workshop on Disfluency in Spontaneous Speech, 2001, Edinburgh. **Proceedings** [...]. ISCA: Edinburgh, 2001. p. 57-60.

GUEDES, Michelle Arrais. **Políticas de tradução e intérpretes surdos.** 2021. 105 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) – Programa de Pós-graduação em Estudos da Tradução, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/59754>. Acesso em: 10 jan. 2024.

GUIMARÃES, Rui Dias. Linguagem e comunicação: elementos linguísticos e paralinguísticos, proxêmicos e cinésicos. **Revista de Letras**, Vila Real, v. 2, n. 8, p. 25-36, 2009.

KALINA, Sylvia. Interpreting Competences as a Basis and a Goal for Teaching. **The Interpreters' Newsletter**, v. 10, p. 3-32, 2000.

KRONBAUER, Elis Matte. **Um passado (não tão) distante?** Considerações sobre o oralismo na educação de surdos. 2018. TCC orientado pelo prof^o. Alan Ricardo Costa. Curso de Licenciatura em Letras Português e Espanhol. UFFS. Cerro Largo. 2018. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/2144/1/KRONBAUER.pdf>. Acesso em 12 jan. 2024.

KUWAHATA, Minako. Sink or Swim Five Basic Strokes to E-J Consecutive Interpreting. **Interpretation Studies**: The Journal of the Japan Association for Interpretation Studies, v. 5, p. 173-181, 2005.

LADD, Paddy. **Em busca da surdidade 1**: colonização dos surdos. Tradução de Mariana Martini. Lisboa: Surd'Universo, 2013.

LEMOS, Glauber de Souza; RODRIGUES, Erica dos Santos. **Disfluências na sinalização em Língua Brasileira de Sinais (Libras): análise psicolinguística dos dados de um entrevistado surdo**. Letras & Letras, Uberlândia, v. 37, n. 2, p. 22-46, 2021.

LIMA, Karina de Souza Borges. **Conflitos entre intérpretes e surdos: a “vilania” nos papéis em situações de interpretação**. 2023. 193 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/251112>. Acesso em: 10 jan. 2024.

LIMA, Mariana Farias. **Políticas linguísticas e tradutores e intérpretes do par Libras/Português brasileiro**: implicações na formação profissional em decorrência da legislação brasileira. 2018. 159 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/206066>. Acesso em: 10 jan. 2024.

LINHARES, Ramon Santos de Almeida. **Traduzir a surdidade: diálogos entre pesquisadores surdos do Brasil e a tradutologia das línguas de sinais**. 2019. 240 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) – Programa de Pós-graduação em Estudos da Tradução, Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de

Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/214476>. Acesso em: 10 jan. 2024.

LOBATO, Huber Kline Guedes; COELHO, Orquídea; BENTES, José Anchieta de Oliveira. **Tradutores e intérpretes de língua gestual/ de sinais em Portugal e no Brasil: função, formação, deveres e responsabilidades/atribuições**. Cadernos de Tradução, Florianópolis, v. 42, n. 1, p. 1-23, 2022.

LOURENÇO, Matheus Hudson Viana. **Terceirização e precarização: a conformação de espaços urbanos excludentes pelos trabalhadores terceirizados da UFV em Viçosa, Minas Gerais**. 2022. 161 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2022. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/handle/123456789/30743>. Acesso em: 10 jan. 2024.

MACGREGOR, Lucy J. **Disfluencies Affect Language Comprehension: Evidence from Event-related Potentials and Recognition Memory**. 2008. 282 f. Thesis (PhD in Philosophy) – School of Philosophy, Psychology and Language Sciences, University of Edinburgh, Edinburgh, 2008. Disponível em: <https://era.ed.ac.uk/handle/1842/3311>. Acesso em: 10 jan. 2024.

MASIL, Raquel; GONDAR, Anelise Freitas Pereira. A questão racial, o ensino de línguas estrangeiras e a interpretação de conferências no Brasil. **Tradução em Revista**, v. 2023, n. 35, 2022.

MESQUITA, Rodrigo Alves; OLIVEIRA, Pedro Henrique Amorim; CARMARGOS, Sarah Teixeira; NUNES, Cristiane Buzelin; LABOISSIERE, Renato Santos. Zoom. *In*: TORRES, Rosália Moraes; LIU, Priscila Menezes (coord.). **Guia prático para uso de plataformas virtuais no ensino remoto**. Belo Horizonte: Faculdade de Medicina/UFMG, 2020. p. 44-83.

MONZO, Francis Lobo Botelho Vilas. **Políticas linguísticas e critérios de qualidade da interpretação simultânea no par Libras/Português no Congresso Nacional: contratação, certificação e avaliação**. 2022. 160 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) – Programa de Pós-graduação em Estudos da Tradução, Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2022. Disponível em: <http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/43788>. Acesso em: 10 jan. 2024.

NASCIMENTO, Vinicius; NOGUEIRA, Tiago Coimbra. Interpretação simultânea remota de libras-português em conferências durante a pandemia de covid-19: dimensões de uma prática emergente. **Fórum Linguístico**, Florianópolis, v. 18, n. 4, p. 7006-7028, 2021.

NOGUEIRA, Tiago Coimbra. Atividade de preparação para intérpretes de Libras-Português em conferências. *In*: RODRIGUES, Carlos Henrique; QUADROS, Ronice Müller de (org.). **Estudos da Língua Brasileira de Sinais I**. Florianópolis: Insular, 2020. p. 341-358.

NOGUEIRA, Tiago Coimbra. A mobilização da competência interpretativa na atuação de conferências: uma reflexão a partir do modelo do PACTE. **Belas Infiéis**, Brasília, v. 8, n. 1, p. 189-209, 2019.

NOGUEIRA, Tiago Coimbra. Interpretação de Conferências: percepção de intérpretes de Libras-português sobre a atuação em cabine. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 41, p. 128-162, 2022.

NOGUEIRA, Tiago Coimbra. Interpretação de conferências: um ensaio sobre os cenários atuais e perspectivas futuras. *In*: GONTIJO, Túlio; MARQUES-SANTOS, Lucas; BARROS, Solange (org.). **Discussões sobre os Estudos de Tradução e Interpretação e a atuação dos TILS no Brasil**. Campinas: Pontes Editores, 2022. p. 155-173.

NOGUEIRA, Tiago Coimbra. **Intérpretes de Libras-Português no contexto de conferência**: uma descrição do trabalho em equipe e as formas de apoio na cabine. 2016. 213 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/167619>. Acesso em: 10 jan. 2024.

NOGUEIRA, Tiago Coimbra; FELTEN, Eduardo Felipe; VALE, Luciana Marque. Proposta de unidade didática para formação de intérpretes: o uso de glossários para preparação com vistas à interpretação em conferência da área jurídica. **Belas Infiéis**, Brasília, v. 11, n. 1, p. 1-22, 2022.

NOGUEIRA, Tiago Coimbra; GESSER, Audrei. “As pessoas não sabem o significado de apoio”: percepções e competências no trabalho em equipe na cabine de interpretação Libras-Português em contexto de conferência. **Translatio**, Porto Alegre, n. 15, p. 122-158, 2018.

NOGUEIRA, Tiago Coimbra; NASCIMENTO, Vinicius. Formas de apoio no trabalho em equipe durante a interpretação remota de português-Libras em conferências. **Tradução em Revista**, Rio de Janeiro, n. 33, p. 112-143, 2022.

NOGUEIRA, Tiago Coimbra; SANTOS, Silvana Aguiar dos. Tarefas de interpretação de Libras/Português: reflexões sobre uma proposta metodológica de ensino para contexto de conferência. **Transversal**, Fortaleza, v. 4, n. 7, p. 93-112, 2018.

NOGUEIRA, Tiago Coimbra; WEILER, Caroline Barros. Interpretação simultânea da língua brasileira de sinais para o português brasileiro: estratégias utilizadas em uma conferência. **Revista Espaço**, p. 121-148, 2021.

NORD, Christiane. **Análise textual em tradução: bases teóricas, métodos e aplicação didática**. Coordenação da tradução e adaptação de Meta Elisabeth Zipser. São Paulo: Rafael Copetti Editor, 2016. (Coleção Transtextos)

OLIVEIRA, Sônia Marta de. **Os artefatos culturais surdo nos currículos de graduação do tradutor e intérprete de língua de sinais/língua portuguesa**. Belo Horizonte, 2020. 135 f.: Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Educação. Disponível em: <https://web.sistemas.pucminas.br/BDP/PUC%20Minas/Home/Visualizar?seq=-2F2953E5074E8C27A3972EF167C78189>. Acesso em: 12 jan. 2024.

PAGURA, Reynaldo José. **A interpretação de conferências no Brasil: história de sua prática profissional e a formação de intérpretes brasileiros**. 2010. 232 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos e Literários do Inglês) – Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos e Literários do Inglês, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8147/tde-09022011-151705/pt-br.php>. Acesso em: 10 jan. 2024.

PAGURA, Reynaldo. A interpretação de conferências: interfaces com a tradução escrita e implicações para a formação de intérpretes e tradutores. **DELTA**, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 209-236, 2003.

PEREIRA, Maria Cristina Pires. Estudos da Interpretação: quem tem medo das línguas de sinais? **Tradução em revista**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 1-21, 2018.

PEREIRA, Maria Cristina Pires. Interpretação interlíngua: as especificidades da interpretação de língua de sinais. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 1, n. 21, p. 135-156, 2008.

PERLIN, Gladis; STROBEL, Karin. História cultural dos surdos: desafio contemporâneo. **Educar em Revista**, Curitiba, n. esp. 2, p. 17-31, 2014.

PETITE, Christelle. Evidence of Repair Mechanisms in Simultaneous Interpreting: A Corpus-based Analysis. **Interpreting**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 27-49, 2005.

PINHEIRO, Kátia Lucy. **Políticas Linguísticas e suas implementações nas Instituições do Brasil: o tradutor e intérprete surdo intramodal e interlingual de Línguas de Sinais de Conferência**. 2016. 434 f. Tese (Doutorado em Estudos da Tradução) – Programa de Pós-graduação em Estudos da Tradução, Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: <http://tede.ufsc.br/teses/PGET0479-T.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2024.

PÖCHHACKER, Franz. Conexões fundamentais: afinidade e convergência nos Estudos da Interpretação. Tradução de Mylene Queiroz. **Scientia Traductionis**, Florianópolis, n. 7, p. 61- 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/scientia/article/view/1980-4237.2010n7p61>. Acesso em: 19 nov. 2020.

PÖCHHACKER, Franz. **Introducing Interpreting Studies**. London: Routledge, 2004.

PÖCHHACKER, Franz. Simultaneous Interpreting: A Functionalist Perspective. **Hermes**, v. 8, n. 14, p. 31-53, 1995.

POLTRONIERI-GESSNER, Aline Vanessa; SANTOS, Silvana Aguiardos. Liaison interpreting ou escort interpreting? Um estudo sobre a interpretação de libras-português na área empresarial. **Revista Sinalizar**, Goiânia, v. 2, n. 2, p. 139-159, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/revsinal/article/view/50246>. Acesso em: 20 dez. 2023.

PORTUGAL. Ministério da Educação. **Decreto-lei n. 3/2008, de 7 de janeiro de 2008**. Portugal: Diário da República, 2008. p. 154. Disponível em: <https://dre.pt/application/conteudo/386871>. Acesso em: 10 jan. 2024.

PYM, Anthony. Redefinindo competência tradutória em uma era eletrônica. Em defesa de uma abordagem minimalista. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 1, n. 21, p. 9-40, 2008.

PYM, Anthony. Translation Research Terms: A Tentative Glossary for Moments of Perplexity and Dispute. *In*: PYM, Anthony (ed.) **Translation Research Projects 3**. Tarragona: Intercultural Studies Group, 2011. p. 75-110.

QUADROS, Ronice Muller de. Efeitos de modalidade de língua: as línguas de sinais. **Educação Temática Digital**, Campinas, v. 7, n. 2, p. 168-178, 2006.

QUADROS, R. M. **Educação de surdos: efeitos de modalidade e práticas pedagógicas**. *In*: MENDES, E. G.; ALMEIDA, M. A.; WILLIAMS, L. C. de A. (Org.). Temas em educação especial IV. São Carlos: Ed UFSCAR, p. 55-61, 2004a.

RHODEN, Juliana Lima Moreira; ZANCAN, Silvana. A perspectiva da abordagem qualitativa narrativa de cunho sociocultural: possibilidade metodológica na pesquisa em educação. **Educação**, Santa Maria, v. 45, n. 1, p. 1-22, 2020.

RODRIGUES, Carlos Henrique. Competência em tradução e línguas de sinais: a modalidade gestual-visual e suas implicações para uma possível competência tradutória intermodal. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, v. 57, n. 1, p. 287-318, 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8651578>. Acesso em: 20 dez. 2023.

RODRIGUES, Carlos Henrique. Da interpretação comunitária à interpretação de conferência: desafios para formação de intérpretes de língua de sinais. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISA EM TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE LÍNGUA DE SINAIS BRASILEIRA*, 2., 2010, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: UFSC, 2010. p. 1-7.

RODRIGUES, Carlos Henrique. Interpretação simultânea intermodal: sobreposição, performance corporal-visual e direcionalidade inversa. **Revista da Anpoll**, Brasília, v. 1, n. 44, p. 111-129, 2018.

RODRIGUES, Carlos Henrique. Tradução e Língua de Sinais: a modalidade gestual-visual em destaque. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 38, n. 2, p. 294-319, 2018.

RODRIGUES, Carlos Henrique; BEER, Hanna. Os estudos da tradução e da interpretação de línguas de sinais: novo campo disciplinar emergente? **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 35, n. 2, p. 17-45, 2015.

RODRIGUES, Carlos Henrique; SANTOS, Silvana Aguiar dos. A interpretação e a tradução de/para línguas de sinais: contextos de serviços públicos e suas demandas. **Tradução em Revista**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 1-29, 2018.

RODRIGUES, José Raimundo; DA COSTA VIEIRA-MACHADO, Lucyenne Matos; DE BRUIM VIEIRA, Eliane Telles. “Viva la Parola! ”: a constituição de verdades acerca da educação de surdos no congresso de Milão (1880). **Educar em Revista**, v. 37, p. 1-21, 2021.

SANSÃO, Welbert Vinício de Souza; CRUZ-SANTOS, Anabela. Competências na tradução e interpretação da língua brasileira de sinais/língua portuguesa: uma análise conceitual. **Revista Intercâmbio**, São Paulo, v. XLVII, p. 187-207, 2021.

SANTIAGO, Vânia de Aquino Albres. A entonação expressiva na interpretação para Língua de Sinais Tátil em conferências – versão sintética em Libras. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 42, n. 1, 2021. [Artigo em Libras]

SANTIAGO, Vânia de Aquino Albres. A interpretação de Libras para português em conferência: uma reflexão a partir do olhar do palestrante surdo. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISAS EM TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE LIBRAS E LÍNGUA PORTUGUESA, 5., 2016, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: UFSC, 2016.

SANTIAGO, Vânia de Aquino Albres; TURCATO, Eda Vera. Interpretação intermodal em conferência multilíngue: de língua estrangeira para língua de sinais. **Tradterm**, São Paulo, v. 43, p. 27-53, 2023.

SANTOS, Kátia Andréia Souza dos; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. O intérprete de libras-português no contexto de conferência: reflexões sobre sua atuação. **Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso**, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 63-82, 2018.

SANTOS, Silvana Aguar dos; FRANCISCO, Camila. Políticas de tradução: um tema de políticas linguísticas? **Fórum Linguístico**, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 2939-2949, 2018.

SANTOS, Silvana Aguiar dos; VERAS, Nanci Cecília de Oliveira. Políticas de tradução e de interpretação: diálogos emergentes. **Travessias Interativas**, [S. l.], v. 10, n. 22, p. 332-351, 2020.

SANTOS, Silvana Aguiar dos; ZANDAMELA, Nehemia Gilberto Raul. Políticas linguísticas e tradução-interpretação de línguas de sinais: aproximações entre Brasil e Moçambique. **Working Papers em Linguística**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 101-123, 2015.

SILVA, Christiano Sanches do Valle. Um olhar sobre a evolução histórica dos Estudos da Interpretação no Brasil. **Tradução em Revista**, Rio de Janeiro, n. 28, p. 87-116, 2020.

SILVA, Emanuel Bruno Carioca. **DA SUBALTERNIDADE À RESSIGNIFICAÇÃO**: a (tecno) carnavalização à guisa da web 2.0 em stickers-libras. 2023. 150 f. Dissertação (Mestrado) - Estudos da Linguagem, UFRN, Natal, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/54676>. Acesso em: 12 jan. 2024.

SILVA, Nathália Marcélia Gonçalves; JESUS, Elisângela Pereira de. A representatividade negra@ dos intérpretes de Libras em espaços de

conferência sob o olhar de surd@s, intérpretes ouvintes e contratantes. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISAS EM TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE LIBRAS E LÍNGUA PORTUGUESA, 7., 2022, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: UFSC, 2022. p. 1-10.

SILVA-AGUIAR, Dhenny Kétully Santos. **Um estudo descritivo sobre a atuação de intérpretes de língua de sinais em um contexto de conferência multilíngue**. 2020. 126 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) – Programa de Pós-graduação em Estudos da Tradução, Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em: <http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/38967>. Acesso em: 10 jan. 2024.

SILVA, Diná Souza da (2021). **Inventário de língua de sinais emergentes encontradas no Brasil: o caso da Cena (Jaicós-PI) e da língua de sinais de Caiçara (Várzea Alegre-CE)**. Tese (Doutorado em linguística). Florianópolis-SC: Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/229358>. Acesso em: 12 jan. 2024.

SILVEIRA, Bianca. Intérprete surdo: conquistando espaço no campo de conferências no Brasil. *In*: ALBRES, Neiva de Aquino. **Libras e sua tradução em pesquisa: interfaces, reflexões e metodologias**. Florianópolis: UFSC, 2017. p. 14-37.

SKLIAR, Carlos. *Os Estudos Surdos em Educação: problematizando a normalidade*. *In*: SKLIAR, Carlos (Org.) **A Surdez: um olhar sobre as diferenças**. 2ª. ed. Porto Alegre: Mediação, 2001, p.32

SONG, Shuxian; CHEUNG, Andrew K. F. Disfluency in Relay and Non-relay Simultaneous Interpreting: An Initial Exploration. **Forum**, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 1-19, 2019.

TISSI, Benedetta. Silent Pauses and Disfluencies in Simultaneous Interpretation: A Descriptive Analysis. **The Interpreters' Newsletter**, [S. l.], v. 10, p. 103-127, 2000.

VISCHI, Mariane Carvalho. **A disfluência comum e gaga**. 2017. 329 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Pós-graduação em Linguística e Língua Portuguesa, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”,

Araraquara, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/150072>. Acesso em: 10 jan. 2024.

ZHAO, Nan. Speech Disfluencies in Consecutive Interpreting by Student Interpreters: The Role of Language Proficiency, Working Memory, and Anxiety. **Frontiers in Psychology**, [S. l.], v. 13, p. 1-9, 2022.

SOBRE A AUTORA

Nadia Maria Fonseca Campos Ribeiro



Mestra em Estudos da Tradução pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução-POET/UFC, na linha de pesquisa Tradução de Cultura e Identidade. Pesquisadora na área de tradução e membro do Grupo Tradic - Traduzindo Identidade e Cultura orientado pelo Prof. Dr. Rafael Ferreira da Silva. Sou graduada em Letras-Libras (Bacharelado - 2012; Licenciatura - 2021) pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e em Letras-Português pela Faculdade Ibra (2022), especialista em Libras pela Universidade Cândido Mendes(2016) e em Linguística Aplicada pela Faculdade Ibra de Brasília (2025) Foi membro do Conselho de Avaliação e Classificação Linguística- CACL (APILCE). Atuou como professora do Curso de Tradução e Interpretação de Língua Portuguesa/ Libras e da Pós-Graduação em Tradução/Interpretação e Docência em Libras da Faculdade Via Sapiens. Possui experiência na área educacional, ministrando palestras sobre: Atuação do tradutor e intérprete de Libras; Técnicas de Interpretação e Tradução de Libras - Língua Portuguesa - Libras, Inclusão, Direito Linguístico. Coordenou o Núcleo de acessibilidade às pessoas com necessidades específicas- NAPNE (IFCE). Atualmente é professora de Português e Libras do IFSULDEMINAS, campus Carmo de Minas.

ÍNDICE REMISSIVO

A

acadêmica 24, 26, 34, 35, 40, 57, 68, 71, 79, 89, 95, 131
acadêmicos 23, 30, 33, 34, 61, 68, 74, 122, 123, 130
acessibilidade 20, 42, 87
alunos 28, 32, 33, 53, 85, 125
âmbito 22, 23, 30, 35, 37, 53, 61, 72, 84, 89, 131
aspectos 21, 22, 24, 27, 33, 52, 65, 66, 68, 71, 72, 81, 102, 124, 129
atuação 18, 22, 23, 24, 26, 31, 35, 37, 42, 46, 47, 54, 56, 60, 63, 65, 66,
70, 71, 72, 73, 75, 78, 81, 82, 85, 86, 89, 102, 104, 106, 108, 109, 126, 131,
135, 140, 141
auditivas 28, 51, 71

B

bilíngue 30, 31, 32, 33, 54, 58, 63, 103, 106, 128

C

classe 17, 19, 20, 28, 44, 46, 52, 85, 110, 114
competência 18, 25, 36, 54, 56, 58, 59, 61, 63, 64, 66, 68, 109, 129, 130,
135, 138
competências 19, 26, 35, 54, 58, 64, 71, 136
comunicação 20, 30, 34, 44, 51, 55, 112, 132
comunidade 17, 24, 27, 29, 31, 32, 33, 34, 42, 43, 44, 48, 51, 62, 89
conferência 17, 18, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 37, 38, 40, 41, 47, 49, 51, 53,
55, 56, 57, 58, 61, 67, 68, 72, 73, 76, 78, 81, 82, 89, 90, 91, 92, 93, 97, 100,
101, 102, 104, 106, 109, 122, 123, 124, 126, 127, 131, 132, 135, 136, 139,
140, 141

contextos 23, 24, 43, 56, 65, 73, 78, 81, 83, 86, 110, 121, 122, 139
corpo 30, 42, 51, 53, 77, 107, 110
curso 22, 31, 34, 43, 44, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 78, 90, 102, 103, 118, 125
cursos 22, 32, 34, 43, 44, 45, 46, 49, 51, 52, 58, 59, 89, 104, 125, 129

D

deficiência 28, 33, 34, 42, 67, 112, 129
desvalorização 30, 85, 86
docente 51, 52, 129

E

educação 22, 27, 29, 30, 32, 33, 36, 37, 46, 81, 103, 128, 131, 133, 138, 139
educacionais 17, 33
educacional 18, 22, 39, 56, 68, 77, 81, 86, 89, 122
ensino 17, 22, 23, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 36, 39, 45, 48, 49, 50, 51, 53, 55, 85, 87, 89, 106, 118, 129, 134, 136
especificidades 32, 33, 68, 137
estudantes 29, 32, 33, 51, 52, 53, 54, 67, 86, 92, 130, 131

F

formação 24, 32, 35, 36, 37, 39, 40, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 65, 67, 68, 73, 77, 78, 80, 81, 85, 86, 102, 104, 112, 124, 125, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 139

I

identidade 33, 52

idioma 30, 90, 94, 96

inabilidades 28

indivíduo 30, 48, 94, 96, 119, 122

interpretação 6, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 31, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 84, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140

interpretativa 18, 23, 24, 35, 49, 51, 54, 56, 63, 64, 68, 75, 79, 80, 81, 87, 99, 102, 104, 110, 117, 118, 122, 135

intérprete 20, 21, 22, 24, 26, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 46, 49, 50, 52, 54, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 71, 72, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 87, 90, 91, 92, 93, 95, 96, 97, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 115, 117, 122, 125, 126, 127, 129, 130, 136, 137, 140

intérpretes 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 32, 33, 36, 37, 38, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 71, 73, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 83, 85, 86, 87, 89, 90, 92, 95, 96, 97, 100, 102, 103, 104, 105, 107, 108, 109, 110, 111, 116, 117, 119, 121, 122, 123, 124, 125, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 140, 141

L

línguas 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 31, 35, 36, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 69, 71, 72, 73, 76, 77, 78, 80, 95, 96, 101, 102, 103, 104, 105, 107, 108, 110, 111, 112, 113, 122, 124, 125, 129, 131, 133, 134, 137, 138, 139, 140

linguística 31, 33, 44, 57, 101, 104, 106, 119, 124, 141

linguísticas 19, 33, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 66, 75, 76, 78, 95, 102, 126, 133, 134, 140

linguísticos 21, 23, 27, 31, 33, 35, 42, 73, 130, 132

O

orais 19, 22, 45, 46, 51, 52, 64, 68, 76, 96, 104, 107, 111

P

perspectiva 6, 17, 19, 29, 31, 32, 36, 42, 43, 46, 61, 69, 92, 94, 106, 112, 122, 130, 138

pessoas 17, 19, 21, 22, 26, 27, 28, 29, 32, 33, 34, 35, 42, 45, 46, 48, 61, 67, 68, 76, 77, 78, 79, 84, 86, 92, 94, 96, 112, 119, 121, 129, 131, 136

políticas 17, 32, 36, 37, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 67, 74, 78, 79, 140

práxis 24, 35, 51, 76, 80, 81

profissão 36, 37, 46, 47, 51, 53, 67, 78, 127, 128

profissionais 17, 19, 20, 21, 22, 24, 28, 33, 34, 35, 37, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 50, 51, 53, 55, 56, 60, 61, 64, 65, 67, 68, 71, 72, 75, 76, 79, 84, 85, 86, 87, 91, 102, 107, 121, 122, 123

profissional 18, 19, 22, 30, 33, 34, 36, 38, 42, 43, 45, 46, 47, 54, 55, 59, 61, 63, 71, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 87, 89, 95, 101, 104, 107, 108, 110, 121, 123, 127, 133, 136

públicas 17, 32, 33, 36, 37, 41, 42, 43, 45, 48, 67, 74, 79, 86

público 23, 34, 42, 43, 45, 49, 54, 55, 72, 74, 77, 80, 84, 86, 87, 91, 92, 118, 129

S

sinais 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 35, 36, 37, 38, 39, 42, 43, 45, 46, 47, 54, 59, 60, 62, 63, 64, 67, 71, 72, 73, 77, 78, 79, 87, 93, 96, 99, 101, 104, 105, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 118, 122, 125, 129, 131, 133, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 141

surda 17, 19, 24, 27, 28, 31, 32, 33, 34, 42, 48, 57, 62, 68, 75, 100, 106, 116, 119

surdas 17, 19, 21, 22, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 42, 45, 48, 61, 67, 68, 77, 79, 96, 119, 121

surdo 23, 30, 39, 40, 45, 47, 74, 77, 78, 79, 111, 116, 118, 119, 133, 136, 137, 140, 141

surdos 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 40, 43, 44, 47, 62, 63, 67, 75, 77, 78, 79, 85, 87, 96, 103, 106, 118, 119, 121, 123, 125, 126, 128, 130, 131, 132, 133, 137, 138, 139

T

trabalho 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 30, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 40, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 93, 96, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 109, 110, 111, 113, 115, 117, 121, 122, 123, 124, 125, 127, 129, 135, 136

tradução 17, 19, 23, 24, 28, 31, 34, 35, 36, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 46, 48, 49, 51, 54, 55, 58, 61, 62, 63, 65, 69, 76, 79, 81, 84, 90, 92, 96, 102, 111, 117, 118, 123, 125, 132, 136, 137, 138, 139, 140, 141

tradutores 18, 24, 26, 33, 36, 38, 40, 43, 45, 46, 49, 54, 78, 79, 86, 124, 133, 137

tradutória 23, 25, 35, 54, 61, 130, 138

V

valorização 36, 46, 79, 127



AYA EDITORA
2025